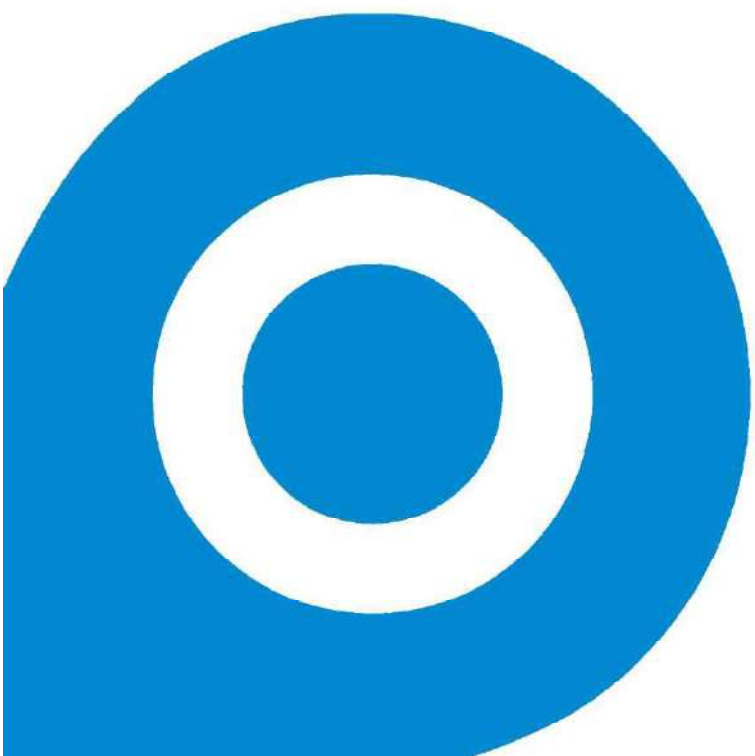


MARL – MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, S.A.

# RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2025



**marl**

**Mercado Abastecedor  
da Região de Lisboa**



**Mercado Abastecedor  
da Região de Lisboa**

**RELATÓRIO DE  
GESTÃO E  
CONTAS  
2025**

RELATÓRIO DO  
CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO



## ÍNDICE

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....	2
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO .....	3
3. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO.....	5
4. SÍNTESE DE INDICADORES.....	10
5. ATIVIDADE DA EMPRESA.....	11
6. RESPONSABILIDADE SOCIAL .....	33
7. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO .....	38
8. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	39
9. APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	51
10. OUTRAS INFORMAÇÕES.....	51
11. PERSPETIVAS FUTURAS.....	52
12. REFERÊNCIAS FINAIS .....	53
ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO .....	54
II. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS .....	55
ANEXO: DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO REPORTADA NO SISEE	

## 1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

É com satisfação que apresentamos o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2025, um ano que, apesar de enquadrado num contexto económico internacional ainda marcado por incertezas e desafios estruturais, evidenciou a capacidade de adaptação, resiliência e consolidação da atividade da empresa. Num cenário global caracterizado pela persistência de tensões geopolíticas, pela volatilidade dos mercados energéticos e pelos efeitos cada vez mais evidentes das alterações climáticas, mantivemos o compromisso com uma gestão rigorosa, orientada para a eficiência operacional, para a sustentabilidade e para a criação de valor para todos os *stakeholders*. Os resultados alcançados refletem o empenho coletivo dos colaboradores e o contributo dos operadores que desenvolvem a sua atividade no Mercado.

Ao longo de 2025, prosseguimos o trabalho de consolidação das operações, reforçando a eficiência dos processos e dando continuidade à modernização das infraestruturas e à melhoria das condições de funcionamento do Mercado. Paralelamente, continuámos a promover iniciativas alinhadas com princípios de sustentabilidade económica, ambiental e social, reconhecendo o papel estratégico dos mercados abastecedores no funcionamento das cadeias de distribuição alimentar.

No MARL, em 2025, o processo de renovação contratual de mais de 500 operadores cujo prazo de 25 anos de contrato expirou, constituiu um momento de particular relevância na gestão da MARL, que exigiu uma abordagem estruturada, articulada e alinhada com os objetivos estratégicos da empresa, bem como com as orientações do acionista, sendo que as novas condições contratuais foram delineadas com base em princípios de sustentabilidade económica e financeira, eficiência operacional, modernização das infraestruturas e adaptação às necessidades atuais e futuras dos operadores, visando assegurar a continuidade do papel do MARL enquanto infraestrutura essencial ao sistema de abastecimento alimentar da Área Metropolitana de Lisboa. Realçamos que a implementação da nova estratégia comercial nos termos negociados irá permitir à empresa garantir sua viabilidade económico-financeira de forma sustentável para um novo ciclo de 25 anos, sendo que a reestruturação do pricing assegurou a manutenção e o crescimento das margens operacionais, garantindo a rentabilidade do negócio no médio e longo prazo. Destacamos ainda que todo o processo negocial com os operadores, apesar de extremamente complexo, decorreu de forma equilibrada, sem qualquer interferência no normal funcionamento do Mercado.

Apesar de algumas dificuldades pontuais sentidas por determinados operadores, particularmente em setores mais expostos à volatilidade dos custos energéticos e logísticos, a empresa manteve uma trajetória de consolidação dos principais indicadores económicos e financeiros.

Assim, o volume de negócios atingiu, em 2025, o montante de 15.579,5 milhares de euros, o maior da história da empresa, refletindo a dinâmica da atividade desenvolvida no Mercado e o sucesso da negociação dos novos contratos com os operadores. Este volume de negócios configura um incremento de 1,7% relativamente ao ano de 2024 e de 15% no período 2020-2025. O Resultado Líquido do exercício ascendeu a 5.806,9 milhares de euros, igualmente o maior na vida da empresa, mantendo uma trajetória de consolidação dos resultados obtidos nos últimos anos, apesar do aumento generalizado dos custos operacionais. Acrescenta-se que este Resultado Líquido representa um aumento de 3% em relação a 2024 e um incremento de 24% em relação a 2020. Também o EBITDA registou um desempenho positivo, situando-se em 11.342,3 milhares de euros, completamente alinhado com o ano de 2024, refletindo a robustez da atividade operacional e a eficácia das medidas de gestão implementadas. A Dívida Financeira Líquida registou um decréscimo de 2.778 milhares de euros para o valor de 1.389 milhares de euros, a 31 de dezembro, o que representa um decréscimo de 67% relativamente a 2024 e de 95% relativamente a 2020.

Estes resultados assumem particular relevância tendo em conta o contexto económico em que foram alcançados, marcado por pressões inflacionistas, aumento dos custos energéticos e instabilidade nas

cadeias de abastecimento globais. O desempenho obtido foi possível graças ao empenho e dedicação dos colaboradores da empresa, cujo contributo tem sido determinante para assegurar a continuidade e a qualidade da operação do Mercado. Importa igualmente destacar a relação institucional de cooperação e proximidade com os nossos acionistas, o Município de Loures, Município de Lisboa e Santa Casa da Misericórdia, cuja articulação tem sido fundamental para o alinhamento estratégico e para o desenvolvimento sustentado da empresa.

Para além da vertente económica, a atividade do Mercado integra também uma dimensão social relevante, traduzida no apoio a iniciativas como o “5 ao Dia” e na colaboração com o Banco Alimentar projetos que reforçam o papel do Mercado na promoção de hábitos alimentares saudáveis e no apoio a comunidades em situação de maior vulnerabilidade.

No plano institucional, importa igualmente reconhecer o contributo do anterior Revisor Oficial de Contas A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda, cuja atuação se pautou por elevados padrões de rigor técnico e independência, assegurando a fiabilidade e transparência da informação financeira da empresa.

No que respeita ao investimento, foi dada continuidade ao processo de modernização e requalificação das infraestruturas do Mercado, cuja utilização intensiva ao longo de mais de duas décadas exige intervenções progressivas de atualização. Estas intervenções integram preocupações crescentes com a sustentabilidade ambiental, a eficiência energética e a melhoria das condições de funcionamento da atividade logística e comercial. Neste contexto, a aposta em soluções de energia renovável constitui um eixo relevante da estratégia de modernização do Mercado, contribuindo para mitigar o impacto dos custos energéticos e para reduzir a pegada ambiental da operação.

Ao nível dos Recursos Humanos, continuámos a desenvolver esforços no sentido de reforçar a valorização e motivação dos colaboradores, reconhecendo o papel central que desempenham no funcionamento da organização. O Conselho de Administração mantém a convicção de que a valorização das pessoas constitui um fator essencial para a sustentabilidade e para o sucesso da empresa.

O início de 2026 apresenta novos desafios decorrentes da evolução do contexto geopolítico internacional, nomeadamente no que respeita às pressões sobre os mercados energéticos e às potenciais disrupções nas cadeias logísticas e de abastecimento alimentar. Neste contexto, os mercados abastecedores assumem um papel particularmente relevante na garantia da estabilidade e continuidade das cadeias de distribuição alimentar.

Conscientes destes desafios, o Conselho de Administração reafirma o compromisso de continuar a trabalhar com rigor, responsabilidade e visão estratégica, assegurando a continuidade da missão da empresa e reforçando o seu contributo para o sistema nacional de abastecimento alimentar.

Assim, renovamos o nosso compromisso com o lema que orienta a nossa atuação:

“Ligamos quem alimenta o futuro.”

## 2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Durante o exercício de 2025, o enquadramento internacional permaneceu marcado por um contexto de incerteza geopolítica e ajustamento económico, ainda influenciado pelos efeitos prolongados do conflito na Ucrânia e por novas tensões regionais com impacto nos mercados energéticos e nas cadeias de abastecimento. Embora se tenha observado uma relativa estabilização dos preços da energia face aos picos registados em anos anteriores, subsistiram episódios de volatilidade, refletindo a sensibilidade dos mercados às dinâmicas geopolíticas e às restrições logísticas globais. Paralelamente, os impactos das alterações climáticas continuaram a evidenciar-se, quer através de fenómenos meteorológicos extremos, quer pelo reforço das exigências regulatórias em matéria de transição energética e sustentabilidade ambiental.

No início de 2026, o enquadramento internacional permanece marcado por riscos geopolíticos e económicos relevantes que continuam a condicionar a estabilidade do comércio global. Em particular, o agravamento das tensões no Médio Oriente tem vindo a exercer pressão adicional sobre os mercados energéticos internacionais, contribuindo para a volatilidade dos preços da energia e para uma maior incerteza nas cadeias de abastecimento. A eventual disrupção de rotas marítimas estratégicas, nomeadamente na região do Estreito de Ormuz, por onde transita uma parte significativa do comércio mundial de petróleo e gás natural, constitui um fator de risco relevante para o transporte internacional de energia e mercadorias. Paralelamente, os efeitos cada vez mais evidentes das alterações climáticas sobre os sistemas produtivos, bem como as pressões associadas aos fluxos migratórios e às transições energéticas em curso, contribuem para um contexto global caracterizado por elevada volatilidade e maior fragmentação económica.

A economia mundial registou um crescimento moderado, estimado em torno de 3%, num contexto de gradual normalização das políticas monetárias nas principais economias avançadas. Os Estados Unidos mantiveram um desempenho relativamente resiliente, enquanto a Zona Euro apresentou um crescimento contido, condicionado pela desaceleração do consumo privado, pela moderação do investimento e pelos efeitos acumulados da política monetária restritiva implementada nos exercícios anteriores. Em 2025, assistiu-se ao início de um ciclo prudente de redução das taxas de juro pelo Banco Central Europeu, refletindo a trajetória descendente da inflação, ainda que esta se mantenha acima do objetivo estrutural de 2%.

Em Portugal, a atividade económica evidenciou um crescimento moderado, estimado entre 1,8% e 2,0%, sustentado essencialmente pela procura interna e pela execução de investimentos enquadrados no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). O consumo privado manteve um contributo positivo, beneficiando da melhoria gradual do rendimento disponível e da estabilização da inflação, enquanto o investimento público continuou a desempenhar um papel relevante. As exportações registaram um crescimento mais contido, refletindo o abrandamento da economia europeia.

A taxa média de inflação apresentou uma trajetória descendente ao longo do exercício, situando-se em valores próximos de 2,5%, contribuindo para alguma recuperação do poder de compra das famílias. Ainda assim, mantiveram-se pressões relevantes sobre determinados fatores de produção, nomeadamente serviços especializados, contratos de prestação contínua e custos associados à manutenção de infraestruturas. O mercado de trabalho permaneceu globalmente estável, com a taxa de desemprego a situar-se em torno de 6%, evidenciando a resiliência do setor dos serviços, incluindo o turismo, que continuou a assumir um papel relevante na dinâmica económica nacional.

O setor empresarial continuou a enfrentar desafios associados ao aumento estrutural de determinados custos operacionais, à necessidade de adaptação a exigências ambientais e regulatórias crescentes e a um contexto internacional ainda marcado por incertezas comerciais e geopolíticas. Não obstante, a execução dos fundos europeus, a estabilidade relativa das contas públicas e a manutenção de condições favoráveis de financiamento contribuíram para um ambiente de confiança moderada.

Neste enquadramento, 2025 caracterizou-se por um cenário de ajustamento progressivo, com crescimento económico moderado e estabilidade do mercado de trabalho, ainda que persistam constrangimentos ao nível dos custos operacionais, designadamente nas áreas de higiene, segurança, manutenção e serviços técnicos especializados, exigindo uma gestão financeira prudente e orientada para a eficiência.

Contudo, o corrente ano 2026, vai ficar igualmente marcado em Portugal, por episódios de ventos com rajadas de intensidade ciclónica, precipitação muito intensa e cheias em várias regiões do país, que provocaram impactos relevantes em muitas e variadas infraestruturas, explorações agrícolas e cadeias logísticas locais. Estes fenómenos afetaram a produção agrícola em determinadas zonas e geraram constrangimentos operacionais para diversas empresas e explorações agrícolas, evidenciando a crescente exposição da atividade económica aos efeitos das alterações climáticas.

No que respeita ao Grupo, o acompanhamento contínuo das entidades gestoras dos Mercados Abastecedores permitiu confirmar a resiliência dos operadores face ao contexto macroeconómico. A

adoção de medidas de modernização, a otimização de processos e o reforço do diálogo com os parceiros comerciais contribuíram para a manutenção da estabilidade operacional, mitigando o impacto do aumento de custos e das pressões externas. Assim, apesar de um enquadramento global ainda exigente, 2025 evidenciou capacidade de adaptação e consolidação, sustentando a continuidade das operações e reforçando a sustentabilidade económica e operacional dos mercados no curto e médio prazo. Importa, contudo, salientar que o início de 2026 se apresenta já marcado por novas e complexas dinâmicas geopolíticas, com pressão sobre os mercados energéticos, as rotas logísticas internacionais e, consequentemente, sobre a estabilidade das cadeias de abastecimento alimentar, exigindo uma monitorização permanente e uma gestão prudente dos riscos associados ao funcionamento dos mercados *abastecedores*.

### Perspetivas para 2026

De acordo com as previsões económicas do outono de 2025 da Comissão Europeia, espera-se que a economia portuguesa cresça 2,2% em 2026, ligeiramente acima dos 1,9% previstos para 2025. A taxa de inflação em Portugal aponta para uma estabilização em torno de 2%, em 2026, alinhada com a média da zona euro.

No Orçamento do Estado para 2026, o Executivo aponta para uma subida do PIB, em 2026, de 2,3%, em linha com as previsões do Banco de Portugal e mais otimista que a Comissão Europeia (2,2%) e que a OCDE (2,2%), FMI (2,1%) e Conselho das Finanças Públicas (2,1%) projetam.

Quando comparadas com a média da Zona Euro, as perspetivas para a economia portuguesa em 2026 mostram um crescimento ligeiramente superior, dado que a Comissão Europeia projeta um crescimento médio de apenas 1,4% para a região. A inflação em Portugal deverá convergir com a da Zona Euro, que se prevê em torno de 1,9%, permitindo uma política monetária mais estável.

Segundo a Comissão Europeia, a procura interna deve continuar a apoiar o crescimento económico em Portugal, perante as incertezas comerciais a nível global

## 3. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

A reflexão estratégica tem feito parte do dia a dia do GRUPO SIMAB, confirmando a importância da manutenção de um foco estratégico capaz de posicionar o grupo num contexto de mudança permanente e de desafios cada vez mais ambiciosos.

Dando cumprimento às orientações estratégicas específicas dirigidas aos membros do Conselho de Administração, para o mandato 2021/2023, concluído o ciclo relativo ao Plano Estratégico precedente, foi dado início à elaboração de um novo documento de definição estratégica do Grupo SIMAB para o horizonte temporal 2022-2026 (PE 22-26), tendo em vista apontar um novo paradigma de gestão, mais consonante com os tempos desafiantes que se vive na atualidade, recentrando o foco do Grupo naquilo que é o seu papel de garantia das condições logísticas de abastecimento de produtos alimentares e não alimentares no território nacional.

### 3.1. MISSÃO, VISÃO E VALORES

A MARL, SA tem como missão proporcionar à população bens agroalimentares de elevada qualidade e variedade, através de uma infraestrutura de suporte ao comércio grossista. Assume-se como uma organização que pretende contribuir ativamente para a melhoria da sociedade, através de uma

adequada gestão do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, de modo a permitir a comercialização e distribuição de uma vasta gama de produtos e serviços.

Na prossecução da sua missão, a MARL, SA ambiciona alcançar a **visão** de ser uma empresa líder no setor enquanto primeira escolha pela qualidade dos serviços e valor entregue aos seus clientes, suportado num modelo de atuação sustentável e reconhecido pela eficiência na gestão dos seus ativos.

A MARL, SA assume como fundamentais um conjunto de **valores** que são entendidos, observados e vividos por todos os colaboradores na sua prática profissional, expressando os valores e os princípios da organização, a sua reputação, a maneira de estar dos seus colaboradores, entre si e com os restantes *stakeholders*, sejam acionistas, fornecedores, clientes, parceiros ou a sociedade em geral, traduzindo-se, entre outros e de forma sintética:



**RESILIÊNCIA** | Porque vivemos tempos desafiantes caracterizados pela escassez de recursos, pela turbulência do presente, pela incerteza do futuro e pela complexidade do ambiente em que operamos.

**EFICIÊNCIA** | Porque os recursos são escassos e importa garantir a otimização do esforço financeiro do Estado.

**COMPROMISSO** | Porque precisamos de estar comprometidos com a nossa missão e os resultados que pretendemos alcançar.

### 3.2. ORIENTAÇÕES PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

Nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista, define as orientações estratégicas para o Grupo SIMAB, que são adotadas pelas suas participadas, entre as quais a MARL, SA.

A MARL, SA, em 2025, continuou a ser abrangida por um conjunto de medidas definidas para as empresas do setor empresarial do Estado, estipulado na Lei do Orçamento do Estado (LOE) para 2025 (Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro) e no Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2025 (DLEO2025) (Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março), nomeadamente:

- A continuação de uma política de ajustamento dos quadros de pessoal, adequando-os às efetivas necessidades de uma organização eficiente, só podendo ocorrer aumento do número de trabalhadores nos termos do disposto no DLEO2025;
- A prossecução de uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, mediante a redução do peso dos gastos operacionais, excluídos os impactos decorrentes do cumprimento de imposições legais, devidamente fundamentados, relativamente ao volume de negócios verificado em 2024;
- Manutenção dos gastos com pessoal, que se devem manter iguais ou inferiores aos registados em 31 de dezembro de 2024, corrigidos dos impactos de disposições legais, de indemnizações por rescisão e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado, bem como do efeito do absentismo;
- A limitação do conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel, e encargos com contratação de estudos, pareceres,

- projetos e consultoria, que se devem manter iguais ou inferiores aos registados em 2024. O acréscimo nestes gastos apenas pode ocorrer em situações excecionais e devidamente sustentadas em análise custo-benefício, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, em sede de apreciação do plano de atividades e orçamento da empresa;
- No apuramento do crescimento global do endividamento das empresas públicas integradas no Setor Empresarial do Estado (SEE) são excluídos os novos investimentos com expressão material (que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a 10.700 milhares de euros ou a 10% do orçamento anual da empresa).

Foram ainda tidos em consideração o conjunto de legislação sobre o SEE (Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pelo artigo 20.º da Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pelo artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro), sobre os gestores públicos e outros diplomas legais e atos administrativos que estabelecem regras, recomendações e decisões de natureza fiscal ou outras, muitas vezes de forma pontual e para um período de tempo determinado.

### 3.3. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DO ACIONISTA

Na sequência da eleição do atual Conselho de Administração, em março de 2021, foram emanadas pelo acionista orientações estratégicas, que presidem a atividade do Grupo SIMAB, desde essa data.

A Deliberação Unânime por Escrito de 23 de março de 2021, com a eleição do Conselho de Administração da *Holding* SIMAB, SA, solicitava a apresentação de uma proposta de objetivos, indicadores e metas, que constituiria a base dos contratos de gestão a celebrar, também decorrentes do artigo 18º do Estatuto do Gestor Público (DL n.º 71/2007, de 27 de março), sendo os principais de seguida sintetizados:

- a) Desenvolver as ações necessárias de modo a garantir a evolução do modelo de negócio da SIMAB, em termos que:
  1. Garantam o cumprimento de serviço público;
  2. Assegurem a rentabilidade económica e financeira da empresa;
  3. Preservem os valores ao nível de segurança e garantia de saúde pública do mercado abastecedor.
- b) Promover a eficácia e eficiência da SIMAB, com racionalização do seu desenvolvimento de negócio e da sua orgânica, garantindo a contenção de custos operacionais e adequação à dimensão e perfil de negócios.
- c) Promover a consolidação da estrutura financeira da Sociedade, preservando a remuneração do capital acionista.

Conforme solicitado, foi enviado no prazo definido de 45 dias, para ser alvo de concertação, uma proposta de objetivos, indicadores e metas, com vista à celebração do referido contrato de gestão.

No seguimento dos posteriores contatos, contributos e reuniões de trabalho, foi reenviado o documento revisto. Não havendo da parte da Acionista decisão sobre o mesmo, não foi possível de ser vertida neste documento, tal proposta relativa ao Contrato de Gestão, salientando-se, contudo, a existência e o prosseguimento de um Plano Estratégico

Pelo acima exposto, não existiram, em 2025, objetivos em vigor ao abrigo de Contratos de Gestão, para o atual Conselho de Administração nomeado em Assembleia Geral na empresa mãe SIMAB, SA e, por inerência, na MARL, SA, pelo que a empresa tem vido a monitorizar os objetivos e

indicadores quantitativos, tendo por base o Plano de Atividades e Orçamento, aprovado pelas tutelas.

De salientar que não tendo sido reunidas as condições para nomeação de Administração nas últimas Assembleias Gerais na empresa mãe SIMAB, SA e, por inerência, na MARL, SA, mantém-se o Conselho de Administração e a continuidade do mandato 2021/2023 em funções.

### 3.4. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conforme referido anteriormente, foi elaborado um novo documento de definição estratégica do Grupo SIMAB para o horizonte temporal 2022-2026 (PE 22-26), tendo em vista apontar um novo paradigma de gestão, mais consonante com os tempos desafiantes que se vive na atualidade, recentrando o foco do Grupo naquilo que é o seu papel de garantia das condições logísticas de abastecimento de produtos alimentares e não alimentares no território nacional.

Neste enquadramento e alinhadas com as orientações estratégicas do acionista foram estabelecidos cinco objetivos estratégicos que, pretende-se, garantirão a sustentabilidade da atividade da empresa e a criação de valor a longo prazo:

#### 1 | CRESCER & DIVERSIFICAR NA OFERTA

[Desenvolver sustentadamente a missão pública com foco no mercado nacional]

A integração no setor empresarial do Estado impõe ao grupo SIMAB uma responsabilidade acrescida para garantir a total observância da sua missão pública, em estreito alinhamento com as prioridades de política pública do país. Os grandes desafios internos provocados pela crise pandémica que assolou o mundo e pelo contexto de guerra, determinaram como prioridade de atuação do grupo o mercado nacional, procurando em todos os momentos corresponder às necessidades internas, de forma a contribuir para a resiliência de Portugal. A melhoria e alargamento dos serviços internos de apoio aos mercados abastecedores e externos e de apoio aos mercados municipais são fundamentais para garantir a qualidade de serviço, atratividade dos mercados e acrescentar valor aos seus clientes.

#### 2 | MODERNIZAR ATIVOS

[Fortalecer infraestruturas operacionais e tecnológicas]

A capacidade do grupo SIMAB - promover a prestação da sua exigente missão pública - está dependente da boa operacionalidade das suas infraestruturas. Garantir estruturas modernas, funcionais e seguras é condição obrigatória para acompanhar o nível de exigência e expectativa dos operadores e restantes *stakeholders* dos mercados. Por outro lado, permite ainda assegurar as elevadas taxas de ocupação dos espaços, garantir a segurança dos seus utilizadores e melhorar a eficiência na gestão dos ativos. O contexto da crise pandémica veio reforçar a importância da resiliência das infraestruturas para minimizar efeitos negativos no funcionamento dos mercados e na prestação do seu serviço à sociedade. Os próximos anos serão marcados pelo aceleração da transição digital em todos os setores de atividade, pelo que o grupo SIMAB terá de corresponder aos desafios deste contexto, nomeadamente assegurando que a infraestrutura tecnológica acompanhe todos os requisitos impostos pelos seus clientes e *stakeholders*.

### 3 | REFORÇAR A EFICIÊNCIA & PROCESSOS

[Acelerar sustentabilidade económica e financeira e operar transição digital interna]

A melhoria da sustentabilidade económica e financeira é condição obrigatória e essencial em qualquer contexto empresarial, pelo que constituirá uma prioridade que terá de ser ainda mais reforçada nos próximos anos face aos potenciais efeitos económicos ainda incertos que poderão surgir derivado ao contexto da guerra. Por outro lado, o ambiente imprevisível, desconhecido e complexo que caracteriza hoje em dia o ambiente de negócios, obriga a que o grupo SIMAB consiga desenvolver agilidade estrutural de forma a corresponder com níveis de prontidão superiores a todas as exigências com que será confrontado no cumprimento da sua missão. Neste contexto, é fundamental investir na resiliência do seu modelo organizacional e funcional.

### 4 | REFORÇAR A ATUAÇÃO DOS RH

[Dinamizar competências com impacto na capacidade operacional para minimizar carências de RH]

O grupo SIMAB continua a atuar num contexto marcado pela forte escassez de recursos humanos, por um lado, e, por outro lado, o elevado grau de relevância e impacto da sua missão pública para a economia à escala nacional. Estamos conscientes da importância, ambição e desafio deste objetivo. Só uma estrutura de RH adequada e capacitada poderá enfrentar com responsabilidade os desígnios da sua missão. O alinhamento das equipas com os objetivos estratégicos e estratégias dos próximos anos, o reforço de uma gestão orientada para resultados ambiciosos e o desenvolvimento de uma cultura proativa e de elevada prontidão assumirão um papel ainda mais importante no contexto atual.

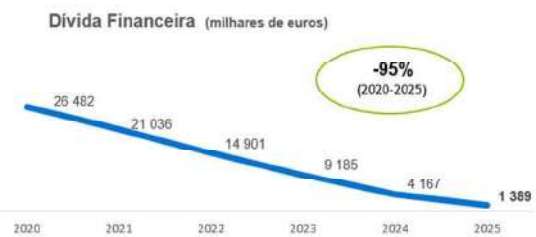
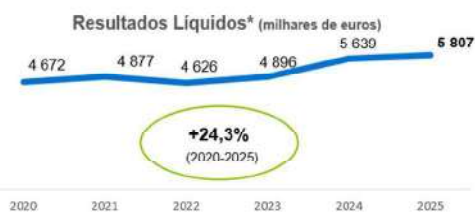
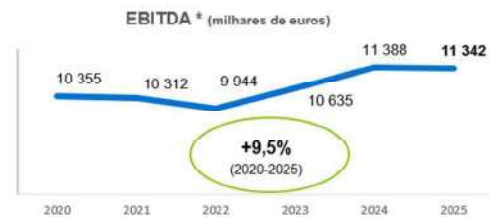
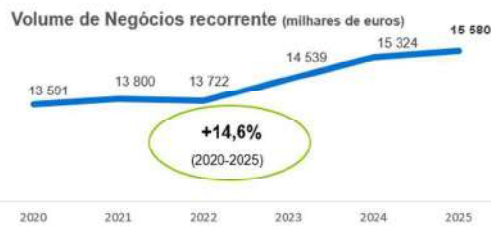
### 5 | CONTRIBUIR PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

[Adicionar valor às políticas públicas através da articulação de *stakeholders* & meios]

No contexto desafiante que irá marcar a nossa sociedade e o ambiente empresarial nos próximos anos, as políticas públicas necessitam de estar apoiadas numa abordagem colaborativa e proativa por parte de todos os seus *stakeholders*. Assegurar uma relação próxima, construtiva e estratégica com *stakeholders*-chave, será crucial para alavancar o impacto do valor acrescentado das políticas públicas. O cumprimento da missão pública do grupo SIMAB não se pode esgotar apenas na boa gestão do funcionamento dos mercados, pelo que o grupo pretende assumir uma postura ativa e dinamizadora nas suas obrigações em matérias de responsabilidade social e ambiental, requeridas numa política de elevado compromisso com o desenvolvimento sustentável em todas as suas vertentes.

## 4. SÍNTESE DE INDICADORES

INDICADORES OPERACIONAIS					
2000 25 anos em funcionamento	214 M€	101 ha	680	94%	50%
Data de início atividade	Investimento até a data	Área total	Operadores	Taxa Ocupação	RRR (Reciclagem/Recuperação/ Resíduos)
INDICADORES FINANCEIROS					
15,6 M€	11,3 M€	70%	5,8 M€	6,14%	13%
Volume de Negócios	EBITDA	Margem EBITDA	Resultados Líquidos	RCP	Rácio de Endividamento



## 5. ATIVIDADE DA EMPRESA

### 5.1. PARCERIAS INSTITUCIONAIS E PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO

No âmbito da sua política de desenvolvimento e promoção do Mercado Abastecedor, assim como de crescimento da atividade dos seus clientes - operadores grossistas e logísticos, e produtores agrícolas - e dos clientes destes - operadores retalhistas -, e com foco na investigação, inovação e sustentabilidade, a MARL, S.A. esteve envolvida em diversas parcerias estratégicas, reforçando a sua capacidade de colaboração, experiência, transferência de conhecimento e contributo para o reforço da Economia nacional e, em particular, do setor agroalimentar e da logística associada.

#### **LOURES INNOVATION HUB - Associação para a Inovação e Capacitação Empresarial**

O LOURES INNOVATION HUB integra, no MARL, um 'Food Lab', o qual se trata de um espaço que pretende dar resposta a startups, que se encontram incubadas quer no próprio MARL quer no concelho de Loures.

Este 'FoodLab', com uma área de 400m<sup>2</sup>, permite dar resposta operacional a projetos ligados à transformação alimentar, sendo também uma unidade industrial de testagem e produção agro-industrial, tendo a capacidade de ser também um hub de lançamento direcionado a todas as entidades empresariais que pretendam lançar-se no setor agroalimentar a nível dos mercados nacionais e internacionais.

#### **A2S - Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia**

A MARL, S.A. colabora, na qualidade de associada, com a A2S - Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia, formalmente constituída em janeiro de 2015. A2S é uma associação sem fins lucrativos e tem como finalidade a promoção do desenvolvimento económico, social e cultural da região saloia; a implementação e gestão de projetos e programas nacionais, da União Europeia ou cofinanciados, por forma a dar resposta aos desafios e objetivos definidos na 'Estratégia de Desenvolvimento Local' preconizada para o território onde se atua - Loures, Mafra e Sintra.

Por via do 'Plano Estratégico da Política Agrícola Comum' (PEPAC) e através da atividade A2S, são disponibilizados apoio financeiros a fundo perdido para projetos no território da sua área de influência, nas seguintes tipologias: pequenos investimentos na exploração agrícola; pequenos investimentos na bioeconomia e economia circular; investimentos em diversificação, comércio e serviços associados ; inovação na comercialização, cadeias curtas e mercados locais; conservação e valorização do património rural, natural, cultural e gastronómico.

#### **PORTUGAL FRESH**

A MARL, S.A. manteve o protocolo de colaboração com a PORTUGAL FRESH, associação que tem como finalidade promover as frutas, legumes e flores de Portugal, a nível nacional e internacionalmente. Esta parceria pretende facilitar o acesso dos clientes da MARL, S.A. (operadores) a plataformas setoriais e detentoras do know-how necessário para o crescimento e expansão das suas empresas.

#### **CAMPANHA 'PORTUGAL SOU EU'**

Em 2025, o Grupo SIMAB e a AIP – enquanto entidade operacional da campanha nacional 'Portugal Sou Eu', coordenada pelo IAPMEI – mantiveram o protocolo de colaboração que reforça o compromisso com a valorização da produção nacional.

Este protocolo prevê a adesão das empresas do Grupo SIMAB, incluindo a MARL, S.A., ao programa, bem como a promoção e difusão conjuntas das iniciativas associadas a esta campanha

de apoio à economia nacional. No âmbito desta parceria, foram desenvolvidas ações específicas no MARL, promovendo a identificação e valorização de produtos e serviços de origem nacional.

Entre as iniciativas implementadas, destaca-se a divulgação do logótipo da campanha junto dos operadores do Mercado, incentivando a sua incorporação na comunicação dos seus produtos e serviços. Adicionalmente, o logótipo do programa 'Portugal Sou Eu' passou a integrar os materiais de comunicação do MARL, reforçando a mensagem de apoio à economia de base nacional e contribuindo para a sensibilização dos diferentes agentes económicos.

Esta estratégia consolidou o posicionamento do MARL como um agente promotor da produção nacional, alinhado com os objetivos da campanha e com a missão do Grupo SIMAB de fortalecer o setor agroalimentar e a logística em Portugal.

### **ESCOLA PROFISSIONAL DE SALVATERRA DE MAGOS**

No âmbito da colaboração estabelecida entre a MARL e a Escola Profissional de Salvaterra de Magos, durante o ano de 2025, a DGC acolheu dois alunos para a realização de estágios curriculares integrados no 11.º ano do 'Curso Profissional de Comunicação – Marketing, Relações Públicas e Publicidade'. Esta iniciativa insere-se na estratégia de aproximação entre o meio académico e o contexto empresarial, promovendo a aplicação prática de conhecimentos técnicos em ambiente real de trabalho.

Os estágios tiveram a duração de 300 horas por aluno, decorrendo em formato híbrido, presencial e teletrabalho. No âmbito das atividades desenvolvidas, foi atribuído aos estagiários o estudo intitulado 'Caracterização dos Produtores que Comercializam no Pavilhão A03', com o objetivo de identificar os produtores que operam neste pavilhão, determinar a sua localização geográfica, caracterizar as respetivas áreas de produção e mapear a sua área de influência no contexto da Área Metropolitana de Lisboa.

Através da recolha e tratamento de dados, entregues no ato de inscrição anual na 'Loja de Apoio ao Cliente' (LAC) em junho, foi possível identificar a origem geográfica dos produtores, sistematizar as áreas produtivas representadas e representar graficamente a sua dispersão territorial e área de influência, conforme ilustrado na figura apresentada.

O resultado deste trabalho permitiu obter um retrato estruturado da rede de produtores presentes no 'Pavilhão A03' do MARL, evidenciando a relevância das cadeias curtas de abastecimento ao nível do comércio grossista na área metropolitana de Lisboa.

Considerando a pertinência estratégica da informação recolhida e a sua utilidade para a caracterização da dinâmica comercial e territorial dos produtores que operam no Mercado, este levantamento passará a ser realizado anualmente, permitindo acompanhar de forma sistemática a evolução da origem dos produtores, as alterações nas áreas de produção e a atualização da respetiva área de influência, consolidando assim um retrato contínuo e atualizado das cadeias curtas no sistema alimentar regional.

### **5.3. MARKETING INSTITUCIONAL**

As ações de marketing institucional do MARL, desenvolvidas ao longo de 2025 no âmbito da sua atividade regular, mantiveram como objetivos centrais: (i) reforçar a relação de proximidade e confiança entre a MARL, S.A. e os seus clientes, parceiros e demais *stakeholders*; (ii) potenciar a dinâmica comercial, socioeconómica e ambiental da empresa; e (iii) consolidar a notoriedade e o posicionamento do MARL enquanto principal plataforma logística agroalimentar do País e referência na cadeia de abastecimento alimentar, a nível nacional e internacional, integrando as vertentes de produção, transformação, comercialização e distribuição de produtos alimentares e não alimentares.

Em 2025, aprofundou-se a implementação do modelo de marketing institucional da MARL, S.A., alinhado com as orientações estratégicas definidas pelo Conselho de Administração, com especial enfoque na valorização do papel do MARL enquanto infraestrutura crítica para o abastecimento alimentar e agente ativo na promoção da sustentabilidade, inovação e competitividade do setor.

A estratégia de marketing institucional integrou ações de comunicação *above* e *below the line*, privilegiando uma abordagem multicanal e integrada, com recurso à imprensa escrita e digital, site institucional, redes sociais, plataforma automatizada de marketing, bem como à participação e organização de eventos técnicos, institucionais e comerciais.

Entre as atividades e iniciativas mais relevantes desenvolvidas ao longo do ano, destacam-se:

### **AÇÃO DE CAPACITAÇÃO DA FOODLINK – REDE PARA A TRANSIÇÃO ALIMENTAR NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA**

Nos dias 28 e 29 de janeiro, a SIMAB/MARL participou na ação de capacitação promovida no âmbito da 'FoodLink – Rede para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa', iniciativa que visa promover modelos alimentares mais sustentáveis, resilientes e de proximidade.

A sessão inaugural, realizada na CCDR-LVT, incidiu sobre três eixos estruturantes a integrar nos futuros parques agroalimentares multifuncionais: 'Alimentação Saudável', 'Circuitos Curtos' e 'Combate ao Desperdício Alimentar'. No decurso dos trabalhos, foram igualmente apresentadas as oportunidades de financiamento enquadradas no PRL 2030, que prevê um investimento global de 8 milhões de euros para apoiar ações e projetos alinhados com estes três domínios estratégicos, designadamente os cinco projetos piloto a desenvolver nos concelhos de Mafra, Oeiras, Palmela, Setúbal e Sintra.



No dia 29 de janeiro, em Sintra, foi apresentado um dos principais projetos da FoodLink – o 'Parque Agroalimentar Multifuncional de Sintra'. Durante a sessão, foi sublinhada a relevância estratégica do território agrícola do concelho, bem como o papel estruturante que estes parques podem desempenhar na dinamização e valorização da atividade agrícola e agroalimentar.

Na mesma ocasião, foi ainda apresentado o 'Parque Agroalimentar Terra da Costa e do Mar', localizado em Almada, atualmente o único em fase de instalação na área metropolitana de Lisboa.

A participação da SIMAB/MARL nestas iniciativas permitiu reforçar o posicionamento do MARL enquanto infraestrutura estratégica na promoção da produção local de proximidade e na dinamização dos circuitos curtos, pilares fundamentais para a construção de um sistema alimentar mais sustentável. Foi igualmente reiterado o compromisso da empresa no apoio à instalação de parques agroalimentares multifuncionais, nomeadamente através do estudo para a eventual criação de um MARL Sul, na margem sul da área metropolitana de Lisboa, projeto que se encontra em fase de análise e que poderá constituir um importante contributo para o reforço da proximidade entre produtores e consumidores.

### **O MARL EM DESTAQUE NA SIC**

O 'Pavilhão do Pescado' do MARL foi objeto de reportagem televisiva no canal SIC, que deu visibilidade à realidade atual do setor do pescado e aos desafios que este enfrenta, designadamente ao nível da procura e da dinâmica comercial.

A reportagem evidenciou o papel estruturante do MARL enquanto infraestrutura essencial para assegurar o regular abastecimento de pescado fresco à região e ao País, promovendo a ligação eficiente entre produtores, operadores grossistas, retalhistas e consumidores finais.



Num contexto de ajustamento do mercado e de diminuição do número de clientes, foi salientada a importância estratégica de equipamentos públicos como o MARL para a estabilidade da cadeia de abastecimento, contribuindo para mitigar constrangimentos e garantir a continuidade do serviço ao setor agroalimentar.

### APRESENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA PARA A TRANSIÇÃO ALIMENTAR NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

A 'Estratégia para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa' foi aprovada em Conselho Metropolitano da AML no dia 27 de fevereiro, tendo a sua apresentação pública decorrido a 20 de março, na sede esta instituição.



A SIMAB/MARL participou ativamente no processo de construção deste instrumento estratégico, no âmbito da rede FoodLink, contribuindo para a definição de orientações e medidas orientadas para a promoção de sistemas alimentares mais sustentáveis, circulares e resilientes.

Esta participação reforça o posicionamento do MARL enquanto agente relevante na transformação do sistema alimentar regional, alinhado com os princípios da sustentabilidade, da valorização da produção local e da eficiência na cadeia de abastecimento.

### VISITA AO MARL NO ÂMBITO DO PROJETO EUROPEU AFRIFOODLINKS



No dia 9 de abril, o MARL recebeu uma visita internacional integrada no projeto europeu 'AfriFoodLinks', iniciativa financiada pelo programa 'Horizon Europe' e orientada para a promoção da sustentabilidade dos sistemas alimentares urbanos.

Através da Câmara Municipal de Lisboa - em particular da Direção Municipal do Ambiente, Estrutura Verde, Clima e Energia -, e da sua agência de energia e ambiente - Lisboa E-Nova -, o projeto tem como objetivo fomentar a cooperação e a partilha de conhecimento entre cidades europeias e africanas, contribuindo para o reforço de políticas alimentares urbanas mais sustentáveis, inclusivas e resilientes.

Entre os dias 6 e 11 de abril, Lisboa acolheu representantes das cidades de Arusha (Tanzânia), Lusaka (Zâmbia) e Cidade do Cabo (África do Sul), no âmbito do programa de intercâmbio previsto pelo 'AfriFoodLinks'. A visita ao MARL, promovida pela Lisboa E-Nova, parceira da SIMAB na rede

FoodLink, contou com a participação de uma delegação composta pelos referidos representantes africanos.

Esta iniciativa permitiu dar a conhecer a estrutura, o modelo de funcionamento e o papel do MARL enquanto infraestrutura estratégica de abastecimento alimentar da região de Lisboa, reforçando a sua projeção no contexto internacional.

A SIMAB/MARL mantém o seu compromisso de colaboração ativa com redes e projetos que promovam sistemas alimentares mais sustentáveis e resilientes, consolidando o seu posicionamento enquanto plataforma de referência no panorama nacional e internacional.

### **1.º CICLO DE CONFERÊNCIAS FOODLINK : ‘SEMENTES PARA TRANSFORMAR O SISTEMA ALIMENTAR EM REDE’**

A FOODLINK – Rede para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa promoveu, entre setembro e novembro, o seu 1.º Ciclo de Conferências, subordinado ao mote ‘Sementes para Transformar o Sistema Alimentar em Rede’.



Criada em 2022 e integrando atualmente 40 entidades parceiras, a FOODLINK constitui uma plataforma colaborativa que dá continuidade à ‘Estratégia para a Transição Alimentar’, aprovada em 2025, visando o planeamento e a gestão integrada do sistema alimentar regional, com impactos positivos na economia, na saúde pública, no ambiente e na paisagem alimentar da Área Metropolitana de Lisboa.

O ciclo integrou três conferências temáticas:

- 24 de setembro – ‘One Health, One Soil: Alimentação Segura num Planeta Saudável’, realizada na NOVA Medical School, dedicada à reflexão sobre a interligação entre solos saudáveis, práticas agrícolas sustentáveis, qualidade nutricional e segurança alimentar;
- 16 de outubro – ‘Circularidade nos Sistemas Alimentares: Como Fechar o Ciclo’, dedicada ao sistema alimentar numa perspetiva de circularidade, evidenciando oportunidades de eficiência no consumo de energia e materiais;
- 28 de novembro – ‘Cadeias de Distribuição e Mercados de Proximidade’, realizada no Auditório do MARL.

A SIMAB/MARL participou ativamente nas diferentes sessões enquanto membro da rede, reforçando o seu compromisso com a promoção de sistemas alimentares mais seguros, sustentáveis e resilientes.

Particular destaque merece a 3.ª Conferência, acolhida no Auditório do MARL, que colocou no centro do debate o papel estruturante das cadeias de distribuição e dos mercados de proximidade na organização e eficiência do abastecimento alimentar regional.

A sessão reuniu um painel diversificado de especialistas e intervenientes do setor, incluindo operadores grossistas do MARL, representantes de autarquias, associações empresariais e confederações do setor agrícola, bem como profissionais ligados aos mercados abastecedores e municipais. O debate permitiu evidenciar a importância dos mercados abastecedores enquanto infraestruturas críticas para a estabilidade e eficiência da cadeia de abastecimento, bem como o

contributo dos mercados municipais na aproximação ao consumidor, na valorização de produtos locais e sazonais e no reforço da identidade alimentar dos territórios.

A conferência, moderada pelo jornalista Edgardo Pacheco, do jornal *Público*, proporcionou um espaço de diálogo qualificado e construtivo, consolidando o posicionamento do MARL como plataforma de referência na reflexão estratégica sobre o futuro do sistema alimentar regional e nacional.

### **MARL RECEBEU DELEGAÇÃO DA CAWA – CHINA AGRICULTURAL WHOLESAL MARKETS ASSOCIATION**

No dia 13 de novembro, o MARL recebeu uma delegação da CAWA – *China Agricultural Wholesale Markets Association*, liderada pelo seu Chairman, Ma Zengjun.



A visita enquadrou-se no âmbito da cooperação institucional entre as duas entidades, ambas membros da WUWM – *World Union of Wholesale Markets*, organização internacional que congrega mercados abastecedores e respetivas entidades gestoras, promovendo o intercâmbio de conhecimento, o diálogo e a colaboração entre os seus membros.

O programa da delegação teve início com uma reunião na sede da AICEP, prosseguindo no MARL com uma sessão institucional de apresentação do Grupo SIMAB. No Auditório do Mercado realizou-se um momento de partilha de experiências e boas práticas, centrado na organização, modelo de gestão e desafios atuais enfrentados pelos mercados abastecedores, tanto no contexto europeu como asiático.

A visita incluiu ainda um percurso pelas diferentes áreas operacionais do MARL, permitindo à delegação conhecer diretamente o funcionamento daquele que é o maior mercado abastecedor nacional, bem como a sua relevância estratégica na cadeia de abastecimento agroalimentar.

Esta iniciativa contribuiu para o reforço da projeção internacional do Grupo SIMAB e para o aprofundamento da relação com a CAWA, consolidando uma cooperação assente na partilha de conhecimento e no compromisso comum com sistemas alimentares mais eficientes, seguros e sustentáveis.

### **SIMAB/MARL RECEBEU VISITA DA CEASA CAMPINAS NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PROMOVIDA PELA WUWM**

No dia 3 de dezembro, a SIMAB/MARL recebeu a visita institucional e técnica da CEASA Campinas (Brasil), representada pela sua Presidente, Walquyria Majeveski — primeira mulher a assumir a liderança da instituição nos seus 50 anos de existência — e por Gabriel Medanha.



A visita enquadrou-se no âmbito das parcerias internacionais dinamizadas pela WUWM – *World Union of Wholesale Markets*, organização que integra ambas as entidades e que tem como missão fomentar a

cooperação, o intercâmbio de conhecimento e a partilha de boas práticas entre mercados abastecedores a nível global.

Reconhecida como um dos polos de abastecimento mais organizados do Brasil, a CEASA Campinas destaca-se pela modernização das suas infraestruturas, pela eficiência operacional e pela qualidade da sua gestão. Durante a visita ao MARL, a delegação teve oportunidade de conhecer o modelo de funcionamento do mercado, as suas diferentes áreas operacionais e as linhas estratégicas de desenvolvimento em curso.

O encontro permitiu uma troca aprofundada de experiências sobre desafios comuns aos mercados grossistas, nomeadamente nas áreas da logística, do abastecimento alimentar, da inovação tecnológica e da modernização das infraestruturas. Esta iniciativa contribuiu para o reforço dos laços institucionais entre duas entidades de referência no espaço lusófono e para a consolidação de uma cooperação assente na melhoria contínua e na promoção de sistemas alimentares mais eficientes, resilientes e sustentáveis.

A SIMAB reafirma, assim, o seu compromisso com a internacionalização e com o desenvolvimento de parcerias estratégicas que acrescentem valor ao setor e reforcem a competitividade dos mercados abastecedores nacionais.

### **MARL LANÇOU CAMPANHA DE COMUNICAÇÃO DOS 25 ANOS SOB O MOTE ‘LIGAMOS QUEM ALIMENTA O FUTURO’**

O MARL lançou, em 2025, a sua campanha de comunicação comemorativa dos 25 anos de atividade, centrada no mote ‘MARL – Ligamos Quem Alimenta o Futuro’, que reflete o papel estruturante desta plataforma na cadeia de abastecimento alimentar e na logística nacional.

Ao longo de um quarto de século, o MARL tem assegurado a ligação entre produtores, grossistas, distribuidores, retalhistas e consumidores, contribuindo para um abastecimento eficiente, seguro e sustentável. Esta capacidade de conectar o campo à cidade, a produção ao consumo e o presente ao futuro constitui a essência da identidade do MARL.

A campanha esteve presente em diversos suportes físicos no MARL, incluindo mupis distribuídos pelo mercado, e foi divulgada através de materiais institucionais e das redes sociais do Grupo SIMAB. Estruturada em seis cartazes sequenciais, a iniciativa visou transmitir de forma clara e consistente a mensagem das comemorações, valorizando todos os intervenientes que diariamente contribuem para o funcionamento deste ecossistema estratégico para o abastecimento alimentar nacional.



### **MARL CELEBROU 25 ANOS – SESSÃO COMEMORATIVA ‘LIGAR QUEM ALIMENTA O FUTURO’**

No dia 10 de dezembro de 2025, o MARL celebrou 25 anos de atividade com uma sessão comemorativa realizada no auditório da plataforma logística, em São Julião do Tojal.

O evento assinalou um quarto de século de operação de um equipamento estratégico para o abastecimento agroalimentar e a logística nacional, reunindo líderes institucionais, operadores,

parceiros e diversas personalidades que marcaram a história do maior e mais moderno centro logístico de base agroalimentar de Portugal, implantado numa área total de 101 hectares.

A sessão de abertura esteve a cargo de Jorge Reis, Presidente do Grupo SIMAB, que destacou que “este evento não serve apenas para comemorar os 25 anos do MARL, mas para demonstrar a importância do MARL no desenvolvimento da economia regional e nacional”, recordando que a história do MARL se iniciou com a criação da SIMAB, em 1993, e com a definição de uma rede nacional de mercados abastecedores, na qual o MARL se afirmou como eixo estruturante desde cedo.



O Presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Leão, considerou a data histórica e sublinhou o papel determinante do MARL na modernização económica do concelho, destacando a contribuição da plataforma para o desenvolvimento das atividades económicas, para a atratividade do território e para a capacidade de resposta às necessidades das empresas. O autarca enalteceu o modelo de sucesso do MARL, a sua resiliência face aos desafios nacionais e internacionais, e manifestou a vontade do Município de Loures em reforçar a parceria institucional com a plataforma estratégica.

O encerramento da sessão esteve a cargo do Secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços, Pedro Machado, que reforçou a relevância do MARL no abastecimento, comércio e logística a nível nacional.

O programa comemorativo incluiu conversas sobre o percurso e evolução do MARL, com a participação de Nuno Baltazar Mendes, ex-Presidente do MARL, Alexandre Castilho, ex-Diretor Técnico, e Nuno Gonçalves, operador de hortofrutícolas, moderadas por Edgardo Pacheco, jornalista do *Público*. Foram ainda apresentadas a importância estratégica da plataforma para a região e para o país, assinou-se um protocolo entre a SIMAB e a Transportes Metropolitanos de Lisboa para formalizar o estudo de viabilidade do futuro MARL Sul, e realizou-se uma homenagem aos colaboradores com 25 ou mais anos de serviço no Grupo SIMAB.

Sob o mote ‘Ligamos Quem Alimenta o Futuro’, a celebração dos 25 anos do MARL reafirmou o seu papel central no sistema alimentar nacional, destacando o compromisso com um futuro mais eficiente, sustentável e colaborativo.

### **MARL ASSINALOU 25 ANOS A ABASTECER QUATRO MILHÕES DE PORTUGUESES (NOTÍCIA NO JORNAL ECONÓMICO)**

Em 2025, o Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL) celebrou 25 anos de atividade, consolidando-se como o maior centro logístico de base alimentar em Portugal. A data foi assinalada com um evento comemorativo realizado no dia 10 de dezembro e destacada numa reportagem do Jornal Económico.

Reconhecido como o ‘porta-aviões’ do Grupo SIMAB, o MARL garante o abastecimento de cerca de quatro milhões de portugueses, assumindo um papel central na coesão e eficiência do sistema agroalimentar nacional. Em 2024, o mercado registou um volume de negócios de 15,3 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 5,4% face ao ano anterior, e um resultado líquido de 5,6 milhões de euros, o melhor de sempre.

Com uma área de 101 hectares — aproximadamente 100 campos de futebol — e uma taxa média de ocupação de 93%, o MARL mantém-se como um pilar estratégico para a economia portuguesa.

Ao longo de um quarto de século, já foram realizados investimentos superiores a 200 milhões de euros na infraestrutura e modernização do mercado.

Jorge Reis, Presidente do Grupo SIMAB e do MARL, destacou a visão de futuro da organização, incluindo a avaliação da criação de um polo na Margem Sul do Tejo, acompanhado de estratégias de modernização, sustentabilidade e reforço da capacidade logística.

Este marco histórico reafirma o papel do MARL como plataforma essencial no abastecimento alimentar nacional, com impacto direto na economia, na segurança alimentar e na proximidade entre produtores e consumidores.

### **SIMAB E TML ASSINARAM PROTOCOLO NO ÂMBITO DO ESTUDO DE VIABILIDADE DO 'MARL SUL'**

No dia 10 de dezembro de 2025, durante a sessão comemorativa dos 25 anos do MARL, foi formalizado um protocolo de colaboração entre a SIMAB e a Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML).

O protocolo enquadra-se no estudo de viabilidade do projeto 'MARL Sul', que integra a estratégia de reforço do abastecimento agroalimentar, da logística e da mobilidade sustentável na área metropolitana de Lisboa.



Esta iniciativa evidencia a aposta da SIMAB na valorização dos mercados abastecedores enquanto infraestruturas estratégicas para o desenvolvimento económico e territorial, promovendo soluções integradas e sustentáveis para os desafios presentes e futuros do sistema alimentar.

### **GRUPO SIMAB APRESENTOU NO MARL BOAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE ALIMENTAR NO QUADRO DA COMISSÃO EUROPEIA**

No dia 16 de dezembro de 2025, realizou-se a reunião online do 'Subgrupo de Doação Alimentar da Comissão Europeia', que reuniu decisores, especialistas e operadores internacionais para debater o papel dos mercados grossistas na segurança alimentar e na valorização de excedentes.

O Grupo SIMAB apresentou o trabalho desenvolvido em matéria de sustentabilidade, com especial destaque para o MARL. A apresentação evidenciou um modelo estruturado e contínuo de doação alimentar, que inclui:

- Doação diária de excedentes de produtos frescos pelos operadores do mercado;
- Recolha e redistribuição asseguradas pelo Banco Alimentar Contra a Fome, sediado no MARL;
- Infraestruturas de cadeia de frio garantidas pelo Grupo SIMAB;
- 2.291 toneladas de produtos frescos recolhidas em 2024, apoiando mais de 45.000 pessoas;
- Reconhecimento do MARL como o segundo maior doador de produtos ao Banco Alimentar na região de Lisboa, superando as entidades da Grande Distribuição em quase duas vezes.

Foram também apresentadas iniciativas complementares, como a valorização de subprodutos, compostagem de resíduos orgânicos, o 'Programa 5 ao Dia' e parcerias académicas centradas na avaliação de perdas alimentares e na criação de valor.

Esta participação reforçou o compromisso do Grupo SIMAB com modelos alimentares mais eficientes, inclusivos e alinhados com as prioridades europeias de sustentabilidade, consolidando o MARL enquanto referência em responsabilidade social e gestão sustentável de excedentes alimentares.

### SÍTIO MARL

Ao longo de 2025, o sítio do MARL ([www.marl.pt](http://www.marl.pt)) manteve-se constantemente atualizado com informações relevantes sobre a atividade deste equipamento, incluindo relatórios das empresas, notícias, eventos, iniciativas dos operadores, otimização de recursos energéticos e questões ambientais, entre outros temas de interesse.

No âmbito da comunicação institucional, o site oferece aos operadores, clientes e demais stakeholders acesso a informações essenciais, como horários do Mercado por área de atividade, relatórios de análises à água, monitorização de pragas e outros dados relevantes, garantindo transparência e facilidade de consulta.

O projeto de remodelação do sítio institucional do MARL, iniciado em 2024, foi concluído e colocado online no início de 2025, seguindo o modelo gráfico desenvolvido para os restantes sites do Grupo SIMAB. O novo portal apresenta uma interface moderna, intuitiva e *user friendly*, com navegação otimizada e conteúdos detalhados e atualizados sobre a atividade do MARL.

Esta atualização representa um importante avanço na comunicação institucional, reforçando a presença digital do MARL enquanto plataforma de referência no setor e facilitando o acesso à informação para todos os seus *stakeholders*.

### REDES SOCIAIS

Em 2025, a comunicação institucional do MARL manteve-se ativa e dinâmica nas suas páginas oficiais nas redes sociais – ‘Facebook’, ‘LinkedIn’ e ‘Instagram’ –, com a publicação regular de conteúdos relevantes para operadores, clientes e demais *stakeholders*. Esta estratégia reforçou a proximidade com os públicos-alvo, promovendo tanto a atividade do Mercado como das empresas operadoras.

Ao longo do ano, foram divulgadas ações relacionadas com a participação do MARL em eventos, encontros e reuniões de trabalho, bem como peças promocionais sobre o Mercado e os seus operadores. O calendário de publicações incluiu também conteúdos alusivos a datas festivas e comemorativas, notícias da União Mundial de Mercados Abastecedores (WUWM) e informações sobre a atividade diária e regular do Mercado, aumentando a visibilidade e o reconhecimento da sua operação.

Adicionalmente, foram partilhadas presenças em eventos técnicos, visitas institucionais e internacionais, bem como documentos técnicos de interesse para os diversos agentes do setor, contribuindo para uma comunicação consistente, informativa e estratégica do MARL enquanto plataforma de referência no setor agroalimentar.

## 5.2. ÁREA COMERCIAL

O Mercado Abastecedor da Região de Lisboa completou 25 anos de atividade, no dia 3 de julho. Tal facto implicou a necessidade de proceder à renegociação das condições contratuais de aproximadamente 500 contratos celebrados antes da abertura do Mercado, ocorrida a 3 de julho de 2000.

Deste universo, apenas nove Operadores optaram pela caducidade contratual, evidenciando um elevado nível de fidelização das empresas instaladas nos diversos setores de atividade. As negociações realizadas com os representantes dos setores Hortofrutícola, das Flores e Plantas Ornamentais e do Pescado permitiram manter os direitos e obrigações contratuais anteriormente estabelecidos, destacando-se a fixação do prazo máximo contratual de 25 anos, assegurando estabilidade e previsibilidade à exploração do Mercado.

No Pavilhão do Pescado, foram renegociados 57 dos 60 contratos existentes, incluindo contratos cujo termo ocorreria entre 2026 e 2028. As negociações desenvolvidas com a ALIF, associação que representa os Operadores do sector do Pescado, permitiram ainda a revisão de sete contratos de utilização temporária, que passaram a prever um prazo máximo de 25 anos, criando condições favoráveis ao investimento e ao crescimento das empresas instaladas.

O Pavilhão das Flores e Plantas Ornamentais continua a evidenciar uma dinâmica comercial mais moderada. Ainda assim, o processo de renegociação contratual permitiu a reorganização da atividade de algumas empresas, através da adequação da dimensão dos espaços contratualizados, garantindo a continuidade da sua presença no Mercado. Em simultâneo, registaram-se situações de expansão, com a celebração de novos contratos e o aumento das áreas ocupadas por três empresas, refletindo sinais de ajustamento e potencial recuperação do setor.

O setor hortofrutícola mantém um papel central na atividade do Mercado, apresentando uma taxa de ocupação próxima dos 100%. Dos 588 espaços existentes, 582 encontram-se contratualizados.

No setor Grandes Clientes/Outras Áreas, foi renegociado o contrato da Área de Serviço MARL e verificou-se a caducidade do contrato de utilização com a instituição bancária que desenvolvia atividade no NAC (Núcleo Administrativo e Comercial).

A formalização dos novos contratos ainda se encontra em curso, estando prevista a sua conclusão até ao final do primeiro trimestre de 2026. À data de 31 de dezembro de 2025, encontravam-se formalizados 62% dos contratos.

A posição estratégica do MARL enquanto principal plataforma agroalimentar e logística do país continua a constituir um fator determinante para a atração e retenção de empresas, beneficiando do acesso às principais vias rodoviárias, da proximidade ao Aeroporto de Lisboa e aos principais portos marítimos. Estes fatores sustentam a procura por espaços e reforçam o papel do Mercado na cadeia de abastecimento nacional.

Após 25 anos de atividade, mantêm-se válidos os pressupostos que justificaram a construção do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa: uma unidade funcional que integra um conjunto de instalações e infraestruturas, funcionando como entreposto comercial para produtores e distribuidores. No MARL desenvolve-se o comércio grossista de produtos alimentares, perecíveis e não perecíveis, bem como atividades complementares que asseguram circuitos de comercialização nas melhores condições de higiene, segurança e qualidade, promovendo o escoamento da produção agrícola e uma organização eficaz das atividades comerciais, contribuindo para a melhoria da eficiência do comércio por grosso de produtos alimentares, em especial dos mais perecíveis.

**SETOR HORTOFRUTÍCOLA (PLATAFORMA DOS ÁLAMOS)** - Em 2025, no âmbito do regular funcionamento da atividade comercial do MARL, destaca-se a assinatura de quatro contratos de concessão, com prazos de 25 e 10 anos, três dos quais relativos a espaços de 32,5 m<sup>2</sup> e um a um espaço de 121 m<sup>2</sup>. Foram ainda formalizadas 17 cessões de posição contratual, sete renovações e três rescisões.

No que respeita ao Pavilhão dos Produtores (A03), registaram-se 220 inscrições de produtores, verificando-se uma diminuição de 17 inscritos face ao ano anterior, o que configura alguma redução da atividade neste pavilhão. Esta diminuição poderá estar relacionada com o envelhecimento da maioria dos pequenos produtores que ali desenvolvem atividade. O Pavilhão A03 é amplamente procurado pelos utentes do Mercado, assegurando a venda direta produtor/comprador, em espaços de 3 m<sup>2</sup>, disponibilizados segundo diferentes modalidades de reserva: mensal, alguns dias por mês ou diária.

Neste setor, destaca-se ainda a ocupação de três entrepostos (A09, A11 e A12) por empresas importadoras/exportadoras e por operadores de logística e transporte de produtos hortofrutícolas.

**GRANDES CLIENTES / OUTRAS ÁREAS** – Neste setor, verificou-se a celebração de um novo contrato para um espaço de cerca de 300 m<sup>2</sup> localizado no Núcleo Administrativo e Comercial, a renovação de um contrato já existente e a rescisão do contrato de utilização do restaurante de apoio ao Pavilhão das Flores e Plantas Ornamentais.

**SETOR DO PESCADO E POLIVALENTE (PLATAFORMA DO ROUCO)** – o Pavilhão do Pescado (R07) constitui a única infraestrutura do país com número de controlo veterinário e licença sanitária, dispondo ainda de serviços de apoio às transações dos grossistas, nomeadamente câmaras de frio e gelo laminado. Esta infraestrutura representa uma mais-valia para as empresas do setor, num contexto de exigências higio-sanitárias cada vez mais rigorosas na comercialização de pescado fresco. Em 2025, a taxa de ocupação deste pavilhão registou uma ligeira diminuição. Foram formalizadas sete renovações contratuais e três novos contratos, dois dos quais com empresas que não desenvolviam anteriormente atividade no Pavilhão R07. Registaram-se ainda duas rescisões contratuais.

O Pavilhão Polivalente registou uma taxa de ocupação de 98%, funcionando essencialmente como entreposto para empresas de diversos setores de atividade. Em 2025, foram formalizadas três rescisões, quatro renovações contratuais e um novo contrato para uma área de 484 m<sup>2</sup>, celebrado com uma empresa que já desenvolvia atividade numa área de 290 m<sup>2</sup> no setor hortofrutícola.

**SETOR DAS FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS** – É o setor de atividade que apresenta uma menor rotatividade de operadores, nos últimos anos tem vindo a registar uma redução do número de empresas que desenvolvem atividade no pavilhão R02. Em 2025, salienta-se a expansão da atividade de duas empresas já instaladas, uma das quais passou a ocupar cerca de 95 m<sup>2</sup> e a outra 89 m<sup>2</sup>, bem como a celebração de um novo contrato de utilização para três espaços de 39,2 m<sup>2</sup> cada. Registaram-se ainda duas renovações contratuais e uma rescisão.

#### **TAXA DE OCUPAÇÃO**

O quadro seguinte apresenta as taxas de ocupação dos pavilhões principais do MARL:

#### Ocupação dos Pavilhões

Pavilhão	Nº Espaços			Tx. Ocup 31/12/25	
	Total	Ocupados 31/12/24	Ocupados 31/12/25		
<b>Pavilhões Principais - Plataforma dos Álamos</b>					
A01	72	72	69	3	96%
A04	72	72	72	0	100%
A05	36	36	36	0	100%
A06	72	72	72	0	100%
A07	36	36	36	0	100%
A08	72	72	72	0	100%
A10	188	188	185	3	98%
A11	4	4	4	0	100%
<b>Pavilhões Principais - Plataforma do Rouco</b>					
R02	92	69	73	19	79%
R04	60	59	59	1	98%
R07	120	99	91	29	76%
<b>Total</b>	<b>824</b>	<b>779</b>	<b>769</b>	<b>55</b>	<b>93%</b>

#### 5.4. ÁREA OPERACIONAL

Relativamente à área operacional do MARL, em 2025 foram lançados concursos públicos para a segurança e vigilância, limpeza interior, limpeza exterior e manutenção.

No que diz respeito à segurança e vigilância, existiu alteração de prestador de serviços, tendo a nova empresa iniciado funções a 1 de junho.

No que concerne à limpeza exterior e manutenção, optou-se por lançar um único procedimento, intitulado de “Gestão Integrada de Espaços Exteriores, Resíduos e Manutenção de Equipamentos”, por forma a tentar maximizar, no futuro, algumas sinergias ao nível dos recursos humanos, dos equipamentos existentes e de algumas intervenções que devem ocorrer conjuntamente. No âmbito deste procedimento, existirá, face às equipas atuais, o aumento de um elemento para apoio ao funcionamento da Eco Área e às rotas de valorizáveis/recicláveis.

Foi lançado procedimento concursal referente à prestação de serviços de limpeza interior, mas o mesmo não ficou concluído em 2025.

**LIMPEZA E RESÍDUOS** - Nesta área, apesar do aumento quantitativo de resíduos, a taxa de reciclagem valorização manteve-se em cerca de 50%, tal como no ano anterior.

Em face dos encerramentos da Valorsul/CTRSU foi necessário recorrer, complementarmente, a outras entidades para o tratamento dos resíduos indiferenciados.

**SEGURANÇA** - Para além da entrada em funções de um novo prestador de serviços, a 1 de junho, continuou-se a recorrer aos elementos gratificados da GNR, no sentido de assegurar o normal funcionamento do Mercado e de preservar a capacidade de atuação em matérias que, legalmente, se encontram vedadas à equipa de segurança, o que proporciona uma capacidade de intervenção mais alargada na fiscalização do Mercado.

**SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS** – Manteve-se a prestação de serviços autónoma para acompanhamento e manutenção do SADI e deu-se início à prestação de serviços de Assessoria Técnica/Consultadoria de SCIE.

Adquiriram-se novos sistemas de segurança contra incêndio para os Pavilhões A04, A11 e R02. Foram também comprados 46 novos carretéis de incêndio.

Adjudicou-se ainda a inspeção aos Sistemas de Proteção Contra Descargas Atmosféricas.

**INTERVENÇÕES EM EDIFÍCIOS, INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS** - Ao nível das intervenções de reposição e alargamento da capacidade produtiva dos equipamentos e instalações da MARL, SA, no ano de 2025, destacamos as seguintes intervenções:

- Conclusão dos trabalhos de reabilitação da conduta águas residuais do topo sul poente do MARL;
- Reabilitação dos edifícios dos Álamos;
- Reabilitação das juntas de dilatação do edifício do NAC;
- Reabilitação da cobertura do NAC;
- Reabilitação de coberturas do edificado do MARL (plataforma dos Álamos – pavilhões hortofrutícolas);
- Reabilitação das coberturas dos escritórios do pavilhão A07;
- Reabilitação do sistema viário, pavimento betuminoso da plataforma do Rouco;
- Reparação do topo norte nascente do A07;
- Instalação de uma nova portaria na plataforma dos Álamos;
- Reabilitação da iluminação exterior do Mercado (cais de acostagem e vias de circulação adjacentes ao edificado);
- Reabilitação das marcações viárias da plataforma dos Álamos, contemplando o reforço pontual de sinalética;
- Reabilitação da vedação da Eco Área;
- Limpeza global dos espaços verdes adjacentes ao sistema viário do Mercado;
- Reforço da sinalética do Mercado;
- Substituição dos cabos de aço das torres de iluminação de 30,00m;
- Reforço do sistema de CCTV implementado no Mercado – aquisição de novas camaras e implementação de nova plataforma de monitorização do sistema;
- Aquisição de novos equipamentos /ecrãs para visualização do sistema de CCTV e instalação de nova sinalética de videovigilância no Mercado;
- Instalação de um novo vídeo porteiro no portão sul;
- Montagem de duas novas vedações nos parques de estacionamento na plataforma do Rouco;
- Aquisição de novos equipamentos para os colaboradores (computadores e monitores);
- Instalação de três novos aparelhos de ar condicionado no edifício NAC;

- Reabilitação das células dos reservatórios da estação elevatória do MARL;
- Aquisição de um chiller para o Pavilhão A04;
- Manutenção dos reservatórios de água e estação elevatória do Mercado;
- Aquisição de um novo vão para o edifício do NAC – acesso para a manutenção dos equipamentos de AVAC;
- Aquisição de 110 contentores de 240 l e 125 contentores de 1000 l;
- Monitorização do talude sul (muro M1).

**REGULAMENTO INTERNO DO MERCADO** – Ao abrigo do Regulamento Interno do Mercado (RI) foram aplicados, em 2025, 13 registos de ocorrência (49 em 2024).

### 5.5. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Em 2025, a área de Sistemas de Informação deu continuidade ao plano que visa alcançar uma gestão eficiente dos equipamentos e serviços que lhe estão afetos, numa perspetiva de grupo e com enquadramento na prestação de serviços da MARL, SA à SIMAB, SA, e, por inerência, a todas as empresas do Grupo.

Do conjunto de iniciativas e atividades realizadas, destacam-se:

- Gestão dos serviços DNS (“*domain name services*”) do domínio MARL.PT; gestão dos serviços internos de DNS do domínio MARL.PT; manutenção/inserção de informação interna na intranet; “*help desk*” aos sistemas de informação; apoio aos utilizadores da Plataforma Eletrónica de Contratação; “*updates*” e “*upgrade*” do ERP Primavera; “*updates*” e “*upgrade*” do Sistema de Gestão de Contratos; “*updates*” do “*firewall*”; atualização do antivírus no Grupo SIMAB; licenciamento “Microsoft”, que abrange o licenciamento das componentes de servidor, de servidor de correio, de servidor de base de dados e de gestão de rede. No que diz respeito a “*desktop’s*”, abrange o sistema operativo, a “*suite*” de aplicativos para escritório e ligação aos servidores;
- Aquisição de equipamentos (computadores, monitores e ecrãs) e periféricos para reforço da atividade dos colaboradores;
- Migração da versão V10 do ERP Primavera para o ERP CEGID Evolution;
- Aquisição do Software ManageEngine – gestão e atualização dos computadores, de forma contínua e centralizada;
- Aquisição do Software NetSkope - O Netskope é uma solução líder em Security Service Edge (SSE) e CASB (Cloud Access Security Broker), concebida para proteger dados e utilizadores em ambientes cloud e híbridos. Com a crescente adoção de aplicações SaaS, IaaS e trabalho remoto, torna-se essencial garantir visibilidade e controlo sobre o tráfego que não passa pelo perímetro tradicional;
- Renovação das licenças do IoT Security e do Panorama;
  - A gestão da segurança da rede através do Panorama (gestão centralizada), permite a criação de políticas consolidadas, com funcionalidade líder do setor e uma base de regras eficiente, obtendo informações sobre o tráfego e ameaças em toda a rede do Grupo SIMAB;
  - O *IoT Security* gera automaticamente recomendações e políticas de segurança para controlar o tráfego de dispositivos, bem como a criação automática de atributos para

os vários equipamentos/dispositivos que serão aplicados nas políticas de gestão das *Firewalls*;

- Aquisição de novos equipamentos para o sistema de CCTV do mercado (switch's de comunicações);
- Projeto para a implementação de um DR.

#### 5.6. EFICIÊNCIA DE RECURSOS E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A MARL, S.A. prosseguiu os seus esforços para reduzir os impactos ambientais resultantes da atividade do Mercado. Alinhada com a política do Grupo SIMAB, manteve o acompanhamento das temáticas relativas à eficiência de recursos, designadamente os procedimentos já existentes de controlo e monitorização dos diversos consumos de energia e de água.

Neste contexto, nos últimos anos destaca-se a consolidação do funcionamento diário da 'Eco-Área' do MARL, para a qual diariamente os retalhistas (compradores) que acedem ao Mercado são direcionados, de modo a aí depositarem eventuais resíduos nos contentores separativos que aí se encontram (papel/cartão, madeiras, plásticos, indiferenciados), bem como para o reforço da rota de orgânicos e alargamento da recolha seletiva aos operadores mais relevantes, designadamente os instalados na plataforma superior.

De realçar a relevante eficiência criada neste processo de depósito, seleção e triagem, recolha e transporte, tendo sido criados hábitos e mudanças comportamentais bastante positivos junto dos operadores e seus clientes, quer promovendo a higiossanidade e qualidade geral do espaço de Mercado, quer potenciando a operação e reduzindo os custos de limpeza.

Estas ações permitem melhorar a eficiência operacional e a monitorização do desempenho da atividade, nas suas diferentes componentes operacionais, e garantir acrescidos níveis de serviço e governabilidade, para além da prossecução dos objetivos de responsabilidade ambiental.

Mantiveram-se ativos quatro (4) pontos distintos de carregamento de baterias de veículos elétricos nos parques de estacionamento do MARL, contribuindo para um Mercado cada vez mais verde e ecológico, sustentável com soluções amigas do ambiente. Verificou-se igualmente a instalação de pontos de carregamento próprios, por parte de alguns operadores do MARL, no espaço de estacionamento previsto contratualmente, para as respetivas frotas de viaturas.

Este incentivo à mobilidade elétrica é um importante contributo para a mobilidade sustentável e para o aumento da eficiência energética no transporte, com soluções para os seus clientes, ou potenciais clientes, com viaturas elétricas que, através de cartão, de acesso aos postos de acesso público da rede, de comercializador de eletricidade para a mobilidade elétrica (CEME), terão acesso a carregamento rápido ou semirrápido, dentro das instalações do MARL.

As ações desenvolvidas fortalecem o objetivo estratégico de posicionar o MARL como uma plataforma logística cada vez mais eficiente, ambientalmente sustentável e, através das potenciais poupanças na racionalização dos consumos, alavancar ainda mais o seu crescimento económico.

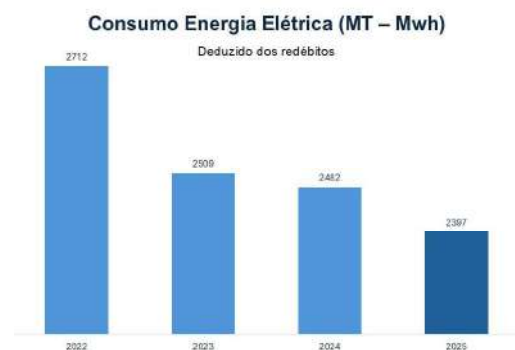
INDICADORES	2023	2024	2025	Δ% 25/24
Água: Consumo efetivo na atividade (m <sup>3</sup> )	31 117	30 890	29 615	✓ -4%
Indicador Eficiência Água-Vol Neg (m <sup>3</sup> /m€) <sup>(1)</sup>	2,1	2,0	1,9	✓ -4%
Energia MT: Consumo excluindo redêbitos aos Operadores (MWh)	2 508,6	2 481,5	2 397,0	✓ -3%
Incorporação de energias renováveis no consumo final de energia - UPAC (Mwh)	nd	46,7	188,1	✓ 303%
Indicador Eficiência Energia-Vol Neg (kWh/m€) <sup>(2)</sup>	172,5	161,9	154,7	✓ -4%
Resíduos Reciclagem/Recuperação [RRR]: (ton) <sup>(3)</sup>	2 991	3 621	3 917	✓ 8%
Indicador RRR no total de Resíduos Mercado (%)	45%	50%	50%	0 p.p

<sup>(1)</sup> metro cúbico por mil euros de volume de negócios (recorrente)

<sup>(2)</sup> kilo watt hora por mil euros de volume de negócios (recorrente)

<sup>(3)</sup> Recicláveis [Papel/Cartão; Plástico/Filme; Vidro] + Orgânicos [Reutilizáveis p/ Energia e na agricultura] + Pescado rejeitado [Transformação em Subprodutos cat.3]

## RECURSOS ENERGÉTICOS



Em linha com metas nacionais, o Grupo SIMAB tem vindo a promover, nos últimos anos, a dinamização de medidas que fomentem a redução dos consumos de energia, através da eficiência na utilização dos recursos.

Em 2025, o consumo de energia elétrica (média tensão) efetivo do MARL<sup>1</sup> atingiu os 2.397 MWh, registando um decréscimo de 3% face a 2024, ano em que foram consumidos 2.482 MWh.

No âmbito da eficiência energética, da redução e racionalização de consumos, as ações já implementadas ao longo dos últimos anos têm permitido que a MARL, S.A. apresente,

anualmente, reduções do consumo de energia.

O perfil de consumo de energia do MARL, decorrente da atividade do Mercado e do complexo do tipo (agro)industrial em que a mesma se realiza, assentou, essencialmente, em três grandes componentes consumidoras e responsáveis pelos consumos registados: (i) o sistema de AVAC existente na maioria dos pavilhões do Mercado; (ii) o consumo de energia decorrente do fornecimento de água, no sistema de bombagem de água da estação elevatória e de bombas de circulação do reservatório; e (iii) a iluminação, interior e exterior, do próprio Mercado.

Com vista ao incremento na incorporação de energias renováveis no consumo final de energia, através de soluções de autoconsumo, a MARL, S.A. concluiu a instalação de novas unidades em falta, ficando a produzir em pleno desde o início de 2025 e dando continuidade ao trabalho iniciado

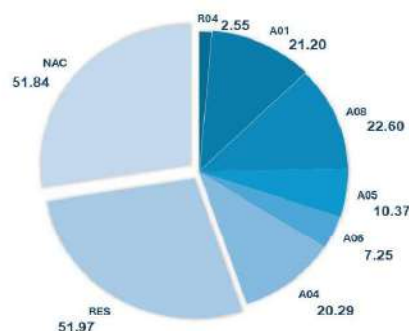
<sup>1</sup> Deduzido de repasses de energia a uma minoria dos clientes; os restantes operadores têm contrato direto com fornecedor de energia.

em 2023, referente à instalação de unidades de produção para autoconsumo (UPAC). A produção de energia das unidades já instaladas ascendeu a 188 MWh em 2025.

Outras medidas implementadas e que contribuíram para um decréscimo do consumo total de energia:

- Ajuste contínuo dos horários de funcionamento e dos níveis de energia no interior dos pavilhões e áreas adjacentes (cais de acostagem e circulação envolvente);
- Controlo contínuo no horário da iluminação pública/viária;
- Instalação de armaduras com sensores de movimento;
- Acompanhamento permanente dos consumos, através de software de monitorização e gestão de consumos energéticos (telemetria), o que permite uma maior eficiência operacional, quer na recolha de dados de faturação, redébito dos consumos aos operadores, quer no armazenamento dos mesmos, e essencialmente pela eficiência na implementação de medidas e ações corretivas a implementar.

Energia Produzida pelas UPAC (Mwh)



Deste modo, foi concluído em 2025 o processo para instalação no MARL de um sistema de 'Autoconsumo Coletivo', o qual irá permitir, no futuro, partilhar energia produzida pelas UPAC existentes e/ou que venham a ser instaladas – através dos diferentes códigos de ponto de entrega (CPE) existentes no Mercado –, contribuindo para a produção de fontes de energia renováveis e aproveitamento do excedente de energia produzida pela respetiva UPAC e não utilizada diretamente pelo CPE associado.

## RECURSOS HÍDRICOS

A MARL tem vindo a implementar medidas de racionalização do consumo de água, medição correta dos consumos a repassar, controlo da sua utilização e sensibilização de todos os intervenientes para a necessidade de otimizar o consumo deste recurso natural essencial.

De entre os procedimentos e equipamentos para racionalização do consumo de água, importa destacar os seguintes:

- Acompanhamento permanente dos consumos, através de software de monitorização e gestão de consumos hídricos e energéticos (telemetria), o que permite uma maior eficiência operacional, quer na recolha de dados de faturação, redébito dos consumos aos operadores, quer no armazenamento dos mesmos, e essencialmente pela eficiência na implementação de medidas e ações corretivas para evitar desperdícios de água e melhor racionalização deste recurso;
- Monitorização técnica de verificação de equipamentos de medição dos consumos de água;
- Reabilitação dos reservatórios existentes no MARL, cuja estrutura indicava possíveis perdas de água;
- Controlo e sensibilização junto do prestador de serviços relativamente à água utilizada para limpeza de pavilhões, recinto, contentores e veículos destinados ao transporte de resíduos;

- Racionalização ainda mais reforçada, com consumo zero, da gestão da rega dos espaços verdes, face aos indicadores de seca extrema conhecidos e seguindo as orientações ministeriais (Ambiente e Agricultura);
- Acompanhamento de utilizações indevidas da rede de incêndios, procedendo a verificações regulares da violação da selagem efetuada aos hidrantes.



Neste domínio e durante o ano de 2025 foram consumidos um total geral 95.635 m<sup>3</sup> de água da rede de abastecimento, valor praticamente igual ao verificado em 2024. Deste total, foram efetuados redêbitos aos operadores 66.020 m<sup>3</sup>, o que representa 69% do total de água consumida no Mercado e que decorre do uso direto dos operadores nos seus espaços, consumo que lhes é debitado na exata proporção do seu consumo, através de registos em contadores individualizados.

Assim, apenas 31% (29.615 m<sup>3</sup>) do total de água consumida diz respeito à atividade

direta de gestão da MARL, nomeadamente utilizada na limpeza e lavagem das zonas comuns (interior dos pavilhões e vias de acesso e circulação internas ao Mercado) e disponibilização nas instalações sanitárias e escritórios.

Em 2025, sem descurar os níveis de limpeza e quando comparado com 2024, foi possível manter o consumo de água praticamente nos mesmos níveis, devido ao reforço da monitorização diária e da verificação de equipamentos de medição deste tipo de consumo.

## RESÍDUOS

No ano de 2025, manteve-se a estrutura global de funcionamento do sistema de recolha de resíduos, sendo os resíduos orgânicos e indiferenciados entregues diretamente nas centrais de tratamento e passando os restantes pela 'Eco-Área' instalada no MARL.

Estas operações são ainda complementadas pela recolha de esferovite no 'Pavilhão do Pescado', e por uma terceira entidade que assegura o transporte e tratamento dos resíduos valorizáveis depositados na 'Eco-Área' (papel/cartão, plástico, madeira e vidro).

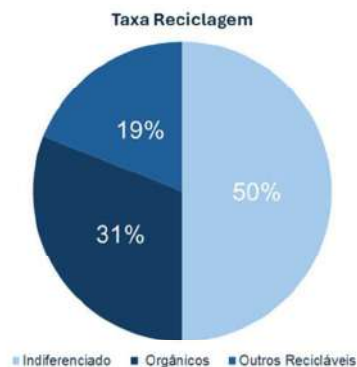
É ainda assegurada a recolha de pescado rejeitado desnaturado, através de uma empresa devidamente licenciada para a transformação de subprodutos de baixo risco de origem animal, de categoria 3. Os subprodutos são conservados em câmaras de refrigeração disponibilizadas pela MARL, em contentores próprios fornecidos pela empresa responsável pela sua recolha, que procede à sua higienização após cada descarga.

Deste modo, ao longo dos últimos anos tem-se procurado incrementar o sistema de recolha seletiva no Mercado. Para além de se continuarem a desenvolver ações para aumentar os canais de entrega de resíduos recicláveis, foram mantidas nove (9) zonas gradeadas na 'Plataforma dos Álamos' do Mercado para depósito de cartão e, ainda, reforçada a recolha seletiva no 'Pavilhão das Flores'.

Em 2025, tendo em vista repor alguns dos contentores de indiferenciados existentes e alargar o número de contentores recicláveis colocados no Mercado, foram adquiridos mais 110 contentores de 240 litros e 125 contentores de 1.000 litros. Deste lote, 100 unidades de 240 litros e 75 unidades de 1.000 litros foram para adstritas a resíduos valorizáveis/recicláveis, permitindo assim aumentar as recolhas de cartão e plástico 'porta à porta'.

Neste ano, foi também lançada e adjudicada a prestação de serviços de 'Gestão Integrada de Espaços Exteriores, Resíduos e Manutenção de Equipamentos'. A mesma previu um incremento de um turno de oito horas, cinco dias por semana, por forma a reforçar o funcionamento da 'Eco-Área' e as rotas de valorizáveis/recicláveis.

Estas medidas têm contribuído para o aumento global da reciclagem no Mercado, face ao total de resíduos sólidos produzidos, atingindo o valor de 50% em 2025, a exemplo do que tinha já sido alcançado em 2024.



#### 5.7. PROVEDOR DO CLIENTE

O Conselho de Administração da MARL manteve em 2025 a figura do 'Provedor do Cliente', de modo a dar continuidade a um contacto mais personalizado com os clientes do Mercado (operadores aqui instalados), o que agiliza o tratamento, análise, encaminhamento e resposta das reclamações recebidas.

Em 2025, registou-se um total de 14 reclamações, das quais 72% provenientes dos Pavilhões de Hortofrutícolas, 7% do setor do Pescado, 7% do serviço do pòrtico e 14% as restantes de outros utentes do Mercado. Houve o registo de 2 (duas) reclamações efetuadas diretamente no Livro de Reclamações, que também foram respondidas de imediato.

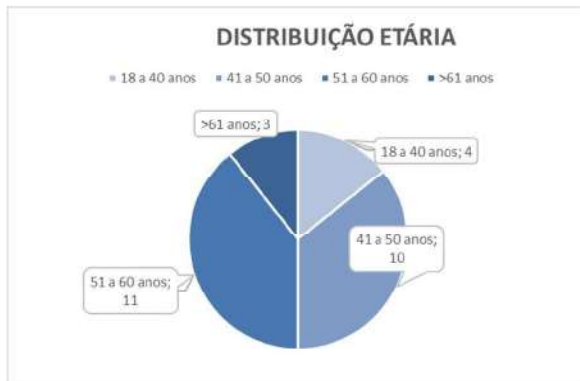
Quanto ao registo global de reclamações, houve um decréscimo de 12,5% relativamente ao ano anterior de 2024. Das reclamações registadas, as com mais incidência foram as relacionadas com a prestação de serviços de manutenção, limpeza e segurança do espaço do Mercado, com 29%, 21% e 21% respetivamente, sendo que as restantes 29% foram reclamações sem impactos diretos nos serviços prestados pela empresa.

O tratamento das reclamações continua a ser individualizado, consoante o assunto, sendo a resposta a cada reclamação enviada ao respetivo reclamante, tão breve quanto possível.

#### 5.8. CAPITAL HUMANO

A 31 de dezembro de 2025, a MARL empregava um total de 28 trabalhadores, dos quais um trabalhador encontra-se com licença sem vencimento.

Da análise da sua distribuição por género resulta que 44% eram do género feminino e 61% do género masculino, salientando-se que três cargos de direção de primeira linha são desempenhados por mulheres (Direção Comercial, Direção de *Compliance* e Direção Financeira).



básico, respetivamente.

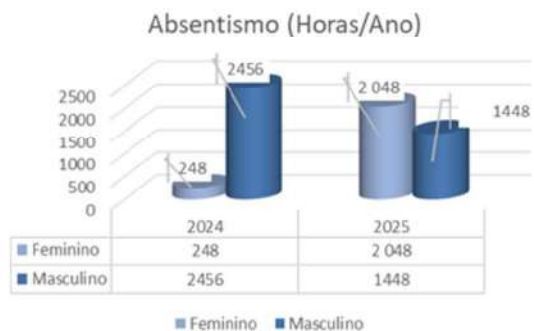
Em 2025, o absentismo registou um total de 3.496 horas, representando cerca de 6,7% do tempo potencial de trabalho (face aos 5% de 2024). Do total de horas de absentismo, 53% decorreram de doença com baixa médica e 24% de licença de maternidade. Face ao ano transato, registou-se assim um aumento do número de horas de ausência ao trabalho em mais 29%.

Em 2025, a SIMAB continuou a apoiar a MARL nas áreas transversais de suporte, como sejam recursos humanos, sistemas de informação, área financeira, área jurídica, marketing institucional, inovação e sustentabilidade e relações internacionais, trabalhos que se estendem a todas as empresas participadas do Grupo a quem esta presta este tipo de serviços.

A antiguidade média dos trabalhadores da MARL era de 19 anos, sendo que 67% do total estão na empresa desde a sua constituição.

A idade média dos trabalhadores é de 49 anos, sendo que apenas quatro trabalhadores (14%) se encontravam em faixas etárias com menos de 40 anos.

Relativamente a habilitações literárias, 12 (43% do total) dos 28 trabalhadores têm cursos superiores, enquanto os restantes 36% e 21% ficaram pelo ensino secundário e ensino



Indicadores	Mulheres	Homens
N.º Trabalhadores	12	15
<i>Peso Género (% N.º M/ N.º H)</i>	44%	56%
N.º Horas Absentismo	2 048	1 448
<i>Peso Género (% N.º M/ N.º H)</i>	59%	41%
Total Horas Formação	50	466
N.º trabalhadores abrangidos	3	4
<i>% Género (N.º Horas Formação M/H)</i>	10%	90%
Retribuição Base Anual	262 061	258 884
<i>Rácio da retribuição base - Trabalhadores (M/H)</i>	50%	50%
Remunerações Totais Anuais (€)	368 980	373 129
<i>% remunerações totais anuais - Trabalhadores (M;H)</i>	49,7%	50,3%
Remuneração Total Anual média/colaborador (€)	30 748	26 652
<i>Rácio da remuneração total - Trabalhadores (M/H)</i>	115,4%	

Relativamente à análise dos principais indicadores, para 2025, de igualdade de género, absentismo, horas de formação e valores de remuneração, importa salientar ainda que 59% do

absentismo se verificou nos colaboradores mulheres da empresa, devido a licença de maternidade; houve horas de formação em 26% dos trabalhadores da empresa, sendo diferido para o ano seguinte o crédito de horas de formação nos 2 anos seguintes; e, que em termos remuneratórios, essa repartição global manteve-se, apesar de a análise por género revelar um valor médio anual superior em 16% para as mulheres, face ao valor médio auferido em 2025 pelos homens empregados na MARL.

## FORMAÇÃO



No âmbito da gestão de recursos humanos da empresa, no que respeita a políticas de valorização do conhecimento e capacitação profissional, em 2025 registou-se um total de 512 horas de formação na empresa, a qual envolveu 7 trabalhadores da empresa em sete ações de formação.

Face ao ano transato, registou-se uma diminuição de 44% no número

anual de horas de formação, transitando o crédito de horas para o ano seguinte.

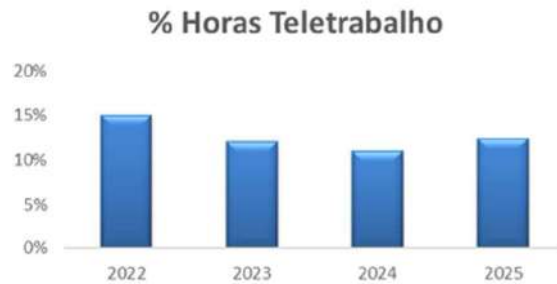
Importa referir a realização das seguintes formações:

- Formação em “Ética e Gestão Pública: riscos de fraude e corrupção, e sua prevenção”, ministrada pela CEGOC num total de 2 horas e com participação de uma trabalhadora, com o objetivo de capacitar os trabalhadores com ferramentas essenciais às funções desenvolvidas.
- Formação em “Live PaloAlto”, ministrada por ORBCOM num total de 21 horas e com participação de um trabalhador, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos nesta ferramenta tão importante para tarefas do dia-a-dia.
- Formação em ‘Prevenção de corrupção e infrações conexas’ – Módulo Código de Ética e Conduta, promovida pela MIROMA, no total de 4 horas, para um trabalhador.
- Formação de “Direção de Segurança”, de 377 horas, promovida pela Universidade Aberta, com participação de um trabalhador.
- Formação *Onboarding*, de novo trabalhador, num total de oitenta horas, com a participação de 2 trabalhadores.
- Formação em “SRI2MARKET”, ministrada pela Co-funded by the European Union, num total de catorze horas, com a participação de 2 trabalhadores
- Participação na Conferência de “Orçamento de Estado”, ministrada pela Cangalho & Dower, num total de 4 horas, com a participação de uma trabalhadora.

### TELETRABALHO

Ao longo do ano 2025, a MARL promoveu a conciliação da vida profissional com a familiar, assegurando sempre o funcionamento ininterrupto do Mercado.

Deste modo, durante este ano estiveram em regime de teletrabalho 36% dos trabalhadores da empresa, equivalente a 12% das horas trabalhadas no total do ano.



### HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Em 2025, 27 trabalhadores realizaram exames médicos, na sua generalidade exames periódicos de rotina, de acordo com o previsto em função da idade; um trabalhador realizou exames ocasionais, decorrentes de baixa médica prolongada.

Durante este ano, foi efetuada visita e análise das condições de trabalho por entidade certificada, não tendo daí decorrido qualquer anomalia ou falha relevantes.

A atividade da MARL exige dos trabalhadores, designadamente daqueles afetos à área técnica e operacional no Mercado, a execução recorrente de tarefas ao ar livre, ao longo de todo o ano. Para tal, a empresa faculta fardamento adequado ao clima e à estação do ano, de acordo com exigências estabelecidas na legislação relativa ao equipamento de proteção individual e de segurança (EPIS).

### SEGUROS NO TRABALHO

A MARL proporcionou a todos os seus trabalhadores um seguro de saúde, que pretende garantir a comparticipação de despesas médicas por sistema de reembolso, com limites definidos nas condições gerais, bem como facultar acesso à rede de prestadores de serviços da seguradora com a obtenção de desconto sobre o preço normal dos cuidados de saúde. Quanto ao seguro de acidentes de trabalho, conforme obrigatoriedade legal, todos os trabalhadores foram abrangidos.

Este ano, verificou-se três incidentes, no âmbito dos acidentes de trabalho, que espoletou o acionar do respetivo seguro, originando a ausência dos trabalhadores em 344 horas de trabalho.

## 6. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A MARL reafirma o seu compromisso com a responsabilidade social, adotando uma postura empresarial ética, transparente e solidária. Consciente do seu papel enquanto agente de desenvolvimento, promove e apoia iniciativas que contribuem para o bem-estar da comunidade, fomentando a sustentabilidade, a inclusão social e o fortalecimento do setor agroalimentar.

Nesse contexto, a empresa participa ativamente em ações e programas de interesse público, reforçando o seu impacto positivo na sociedade e estreitando laços com os seus operadores, parceiros e a comunidade envolvente.

### PROGRAMA 5 AO DIA



A MARL, enquanto associado fundador do Programa e da Associação 5 ao Dia, tem colaborado ativamente com esta entidade desde a sua implementação inicial no ano letivo 2006/2007, tendo celebrado, em 2025, 18 anos de colaboração permanente neste projeto.

O 'Programa 5 ao Dia' tem como principal objetivo incentivar o consumo diário de, pelo menos, cinco porções de frutas e legumes, promovendo hábitos alimentares saudáveis desde a infância. Inicialmente dirigido a crianças em idade escolar, o programa expandiu-se recentemente para incluir o público sénior, reforçando a importância de uma alimentação equilibrada ao longo de toda a vida.

A iniciativa assenta em evidências científicas que demonstram a relação direta entre o consumo insuficiente de hortofrutícolas e o desenvolvimento de doenças crónicas não transmissíveis, tornando-se, assim, uma ferramenta fundamental na promoção da saúde pública.

As atividades do programa decorrem, essencialmente, nas instalações dos Mercados Abastecedores do Grupo SIMAB, nomeadamente no MARL.

Durante as visitas, os participantes – crianças e/ou idosos - têm a oportunidade de contactar diretamente com frutas e legumes, estimulando o interesse pelo seu consumo através de atividades lúdico-pedagógicas. Estas incluem visitas guiadas ao Mercado, que permitem conhecer o seu funcionamento e os espaços de comercialização dos produtos hortofrutícolas, bem como atividades práticas e didáticas, adaptadas às diferentes faixas etárias.



Além da MARL, integram a 'Associação 5 ao Dia' o Grupo SIMAB e os seus Mercados Abastecedores de Braga (MARB), Évora (MARÉ) e Faro (MARF), bem como o Mercado Abastecedor de Coimbra (MAC) e as empresas Horta Caramela, Rijk Zwaan, Eporifrutas e SABSEG – Corretor de Seguros.

Estes parceiros desempenham um papel fundamental na divulgação da mensagem do programa através dos seus canais de comunicação e na realização de ações conjuntas de sensibilização comunitária, contribuindo para o crescimento da iniciativa a nível nacional.

No MARL, destacou-se o apoio da Eporifrutas, que acolheu participantes com visitas guiadas às suas instalações, bem como a colaboração da Câmara

Municipal de Loures, que assegura gratuitamente o transporte para as escolas do Município, aumentando significativamente a participação no programa.

O ano de 2025 reforçou ainda mais a tendência de crescimento do 'Programa 5 ao Dia', com uma elevada adesão das escolas, especialmente da Área Metropolitana de Lisboa.

Além das visitas ao Mercado, consolidou-se a alternativa de levar o programa às escolas, permitindo alcançar um público mais vasto nas áreas envolventes dos mercados abastecedores. A participação sénior também continuou a crescer com a realização de sessões adaptadas a esta faixa etária, reforçando a importância do consumo diário de hortofrutícolas para todas as idades.

Em 2025, o 'Programa 5 ao Dia' no MARL atingiu um novo recorde de participação anual, com um total de 4.609 crianças envolvidas nas atividades. Destas, 4.241 visitaram as instalações do MARL, enquanto 368 beneficiaram da extensão do programa às escolas.

Desde a sua criação, mais de 100.000 crianças já participaram nas sessões do 'Programa 5 ao Dia' em todos os Mercados do Grupo SIMAB e no MAC, sendo que mais de 50.000 no MARL, um marco que confirma o impacto e a relevância desta iniciativa na promoção de hábitos alimentares saudáveis e na valorização dos mercados abastecedores como espaços educativos e de referência no setor agroalimentar.



#### **SIMAB/MARL ENTREGOU BENS À ASSOCIAÇÃO 'CRESCER SER'**

No espírito de solidariedade que caracteriza esta época natalícia, a MARL promoveu uma iniciativa de recolha de bens em apoio ao Centro de Acolhimento Temporário Casa do Infante, da Associação 'Crescer Ser', em Loures.

Graças à generosidade de todos os que se juntaram a esta causa, foi possível reunir diversos bens essenciais, demonstrando que pequenos gestos podem ter um impacto significativo na vida de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade.

A entrega dos donativos realizou-se no final do mês de dezembro, refletindo o compromisso da empresa e da sua comunidade em apoiar quem mais precisa.

A campanha decorreu até ao dia 19 de dezembro; ao longo desse período, colaboradores, operadores e demais utilizadores do Mercado foram convidados a contribuir com bens essenciais, ajudando a proporcionar um Natal mais acolhedor e feliz para as crianças e jovens da Casa do Infante.

#### **BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME**

Resultante da parceria estabelecida entre o Banco Alimentar Contra a Fome (BACF) e a MARL, S.A., foi possível reforçar, em 2025, o contributo para a recolha e distribuição de produtos hortofrutícolas frescos a famílias carenciadas na Área Metropolitana de Lisboa. No decorrer do ano, foram recolhidos um total de mais de 2.230 toneladas de produtos frescos hortofrutícolas.

Esta recolha, realizada diretamente pelo BACF junto dos operadores do MARL, permitiu garantir que alimentos frescos e em boas condições de consumo chegassem às populações mais vulneráveis da região. O MARL reafirma, assim, o seu compromisso com a responsabilidade social e espera que este contributo tenha feito a diferença para as mais de 45.000 pessoas que beneficiaram deste apoio alimentar.



No âmbito do protocolo de colaboração estabelecido entre a SIMAB e os seus Mercados Abastecedores, incluindo o MARL, foram desenvolvidas diversas ações para combater o desperdício alimentar e apoiar a distribuição de cabazes nutricionalmente enriquecidos, entre as quais:

- Cedência de instalações – disponibilização de um espaço climatizado para que o BACF pudesse realizar recolhas diárias de excedentes de produtos hortofrutícolas frescos junto dos operadores do Mercado. Estes alimentos, ainda próprios para consumo, foram reaproveitados em segurança para apoiar quem mais precisa.
- Apoio na realização de campanhas – colaboração em ações de sensibilização e recolha nos Mercados Abastecedores, promovendo a solidariedade e incentivando a redução do desperdício alimentar.

Este compromisso reforçou o papel do MARL em 2025 enquanto agente ativo na sustentabilidade e no apoio social, aproximando operadores, instituições e comunidade para garantir um acesso mais equitativo a alimentos saudáveis.

### UNIDOS CONTRA O DESPERDÍCIO ALIMENTAR

A MARL, S.A. aderiu ao movimento cívico ‘Unidos Contra o Desperdício’ (UCDA), assumindo o compromisso de lutar ativamente contra o desperdício alimentar em todas as suas operações. A empresa tem procurado envolver todos os agentes das etapas de produção, transformação, distribuição e logística para reduzir ao máximo o desperdício ao longo do processo. O UCDA conta com o Alto Patrocínio do Presidente da República e com o apoio do Secretário-Geral da ONU.



As boas práticas implementadas pela MARL em 2025 incluíram:

- Doações ao Banco Alimentar Contra a Fome – os operadores dos Mercados Abastecedores têm continuado a doar alimentos ao Banco Alimentar, contribuindo para o apoio às famílias em situação de carência;
- ‘Associação 5 ao Dia’ – continuação da capacitação de crianças na redução do desperdício alimentar, com particular foco na fruta e legumes, sensibilizando as novas gerações para hábitos de consumo mais sustentáveis.
- No MARL, os subprodutos de ‘categoria 3’ são encaminhados para rações animais;
- Dando continuidade à ‘Rota de Orgânicos’ no MARL, a organização encontra-se a aprofundar o estudo para a implementação de soluções de valorização *in situ*. Este projeto visa consolidar um ecossistema de economia circular através de metodologias complementares de compostagem acelerada e vermicompostagem. Com este desenho estratégico, o MARL reforça o seu papel proativo na redução da pegada carbónica logística, projetando a conversão de resíduos em recursos orgânicos de elevado valor para os seus operadores e produtores agrícolas locais.

### CONTRIBUIÇÃO PARA A ECONOMIA NACIONAL

Em 2025, o Grupo SIMAB realizou um levantamento da atividade económica gerada pelos operadores dos seus Mercados (por via da plataforma INFOTRUST), através do qual recolheu

dados específicos das empresas instaladas no MARL, designadamente em termos de volume de negócios, vendas para mercados internacionais e número de trabalhadores.

Esta iniciativa teve como objetivo avaliar a contribuição para a economia nacional das empresas instaladas neste centro de base agroalimentar, a maior plataforma logística deste género no País.

Importa esclarecer que os dados apresentados não decorrem diretamente da atividade operacional desenvolvida exclusivamente pelos operadores no ecossistema deste Mercado, refletindo antes a dimensão e a caracterização das empresas instaladas como um todo e a atividade desenvolvida por estas dentro e fora do MARL.

Atendendo que ainda não se encontra implementado um sistema de informação partilhado entre os operadores e a entidade gestora (MARL, S.A.), que permita o reporte regular das quantidades transacionadas, do volume de vendas e de outros indicadores operacionais e de mercado, este levantamento assumiu-se, em 2025, como um instrumento essencial de base para a obtenção de informação fiável e estruturada.

Empresas Instaladas no MARL	2024		
	Volume de Negócios (€)	Vendas para Mercados Internacionais (€)	Trabalhadores (n.º)
Hortofrutícolas (196)	1 420 741 438 €	79 130 099 €	6 290
Logística (16)	691 375 004 €	382 082 909 €	2 461
Pescado (53)	452 113 348 €	58 648 318 €	1 476
Flores e Plantas (17)	42 795 881 €	5 177 274 €	414
Serviços (6)	28 604 187 €	0 €	294
Energia (4)	2 484 010 €	0 €	0
Restauração (5)	3 297 293 €	0 €	56
<b>Total (297)</b>	<b>2 641 411 160 €</b>	<b>525 038 601 €</b>	<b>10 991</b>

Fonte: Infotrust, 2025

NR : PIB Portugal (2024) = 289,4 mil milhões de euros

A análise dos indicadores recolhidos permitiu, assim, apurar que o universo das 297 empresas em atividade no MARL e com dados acessíveis em 2025 representaram, em termos de volume de negócios no ano anterior (2024), um valor global de mais de 2,6 mil milhões de euros, representando as vendas para mercados internacionais 20% deste total (mais de 525 milhões de euros) e empregando, todas estas entidades, quase 11 mil trabalhadores.

## 7. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os riscos a que a MARL, SA se encontra exposta podem ter origem em fatores externos e internos.

A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento da empresa, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que a empresa está exposta, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

**Risco de Crédito** - O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes da empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados. Este risco é monitorizado numa base regular, com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidades das contas a receber; acompanhar a evolução do nível de crédito concedido e analisar a recuperabilidade dos valores a receber.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando a análise da antiguidade das contas a receber; o perfil de risco do cliente e as condições financeiras dos clientes.

Nos últimos três anos as perdas por imparidade em dívidas a receber representaram em média 0,05% do volume de negócios, valor que se revela absolutamente imaterial.

**Risco de Liquidez** – A MARL, SA está exposta a fatores de risco financeiro que resultam da sua atividade, essencialmente relacionados com a liquidez e com a taxa de juro decorrente do passivo financeiro.

À data de 31/12/2025, o passivo financeiro da MARL, SA correspondia integralmente à última prestação de capital e juros do financiamento que a empresa detém junto do Banco Europeu de Investimento, no montante de 1.388,9 milhares de euros, que se vence em 15 de março de 2026.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a empresa tem a capacidade financeira para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus orçamentos.

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades, os fluxos de caixa operacionais e os fluxos de caixa obtidos de operações de desinvestimento, não satisfizerem as necessidades existentes, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos e a remuneração dos acionistas. Com base nos fluxos de caixa gerados pelas operações e nas disponibilidades de caixa, a empresa entende que tem capacidade para cumprir as suas obrigações.

**Risco de taxa de juro** – A dívida financeira da MARL, SA está indexada a taxas de referência variáveis, estando por essa via exposta ao risco de taxa de juro. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a MARL, SA ao risco de fluxos de caixa.

**Risco de câmbio** - A empresa não se encontra sujeita ao risco de taxa de câmbio.

## 8. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A presente análise económico-financeira sintetiza os resultados, assim como a situação patrimonial e financeira, da MARL, SA, a 31 de dezembro de 2025.

Esta análise deverá ser realizada em conjugação com as demonstrações financeiras e respetivas notas anexas.

Antes de prosseguirmos com a análise, e por forma a proporcionar melhor leitura da evolução dos resultados, importa contextualizar o processo de renovação contratual dos contratos que atingiram o seu término, em 2025.

No final do primeiro semestre de 2025, verificou-se o termo do prazo de vigência de 25 anos previsto na maioria dos contratos celebrados previamente à entrada em funcionamento do MARL, em 3 de julho de 2000, correspondendo a um total de 445 contratos de concessão.

Estes contratos dizem essencialmente respeito a operadores grossistas oriundos dos antigos mercados abastecedores da cidade de Lisboa — Mercado do Rego, Mercado 24 de Julho e Cais do Sodré — que atualmente desenvolvem a sua atividade nos setores hortofrutícola, flores e plantas ornamentais, pavilhão polivalente e pavilhão de segunda venda de pescado.

Através dos contratos de concessão, a MARL assegura a cedência e a utilização dos espaços localizados no interior do Mercado, destinados à atividade grossista e a atividades complementares, garantindo igualmente o acesso às infraestruturas comuns. A MARL assume, nesse contexto, a responsabilidade pela prestação de serviços de manutenção, fiscalização, segurança, limpeza, recolha e tratamento de resíduos, bem como pela conservação das áreas comuns, durante o período contratual.

Os operadores, por sua vez, assumem a utilização dos espaços mediante o pagamento das contrapartidas financeiras contratualmente definidas, designadamente:

- **Taxa de Acesso**, correspondente ao direito de acesso ao Mercado e à utilização do espaço;
- **Taxa de Utilização**, relativa aos serviços prestados e ao funcionamento integrado da atividade no Mercado;
- **Taxas Especiais**, aplicáveis a serviços específicos solicitados pelos operadores, nos termos previstos no Regulamento Interno do Mercado.

A Taxa de Acesso e a Taxa de Utilização assumem natureza compensatória da cedência de bens e da prestação de serviços associados à integração dos operadores no Mercado, durante a vigência contratual.

Para além dos contratos de longa duração no setor hortofrutícola, cessaram igualmente, em 2025, contratos de utilização de natureza temporária, com prazos de um ou três anos, bem como um número residual de contratos da denominada Opção B, com duração de 25 anos e sem pagamento de Taxa de Acesso.

### ▪ Processo de renovação contratual

O processo de renovação contratual, iniciado no primeiro semestre de 2025, constituiu um momento de particular relevância na gestão da MARL, exigindo uma abordagem estruturada, articulada e alinhada com os objetivos estratégicos da empresa, bem como com as orientações do acionista.

As novas condições contratuais foram delineadas com base em princípios de sustentabilidade económica e financeira, eficiência operacional, modernização das infraestruturas e adaptação às

necessidades atuais e futuras dos operadores, visando assegurar a continuidade do papel do MARL enquanto infraestrutura essencial ao sistema de abastecimento alimentar da Área Metropolitana de Lisboa.

No desenho inicial do modelo de renovação contratual, refletido em sede de elaboração de PAO 2025-2027, foi equacionada a aplicação de novas Taxas de Acesso, incluindo aos operadores que já haviam procedido ao respetivo pagamento aquando da entrada em funcionamento do Mercado, tendo em consideração a necessidade de garantir o equilíbrio financeiro da empresa e a sustentabilidade do plano de investimentos de médio e longo prazo.

Este cenário previa a adoção de uma política diferenciada em função da maturidade contratual, combinando prazos de renovação de 25, 10 e 3 anos, com aplicação de Taxas de Acesso e atualização das Taxas de Utilização, de forma a assegurar uma estrutura de receitas compatível com os encargos operacionais, financeiros e fiscais da MARL.

Neste contexto, em sede de PAO 2025-2027, foi assumido um cenário caracterizado por uma política de pricing e um mix comercial (maturidade de contratos), para um novo período contratual que previa, para aproximadamente 60% dos contratos, a celebração de novos contratos a 25 e 10 anos, com pagamento de taxa de acesso e um aumento médio das taxas de utilização de cerca de 18%, face ao preço médio das taxas de utilização do contrato inicial. Para os restantes 40% dos contratos que atingiam a sua maturidade, foi considerada a realização de novos contratos a 3 anos, sem pagamento de taxa de acesso e com uma taxa de utilização que se situava 100% acima do valor médio da taxa de utilização do contrato inicial.

Contudo, no decurso do processo negocial, verificou-se uma oposição expressiva e concertada por parte dos operadores, em particular no setor hortofrutícola, relativamente à aplicação de novas Taxas de Acesso. Tal posição encontrou fundamento no clausulado contratual em vigor, que prevê a não aplicação de nova Taxa de Acesso aquando da renovação dos contratos definitivos de utilização.

Face a este enquadramento, e ponderados os riscos jurídicos, operacionais e reputacionais associados a uma muito provável litigância, foi adotada a decisão de excluir a Taxa de Acesso na celebração dos novos contratos, privilegiando uma solução que assegurasse a continuidade da atividade, a estabilidade institucional e o regular funcionamento do Mercado.

Acresce que, atualmente, uma parte significativa dos operadores detém mais do que um espaço contratualizado, circunstância que reforçou a necessidade de uma abordagem prudente e equilibrada.

#### ▪ **Modelo final de renovação contratual**

Em resultado do processo negocial, foi adotado um modelo de renovação assente na celebração, para a generalidade dos operadores, de contratos com duração de 25 anos, sem pagamento de Taxa de Acesso, complementado por um mecanismo de atualização faseada das Taxas de Utilização até 2027.

Este mecanismo contempla:

- um aumento de 5% aquando da entrada em vigor dos novos contratos, em julho de 2025;
- um aumento adicional de 5%, acrescido do Índice de Preços no Consumidor (IPC), em janeiro de 2026;
- um aumento de 2%, acrescido do IPC, em janeiro de 2027.

A partir desse momento, a Taxa de Utilização passará a ser atualizada anualmente em função do IPC.

A solução adotada permitiu assegurar a renovação atempada dos contratos de utilização, garantir a continuidade das operações e manter níveis de ocupação elevados, reforçando a previsibilidade e a estabilidade das receitas no médio e longo prazo.

Não obstante um impacto menos favorável nos resultados do exercício, quando comparado com o cenário inicialmente projetado e previsto no orçamento, o modelo adotado, que configura um aumento faseado das taxas de utilização, contribui para a sustentabilidade económica e financeira da MARL, assegurando as condições necessárias para o cumprimento da sua missão institucional e para a prossecução do plano de investimentos previsto para o novo ciclo contratual.

### 8.1 PERFORMANCE ECONÓMICA

A MARL, SA encerrou o ano de 2025 com um Resultado Líquido de 5.806,9 milhares de euros, representando um aumento de 168 milhares de euros (+3%), relativamente ao exercício anterior.

Importa referir que a evolução é influenciada pelo reconhecimento de um rendimento de natureza não recorrente registado em 2025, decorrente da integração de taxas de utilização vincendas associadas ao contrato celebrado com operador responsável pela instalação e exploração de parque fotovoltaico instalado nas coberturas e taludes do Mercado.

Na sequência da renegociação contratual, foi celebrado, em 31 de dezembro de 2025, um novo contrato que estabelece um prazo de vigência de 26 anos, revogando o anteriormente em vigor e definindo novas condições financeiras.

Esta alteração determinou a antecipação do reconhecimento de taxas de utilização já recebidas, que se encontravam a ser reconhecidas em resultados, por duodécimos até ao termo do prazo contratual anterior (2033). À data de 31 de dezembro de 2025, permanecia por reconhecer o montante de 285,6 milhares de euros, o qual, em virtude das novas condições contratuais, foi integralmente reconhecido como rendimento no exercício em 2025.

A empresa apresentou margens operacionais positivas, ao nível do *EBITDA* e do *EBIT*, respetivamente, de 70% e 46%, abaixo do ano anterior em 1,3 p.p. e 1,5 p.p., respetivamente.

No exercício económico de 2025, o *EBITDA* totalizou 11.342,3 milhares de euros, situando-se abaixo do ano anterior, em 46 milhares de euros (-0,4%). O *EBIT* ascendeu a 7.447,1 milhares de euros, abaixo do valor registado em 2024, no montante de 122,1 milhares de euros (-1,6%).

A evolução do *EBIT* traduz o efeito conjugado de um decréscimo nos rendimentos operacionais recorrentes, em 49,1 milhares de euros (-0,3%), do aumento nos gastos operacionais, em 358,6 milhares de euros (+4,3%) e de rendimentos não recorrentes, no montante de 285,6 milhares de euros, referido anteriormente.

A evolução dos rendimentos operacionais recorrentes é, maioritariamente, impactada pelo efeito conjugado do aumento dos rendimentos de taxas de utilização, no montante de 267,1 milhares de euros (+2,3%) e da redução dos rendimentos das taxas de acesso (integração recorrente), em 284,8 milhares de euros (-18,3%). Esta evolução enquadra-se no contexto do processo de renovação dos contratos que atingiram a sua caducidade em 2025 (25 anos), referido anteriormente.

Ao nível dos gastos operacionais, a evolução reflete, em grande parte, o aumento dos fornecimentos e serviços externos, que se situam acima do ano anterior, em 183,9 milhares de euros (+5,8%), dos gastos com pessoal, que aumentam em 89 milhares de euros (+8,7%) e das depreciações, que registam um crescimento de 76,1 milhares de euros (+2%).

O resultado líquido alcançado, no exercício de 2025, correspondente a uma margem líquida sobre os rendimentos operacionais de 36% e a uma rendibilidade do capital próprio de 6,14%.

### Síntese da Demonstração dos Resultados

milhares de euros	2023	2024	2025	2025 / 2024	
				ABS	%
Volume de Negócios	14 539,3	15 323,9	15 579,5	255,6	1,7%
FSE's	(3 107,0)	(3 170,7)	(3 354,6)	183,9	5,8%
Gastos com Pessoal	(952,3)	(1 020,2)	(1 109,2)	89,0	8,7%
Outros Rendimentos e Ganhos	98,2	170,3	151,3	-19,0	-11,2%
Outros Gastos e Perdas	(316,4)	(303,3)	(316,5)	13,2	4,4%
Imparid. Div a receber (perdas/reversão	(18,4)	(3,6)	0,0	-3,6	-100,0%
Subsídios ao Investimento	391,9	391,9	391,9	0,0	0,0%
<b>EBITDA</b>	<b>10 635,3</b>	<b>11 388,3</b>	<b>11 342,3</b>	<b>-46,0</b>	<b>-0,4%</b>
Depreciações	(3 684,0)	(3 819,1)	(3 895,2)	76,1	2,0%
<b>Resultado Operacional (EBIT)</b>	<b>6 951,3</b>	<b>7 569,2</b>	<b>7 447,1</b>	<b>-122,1</b>	<b>-1,6%</b>
Encargos Financeiros	(433,6)	(267,3)	(74,3)	-193,0	-72,2%
<b>Resultados Antes de Impostos (EBT)</b>	<b>6 517,7</b>	<b>7 302,0</b>	<b>7 372,8</b>	<b>70,8</b>	<b>1,0%</b>
Imposto sobre rendimento	(1 621,5)	(1 663,1)	(1 565,9)	-97,2	-5,8%
Imposto estimado para o exercício	(1 620,4)	(1 644,1)	(1 546,7)	-97,4	-5,9%
Imposto diferido	(1,1)	(18,9)	(19,2)	0,3	1,4%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>4 896,2</b>	<b>5 638,9</b>	<b>5 806,9</b>	<b>168,0</b>	<b>3,0%</b>
Margem EBITDA (%)	71%	72%	70%	-1,3	
Margem EBIT (%)	46%	48%	46%	-1,5	
Margem Líquida (%)	32,6%	35,5%	36,0%	0,5	

**RENDIMENTOS OPERACIONAIS** – Os rendimentos operacionais ascenderam a 16.122,7 milhares de euros, apresentando um crescimento de 236,5 milhares de euros (+1,5%), face ao ano anterior,

A evolução traduz o impacto das condições de *pricing* negociadas para o novo ciclo contratual, em contratos que terminaram em 2025, conforme referido anteriormente e a integração de taxas de utilização vincendas.

#### Rendimentos Operacionais

milhares de euros	2023	2024	2025	2025 / 2024	
				ABS	%
Taxas de Utilização recorrentes	11 043,4	11 582,5	11 849,7	267,1	2,3%
Taxas de Utilização sazonais	727,3	892,2	899,3	7,1	0,8%
Taxas de Acesso Produtores	108,2	111,8	105,3	-6,5	-5,8%
Portagens	754,7	811,7	851,8	40,1	4,9%
Venda de Frio	105,5	87,5	81,9	-5,7	-6,5%
Outras prestações de serviços	190,1	220,3	168,6	-51,8	-23,5%
Outros Rendimentos Operacionais	490,1	562,2	543,2	-19,0	-3,4%
<b>Sub-total (Total Rendimentos cash)</b>	<b>13 419,3</b>	<b>14 268,2</b>	<b>14 499,6</b>	<b>231,4</b>	<b>1,6%</b>
Integração Taxas de Acesso (Plena)	50,0	62,0	66,4	4,3	7,0%
Integração Taxas de Acesso (Recorrente)	1 560,1	1 555,9	1 271,1	-284,8	-18,3%
<b>Total Rendimentos Operacionais recorrentes</b>	<b>15 029,4</b>	<b>15 886,1</b>	<b>15 837,1</b>	<b>-49,1</b>	<b>-0,3%</b>
Integração de taxas de utilização vincendas	0	0	285,6	285,6	n.d.
<b>Subtotal</b>	<b>15 029,4</b>	<b>15 886,1</b>	<b>16 122,7</b>	<b>236,5</b>	<b>1,5%</b>

A performance nos **rendimentos operacionais**, comparativamente ao ano anterior, reflete assim o efeito conjugado da evolução das seguintes subrubricas:

- i. Crescimento dos rendimentos *core*, as **taxas de utilização**, em 267,1 milhares de euros (+2,3%), traduzindo o impacto das condições de *pricing* negociadas para o novo ciclo

- contratual, em contratos que terminaram em 2025 e a atualização do preço unitário em 2,22%<sup>2</sup> para os restantes contratos;
- ii. Crescimento dos rendimentos de taxas de utilização dos **lugares sazonais**, em 7,1 milhares de euros (+0,8%), refletindo o efeito conjugado da atualização do preço unitário (+2,5%) e um menor número de reservas (-3,2%);
  - iii. Decréscimo dos rendimentos provenientes da **integração de taxas de acesso**, em 280,4 milhares de euros (-17,3%), refletindo o fim do prazo de grande parte dos contratos desta natureza;
  - iv. Crescimento dos rendimentos das **portagens**, em 40,1 milhares de euros (+4,9%), traduzindo o efeito conjugado de um aumento do preço unitário (+2,5%) e do número de saídas do Mercado;
  - v. Decréscimo de "**outras prestações de serviços**", em 51,8 milhares de euros (-23,5%), destacando-se os a evolução dos rendimentos provenientes de taxas de cedência de posição contratual (-37,2 milhares de euros) e despesas administrativas (-7,7 milhares de euros).

A evolução das **taxas de utilização**, incluindo lugares sazonais, por unidade de negócio apresenta-se da seguinte forma:

**Taxas de Utilização/Pavilhão (incluindo sazonais)**

milhares de euros	2023	2024	2025	2025 / 2024	
				ABS	%
Pavilhão A01	653,9	683,3	666,7	-16,6	-2,4%
Pavilhão A03	818,6	984,3	992,2	7,9	0,8%
Pavilhão A04	653,5	683,6	715,7	32,1	4,7%
Pavilhão A05	617,7	640,4	654,2	13,8	2,2%
Pavilhão A06	626,9	654,1	679,2	25,1	3,8%
Pavilhão A07	512,5	529,6	541,4	11,8	2,2%
Pavilhão A08	633,1	681,7	710,5	28,8	4,2%
Pavilhão A09	235,0	249,9	255,3	5,4	2,2%
Pavilhão A10	427,0	449,2	460,6	11,5	2,6%
Pavilhão A11	197,9	207,9	216,2	8,3	4,0%
Pavilhão R02*	296,7	309,8	307,3	-2,5	-0,8%
Pavilhão R04	638,8	669,9	679,7	9,8	1,5%
Pavilhão R07	1 306,9	1 368,6	1 359,4	-9,2	-0,7%
NAC	289,1	297,3	279,2	-18,1	-6,1%
Outras Áreas	1 842,0	1 950,2	2 065,9	115,7	5,9%
CTT Expresso	2 021,2	2 114,9	2 165,5	50,5	2,4%
<b>Subtotal</b>	<b>11 770,8</b>	<b>12 474,7</b>	<b>12 749,0</b>	<b>274,3</b>	<b>2,2%</b>
Integração de taxas de utilização vincendas			285,6	285,6	n.d.
<b>Subtotal</b>	<b>22 069,0</b>	<b>12 474,7</b>	<b>13 034,5</b>	<b>559,8</b>	<b>4,5%</b>

\* Exclui entreposto logístico que é incluído em "outras áreas"

A evolução dos rendimentos das **taxas de utilização** reflete a atualização dos preços unitários, em 2,22%<sup>3</sup>, e o impacto nos rendimentos obtidos por via da negociação de condições comerciais para contratos que atingiram o fim do primeiro período contratual de 25 anos, e que determinaram uma atualização faseada da taxa de utilização, sendo de 5%, em 2025.

Os rendimentos provenientes do **pórtico**, com um peso de 5% na estrutura de rendimentos, ascenderam a 811,7 milhares de euros, apresentando-se acima do ano anterior em 40,1 milhares

<sup>2</sup> Média dos últimos 12 meses do IPC do continente exceto habitação.

<sup>3</sup> Média do IPC exceto habitação do continente dos últimos 12 meses, conforme contratualmente estipulado

de euros (+4,9%), refletindo um aumento do preço unitário (+2,5%) e um aumento do número de saídas de viaturas.

Os rendimentos provenientes da **venda de frio** ascenderam, em 2025, a 81,9 milhares de euros apresentando-se abaixo de 2024, em 5,7 milhares de euros (-6,5%), em linha com a evolução dos últimos anos, traduzindo uma redução das quantidades (kwht) vendidas (-11,8%), em razão de paragens verificadas no funcionamento de *chillers* e da opção dos operadores pela instalação de frio próprio, que vem assumindo cada vez maior expressão.

As **outras prestações de serviços** ascenderam a 168,6 milhares de euros, em 2025, apresentando-se abaixo de 2024, em 51,8 milhares de euros (-23,5%). Esta rubrica inclui, maioritariamente: rendimentos de cedência de posição contratual (65,1 milhares de euros); taxa variável sobre volume de negócios de clientes (18,8 milhares de euros); aluguer de câmaras de frio (11,9 milhares de euros); venda de água salgada (0,6 milhares de euros); taxa de consumo de energia (43,3 milhares de euros); serviços de reparações a pedido de operadores (14,9 milhares de euros); venda de subprodutos do pescado (4,4 milhares de euros); aluguer de espaços para realização de eventos (2,6 milhares de euros) e faturação de despesas administrativas (4,5 milhares de euros).

No que respeita aos **outros rendimentos operacionais**, em 2025, ascenderam a 543,2 milhares de euros, situando-se abaixo de 2024, em 19 milhares de euros (-3,4%). Esta rubrica inclui, maioritariamente os rendimentos decorrentes da integração contabilística de subsídios ao investimento (391,9 milhares de euros). A variação na rubrica é impactada pela evolução da subrubricas de excesso de estimativas para impostos (-50,1 milhares de euros) e correções de exercícios anteriores (-39,9 milhares de euros). Em sentido oposto, regista-se o aumento nas subrubricas de: indemnizações de seguros (+4,4 milhares de euros), repasse de custos (+6,9 milhares de euros), regularização de saldos de fornecedores (+9,7 milhares de euros), penalidades por incumprimento do regulamento interno (+4 milhares de euros); juros de aplicações financeiras de curto prazo no IGCP (+13,9 milhares de euros), juros obtidos em empréstimos a acionista (+23,1 milhares de euros) e outros rendimentos (+7,7 milhares de euros).

Os rendimentos provenientes da **integração de taxas de acesso**, que representam 8,4% do total dos rendimentos operacionais, situaram-se abaixo de 2024, em 280,4 milhares de euros (-17,3%), em resultado dos seguintes efeitos:

- (i) variação desfavorável, em 284,8 milhares de euros (-18,3%), nos rendimentos relativos a integração recorrente de taxas de acesso, refletindo o fim do prazo contratual de cerca de 445 contratos que integravam taxa de acesso; e,
- (ii) variação favorável nos rendimentos decorrentes da integração plena de taxas de acesso, no montante de 4,3 milhares de euros (+7%), correspondente a 13 contratos (10 contratos, em 2024).

**GASTOS OPERACIONAIS** – Os gastos operacionais (exceto depreciações), representam 31% dos rendimentos operacionais<sup>4</sup> e ascenderam, em 2025, ao montante de 4.780,3 milhares de euros, traduzindo um aumento de 282,5 milhares de euros (+6,3%), que resulta maioritariamente do aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), em 183,9 milhares de euros (+5,8%) e dos gastos com pessoal (+89 milhares de euros).



<sup>4</sup> Excluindo integração contabilística de subsídios ao investimento.

Em 2025, os gastos operacionais (FSE's + Gastos com Pessoal) representam 28,4% dos rendimentos operacionais.

Com a inclusão das depreciações, imparidades e provisões, que representam um peso de 44,9% na estrutura de gastos do MARL, os gastos operacionais ascenderam a 8.675,5 milhares de euros e registam um aumento de 358,6 milhares de euros (+4,3%), face ao ano anterior.

**Gastos Operacionais**

milhares de euros	2023	2024	2025	2025 / 2024		Estrutura	% RO
				ABS	%		
FSE's	3 107,0	3 170,7	3 354,6	183,9	5,8%	38,7%	21,4%
Pessoal	952,3	1 020,2	1 109,2	89,0	8,7%	12,8%	7,1%
Outros Gastos Operacionais	316,4	303,3	316,5	13,2	4,4%	3,6%	2,0%
Imparidades+Provisões/(reversões)	18,4	3,6	0,0	-3,6	-100,0%	0,0%	0,0%
<b>Subtotal (Gastos operacionais cash)</b>	<b>4 394,1</b>	<b>4 497,8</b>	<b>4 780,3</b>	<b>282,5</b>	<b>6,3%</b>	<b>55,1%</b>	<b>30,4%</b>
Depreciações	3 684,0	3 819,1	3 895,2	76,1	2,0%	44,9%	24,8%
<b>Total Gastos Operacionais</b>	<b>8 078,1</b>	<b>8 316,9</b>	<b>8 675,5</b>	<b>358,6</b>	<b>4,3%</b>	<b>100,0%</b>	<b>55,2%</b>

Em 2025, os gastos com **Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)**, que representam 38,7% da estrutura de gastos e 21,4% dos rendimentos operacionais, totalizaram o montante de 3.354,6 milhares de euros e registaram um aumento de 183,9 milhares de euros (+5,8%), face a 2024.

A evolução resulta do efeito conjugado das variações das subrubricas, conforme se apresenta:

**Estrutura dos Fornecimentos e Serviços Externos**

milhares de euros	2023	2024	2025	2025 / 2024		Estrutura
				ABS	%	
Eletricidade	413,8	440,4	369,3	-71,1	-16,2%	11,0%
Água	137,0	130,3	114,7	-15,6	-12,0%	3,4%
Manutenção	222,3	251,0	270,9	19,9	7,9%	8,1%
Deslocações e Estadas	2,4	1,3	0,7	-0,6	-43,7%	0,0%
Limpeza	1 260,2	1 339,5	1 538,8	199,3	14,9%	45,9%
Segurança	379,0	397,7	452,7	55,0	13,8%	13,5%
Trabalhos Especializados	337,7	354,4	361,9	7,5	2,1%	10,8%
Honorários	55,9	39,3	0,7	-38,7	-98,3%	0,0%
Seguros	111,6	124,2	139,3	15,2	12,2%	4,2%
Comunicação	11,8	12,8	16,5	3,8	29,4%	0,5%
Rendas e Alugueres	34,4	37,1	53,1	16,0	43,0%	1,6%
Combustíveis	116,5	2,1	4,5	2,5	120,0%	0,1%
Materiais	4,6	15,0	2,7	-12,3	-82,1%	0,1%
Contencioso e Notariado	1,0	2,2	0,7	-1,5	-67,1%	0,0%
Publicidade	3,6	11,9	14,6	2,7	22,5%	0,4%
Outros	15,2	11,3	13,4	2,0	17,9%	0,4%
<b>Total FSE's</b>	<b>3 107,0</b>	<b>3 170,7</b>	<b>3 354,6</b>	<b>183,9</b>	<b>5,8%</b>	<b>100,0%</b>

Destacam-se as seguintes variações:

- i. **Limpeza**, que regista um aumento de 199,3 milhares de euros (+14,9%), impactado por:
  - (i) aumento no valor da prestação de serviços de limpeza exterior e limpeza interior, respetivamente, em 26,9 milhares de euros (+8,2%) e 13,6 milhares de euros (+2,1%), refletindo o agravamento de preços resultante de concursos públicos, acomodando os aumentos relativos às negociações dos acordos coletivos das empresas do setor;
  - (ii) aumento nos gastos com tratamento de resíduos sólidos orgânicos, em 8,8 milhares de euros (+14,7%), em resultado do efeito conjugado do aumento do preço unitário (€/ton), (+17,6%) e da quantidade de resíduos produzidos (+2,1%);

- (iii) aumento nos gastos com tratamento de resíduos indiferenciados, em 153,5 milhares de euros (+54,5%), refletindo o efeito conjugado do agravamento do preço unitário (€/ton) em 17,5%, e o impacto do encerramento do habitual prestador de serviços de tratamento de resíduos, e conseqüente recurso a solução mais onerosa, para além do aumento de quantidades de resíduos produzidos no Mercado (+8,8%)
- (iv) decréscimo nos rendimentos decorrentes da valorização de recicláveis, em 3,9 milhares de euros (-11,9%), traduzindo uma redução do preço unitário da valorização de alguns resíduos;
- (v) decréscimo dos gastos com manutenção e limpeza de espaços verdes adjacentes às vias e ao edificado, em 7,6 milhares de euros (-22,6%).
- ii. **Eletricidade** (-71,1 milhares de euros), refletindo o efeito combinado das condições mais favoráveis do contrato celebrado em junho de 2025 e das tarifas de acesso às redes, bem como da redução do consumo de kwh (-5%), traduzindo poupanças decorrentes das medidas tomadas nos últimos anos em matéria de sustentabilidade, nomeadamente pela instalação de unidades de produção para autoconsumo;
- iii. **Segurança** (+55 milhares de euros), espelhando os sucessivos agravamentos do valor da prestação de serviços, na sequência de concursos públicos lançados;
- iv. **Conservação e Manutenção** (+19,9 milhares de euros), apurado em manutenção de equipamento básico, nomeadamente, em sistemas de intervenção de incêndio (+5,9 milhares de euros), CCTV (+9,2 milhares de euros), manutenção de compactadores (+4,8 milhares de euros) e câmaras frigoríficas (+3 milhares de euros);
- v. **Honorários** (-38,7 milhares de euros), em resultado da internalização de recursos que se encontravam a prestar serviços em regime de recibos verdes e do fim de serviços técnicos contratados em 2024;
- vi. **Seguros** (+15,2 milhares de euros), refletindo o agravamento dos prémios de seguro multirriscos e responsabilidade civil, decorrente das condições de mercado do setor;
- vii. **Rendas e alugueres** (+16 milhares de euros), referente a aluguer de *chiller*.

Os **gastos com pessoal**, que representam cerca de 7,1% dos rendimentos operacionais e um peso de 12,8% na estrutura de gastos operacionais, ascenderam a 1.109,2 milhares de euros, situando-se acima do ano anterior, em 89 milhares de euros (+8,7%).

#### Gastos com Pessoal

milhares de euros	2023	2024	2025	2025 / 2024	
				ABS	%
Remun. dos Órgãos Sociais	155,2	155,2	155,6	0,3	0,2%
Remunerações do Pessoal	622,0	675,7	742,1	66,4	9,8%
Indemnizações	1,4	0,0	0,0	0,0	n.d.
Encargos sobre Remunerações	140,3	152,6	165,3	12,7	8,3%
Seguros Acid. Trab.	3,5	3,7	6,4	2,7	71,3%
Outros Gastos com Pessoal	30,0	32,9	39,8	7,0	21,2%
<b>Total</b>	<b>952,3</b>	<b>1 020,2</b>	<b>1 109,2</b>	<b>89,0</b>	<b>8,7%</b>

A variação nos gastos com o pessoal, face a 2024, resulta do efeito conjugado de:

- i. Atualização salarial obrigatória (+25,7 milhares de euros), decorrente de imposições legais, nomeadamente, Decreto-Lei n.º 1/2025, de 16 de janeiro, que determina a atualização do valor das remunerações da Administração Pública, preconizando uma estratégia de valorização dos recursos humanos;
- ii. Efeito líquido do absentismo registado em 2024 e em 2025 (+5 milhares de euros);
- iii. Novas contratações autorizadas em sede de aprovação de PAO2024-2026<sup>5</sup> (+42,1 milhares de euros), com início em setembro de 2024;
- iv. Atualização do subsídio de alimentação (+19,7 milhares de euros);
- v. Regresso à empresa, entre junho de 2024 e outubro de 2024, de colaborador que se encontrava requisitado, tendo solicitado licença sem vencimento a partir de outubro de 2024 (-12,4 milhares de euros);
- vi. Saída de trabalhador em 31/10/2025, não substituído até 31/12/2025 (-5 milhares de euros), em virtude da inexistência de candidaturas que reunissem o perfil técnico-funcional adequado às exigências e condições da função;
- vii. Efeito líquido da substituição de trabalhadores (+2,5 milhares de euros), relativo a acerto de contas;
- viii. Seguros saúde e Acidentes de trabalho (+6,1 milhares de euros), refletindo o agravamento de prémios decorrente da sinistralidade, aumento da idade média e atualização salarial;
- ix. Formação (-3,9 milhares de euros);
- x. Fardamento (-1,2 milhares de euros);
- xi. Despesas de recrutamento (+3,9 milhares de euros)
- xii. Outros (HSST, ofertas Natal, ajudas de custo, trabalho noturno, horas extraordinárias) (+6,2 milhares de euros).

Os **Outros Gastos Operacionais** ascenderam a 316,5 milhares de euros, registando um acréscimo de 13,2 milhares de euros (+4,4%), face ao ano anterior, e integram maioritariamente o Imposto Municipal sobre Imóveis (277,8 milhares de euros).

**DEPRECIÇÕES** – Com um peso de 45% na estrutura de gastos, as depreciações ascenderam a 3.895,2 milhares de euros, situando-se acima do valor registado no ano anterior, em 76,1 milhares de euros (+2%).

**RESULTADOS FINANCEIROS** – Os encargos financeiros fixaram-se, no final do ano de 2025, em 74,3 milhares de euros, o que representa uma redução de 193 milhares de euros (-72,2%), face a 2024, refletindo a redução da dívida financeira e a evolução favorável das taxas de juro de referência (Euribor).

---

<sup>5</sup> Despacho SETF n.º 92/2024 de 04/06/2024 e Despacho do SETCS n.º 5905/2024 de 17/05/2024 – Relatório UTAM 156/2024 de 20 de maio

**IMPOSTO** - A linha de imposto regista, em 2025, o montante de 1.565,9 milhares de euros e reflete: (i) imposto corrente, estimado para o período, no montante de 1.546,7 milhares de euros e (ii) imposto diferido, no montante de (19,2 milhares de euros), com origem em diferenças entre a base fiscal e contabilística.

## 8.2 PERFORMANCE FINANCEIRA

**BALANÇO E ESTRUTURA FINANCEIRA** – A evolução das principais rubricas do balanço é apresentada de forma sintética, no quadro seguinte:

### Balanço Sintético

milhares de euros	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025	2025 / 2024	
				ABS	%
Ativo Fixo Líquido	110 815,1	108 251,0	105 150,7	(3 100,3)	-2,9%
Capital Circulante Líquido	1,9	290,6	(3,8)	(294,3)	-101,3%
Outros	(5 382,3)	(4 592,2)	(3 294,2)	(1 298,0)	-28,3%
Diferimentos	(10 053,6)	(8 574,1)	(7 041,3)	(1 532,9)	-17,9%
<b>Capital investido</b>	<b>95 381,0</b>	<b>95 375,3</b>	<b>94 811,5</b>	<b>(563,8)</b>	<b>-0,6%</b>
Dívida Financeira <sup>(1)</sup>	9 184,9	4 166,9	1 389,2	(2 777,7)	-66,7%
Caixa e Depósitos Bancários	156,7	579,3	3 960,5	3 381,2	583,7%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>9 028,3</b>	<b>3 587,6</b>	<b>(2 571,3)</b>	<b>(6 158,9)</b>	<b>-171,7%</b>
Capital Social	30 000,0	30 000,0	30 000,0	0,0	0,0%
Reservas e Resultados Retidos	47 885,5	53 524,4	59 331,3	5 806,9	10,8%
Subsídios	8 467,2	8 263,3	8 051,5	(211,8)	-2,6%
<b>Fundos Acionistas</b>	<b>86 352,8</b>	<b>91 787,7</b>	<b>97 382,8</b>	<b>5 595,1</b>	<b>6,1%</b>

<sup>(1)</sup> Inclui Prestações Acessórias de Capital

A posição financeira da empresa assenta no ativo total líquido no montante de 112.442,1 milhares de euros, repartido por 107.385,6 milhares de euros (95,5%) e 5.056,5 milhares de euros (4,5%), de não corrente e corrente, respetivamente.

O passivo ascendeu a valores de 15.059,3 milhares de euros, dos quais 8.781,6 milhares de euros (59,3%) e 6.277,8 milhares de euros (40,7%), não corrente e corrente, respetivamente.

Em termos de análise do equilíbrio financeiro, constata-se uma estrutura de capital, repartida em 86,6% (82,6%, em 2024) por capitais próprios e 13,4% (17,4%, em 2024) por capitais alheios

Da comparação da posição financeira da empresa, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as variações mais relevantes encontram-se nas seguintes rubricas:

- O **ativo tangível e intangível** líquido diminuiu em 3.100,3 milhares de euros (-2,9%) decorrente, maioritariamente, do efeito conjugado de: (i) depreciações do exercício, que ascenderam a 3.895,2 milhares de euros e (ii) investimento total realizado em 2025, que ascendeu a 801,6 milhares de euros.

O **Capex**, reporta-se a: (i) intervenções nos edifícios (240,6 milhares de euros); (ii) reabilitação de coberturas (69,6 milhares de euros); (iii) intervenção no SADI (82,3 milhares de euros); (iv) reparação do betuminoso (57,9 milhares de euros); (v) reforço do sistema de CCTV (29,5 milhares de euros); (vi) reabilitação de conduta (45,9 milhares de euros); (vii) intervenção na estação elevatória (35 milhares de euros); (viii) reparação de vedações (28,9 milhares de euros); (ix) aquisição de contentores de lixo (21,6 milhares de euros); (x) aquisição de equipamento de videovigilância (15,2 milhares de euros); (xi) equipamento básico (21,4 milhares de euros); (xii) aquisição de equipamento de ar condicionado (7,3 milhares de euros); (xiii) aquisição equipamento LED (104,3 milhares de euros); (xiv) intervenção sistema de frio (10,3 milhares de euros); (xv)

sistemas de segurança contra incêndio (9,6 milhares de euros); (xvi) sinalética e vias (11,7 milhares de euros); (xvii) aquisição de computadores, servidores e outro hardware (8,8 milhares de euros) e (xviii) outros equipamentos (1,5 milhares de euros);

- Redução dos **ativos por impostos diferidos**, no montante de 21,1 milhares de euros decorrente, essencialmente, da reversão dos ativos por impostos diferidos decorrente do registo de perdas por imparidade de ativos fixos, em anos anteriores;
- Redução nas dívidas de **clientes** conta corrente, em 493,3 milhares de euros (-41,1%), face a 31 de dezembro de 2024, traduzindo um PMR de 15 dias (26 dias em 2024);
- Aumento de **disponibilidades** em 3.381,2 milhares de euros (+583,7%), sendo que, 3.700 milhares de euros respeitam a aplicações de curto prazo sedeadas no IGCP.

O reforço da capacidade de geração de *cash flow* operacional aliado a uma política de investimento criteriosa permitiram à empresa fortalecer a sua estrutura financeira, com o passivo a diminuir de forma sustentada e a representar, no final de 2025, 13,4% do total do ativo (vs 17,4% no final de 2024).

O passivo, incluindo os diferimentos, a 31 de dezembro de 2025, ascendeu a 15.059,3 milhares de euros, reduzindo 4.211,7 milhares de euros (-21,9%), quando comparado com 31 de dezembro de 2024.

As principais variações registam-se nas seguintes rubricas:

- **Dívidas a fornecedores conta corrente**, que registaram uma redução no montante de 55,3 milhares de euros (-14,1%). O prazo médio de pagamentos (PMP)<sup>6</sup> situou-se em 39 dias, que compara com 44 dias, em 2024;
- **Diferimentos**, que registam uma redução de 1.216,5 milhares de euros (-14,1%), decorrente, essencialmente, da integração em rendimentos do exercício de taxas de acesso;
- **Outras dívidas a pagar** registam um aumento, no montante de 208,9 milhares de euros (+3,8%), refletindo, maioritariamente, o efeito líquido das cauções prestadas no âmbito dos novos contratos celebrados em 2025 e a devolução das cauções prestadas no âmbito dos contratos que atingiram o final do prazo;
- **Financiamentos obtidos**, que reduzem em 2.777,7 milhares de euros (-66,7%), traduzindo a amortização de duas prestações de capital do empréstimo do Banco Europeu de Investimento.

**Posição financiamento**

milhares de euros	31/12/2024	Utiliz. / Amortiz	31/12/2025	PAO4T25
<b>Linhas curto prazo</b>				
Descobertos Bancários	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros*	0,2	0,1	0,3	0,0
<b>Linhas MLP prazo</b>				
Financiamento Invest.	4 166,7	(2 777,8)	1 388,9	1 388,9
<b>Total</b>	<b>4 166,9</b>	<b>-2 777,7</b>	<b>1 389,2</b>	<b>1 388,9</b>

\* Cartão de Crédito IGCP

<sup>6</sup> Calculado nos termos da RCM n.º 34/2008 com a alteração introduzida pelo despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril

Os **capitais próprios** ascenderam a 97.382,8 milhares de euros, representando um aumento de 5.595,1 milhares de euros (+6,1%), face a 31 de dezembro de 2024.

A rentabilidade dos capitais próprios situou-se em 6,14%. A componente operacional deste valor equivale a 10,1%. O efeito de alavancagem financeira e o efeito fiscal contribuem negativamente para o resultado.

<b>Rendibilidade dos Capitais Próprios</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>
<b>(1) Política de Investimento</b>	<b>0,093</b>	<b>0,102</b>	<b>0,101</b>
EBITDA/VN	0,731	0,743	0,728
VN/Ativo	0,128	0,137	0,139
<b>(2) Política de Financiamento</b>	<b>0,830</b>	<b>0,805</b>	<b>0,768</b>
Ativo/CP	1,354	1,255	1,181
RAI/EBITDA	0,613	0,641	0,650
<b>(3) Efeito Fiscal</b>	<b>0,751</b>	<b>0,772</b>	<b>0,788</b>
RL/RAI	0,751	0,772	0,788
<b>Rendibilidade do Capital Próprio</b>	<b>5,82%</b>	<b>6,33%</b>	<b>6,14%</b>
<b>Rendibilidade do Capital Próprio</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>
(1) RL/VN	0,34	0,37	0,37
(2) VN/Ativo	0,13	0,14	0,14
(3) Ativo/CP	1,35	1,26	1,18
<b>Rendibilidade do Capital Próprio</b>	<b>5,82%</b>	<b>6,33%</b>	<b>6,14%</b>

**LIQUIDEZ** - Ao nível da liquidez, a relação entre o ativo e o capital alheio permitiu fazer face aos compromissos.

<b>Rácios de Liquidez</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>
Liquidez geral = ativo corrente/capital alheio corrente	15,1%	24,7%	80,5%
Liquidez imediata = meios financeiros líquidos/passivo corrente	1,7%	7,0%	63,1%

**ESTRUTURA DE CAPITAL** - Em termos de análise do equilíbrio financeiro, constata-se uma estrutura de capital repartida em 86,6% de capitais próprios e 13,4% de capitais alheios, entre 7,8% e 5,6% não corrente e corrente, respetivamente.

<b>Estrutura de capital (%)</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>
Capitais próprios/ativo	76,7%	82,6%	86,6%
Capital alheio/ativo	23,3%	17,4%	13,4%
Capital alheio não corrente	15,0%	9,9%	7,8%
Capital alheio corrente	8,2%	7,4%	5,6%

**FLUXOS DE CAIXA** – A atividade operacional da empresa gerou, em 2025, um fluxo líquido de 8.609,2 milhares de euros, suficiente para fazer face ao financiamento do investimento, que mobilizou fluxos monetários no montante de 857,9 milhares de euros.

O *cash flow* disponível para o serviço da dívida, no montante de 8.330,6 milhares de euros, foi suficiente para fazer face às obrigações decorrentes do serviço da dívida, designadamente, amortizações de capital no âmbito de financiamento obtido junto do Banco Europeu de Investimento, juros de financiamento e outros encargos, num total de 2.885,4 milhares de euros.

A empresa realizou empréstimos à SIMAB, SA, no montante de 1.500 milhares de euros e recebeu juros no montante de 15,2 milhares de euros.

Do total de disponibilidades apresentado, 3.700 milhares de euros respeitam a aplicações de tesouraria realizadas no IGCP.

**Demonstração sintética de Fluxos de Caixa**

milhares de euros	2023	2024	2025
<b>Caixa no início do período</b>	<b>121,4</b>	<b>156,7</b>	<b>579,3</b>
<b>Cash Flow Atividades Operacionais</b>	<b>7 097,3</b>	<b>7 402,3</b>	<b>8 609,2</b>
Recebimentos de Clientes	16 596,6	17 345,1	18 384,9
Pagamento Fornecedores	(4 726,4)	(4 527,3)	(4 715,0)
Pagamentos Pessoal	(953,9)	(979,9)	(1 080,6)
Outros pagamentos/recebimentos operacionais	(3 819,0)	(4 435,6)	(3 980,0)
<b>Cash Flow Atividades de investimento</b>	<b>(947,9)</b>	<b>(1 142,2)</b>	<b>(857,9)</b>
<b>Cash Flow disponível para serviço da dívida</b>	<b>6 270,8</b>	<b>6 416,7</b>	<b>8 330,6</b>
<b>Serviço da Dívida</b>			
Juros e outros encargos	(398,4)	(319,4)	(107,6)
Amortização empréstimos MLP <sup>(1)</sup>	(1 200,0)	(1 200,0)	0,0
Amortização capital (BEI)	(2 777,8)	(2 777,8)	(2 777,8)
<b>Free Cash Flow</b>	<b>1 894,6</b>	<b>2 119,5</b>	<b>5 445,2</b>
Recebimento/(Amortização) de empréstimos <sup>(2)</sup>	210,9	(415,6)	0,1
Recebimento/(Amortização) de empréstimos acionistas	(1 948,8)	(624,6)	0,0
(Aplicações Financeiras) / Recebimento Juros	0,0	(500,0)	(1 484,8)
<b>Variação de Caixa</b>	<b>35,3</b>	<b>422,6</b>	<b>3 381,2</b>
<b>Caixa no final do período</b>	<b>156,7</b>	<b>579,3</b>	<b>3 960,5</b>

<sup>(1)</sup> Inclui Amortização de Papel Comercial (amortizações contratualizadas)

<sup>(2)</sup> Inclui efeito líquido de aumentos/reduções de emissão de Papel Comercial

## 9. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração da MARL, SA propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2025, no montante de 5.806.891,65 euros (cinco milhões, oitocentos e seis mil, oitocentos e noventa e um euros e sessenta e cinco cêntimos) tenha a seguinte distribuição:

- 580.689,17 euros (quinhentos e oitenta mil, seiscentos e oitenta e nove euros e dezassete cêntimos) sejam transferidos para Reservas Legais, correspondente a 10%, nos termos da al. a) do artigo 18.º dos estatutos da sociedade;
- 5.226.202,49 euros (cinco milhões, duzentos e vinte e seis mil, duzentos e dois euros e quarenta e nove cêntimos) sejam mantidos em Resultados Transitados.

## 10. OUTRAS INFORMAÇÕES

O Conselho de Administração aprovou o Relatório e Contas de 2025 da MARL, SA e respetivas Demonstrações Financeiras, em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de março de 2026.

A MARL, SA não tem dívidas ao Estado ou à Segurança Social.

## 11. PERSPETIVAS FUTURAS

Durante o exercício de 2025, a atividade do MARL continuou a desenvolver-se em linha com as orientações estratégicas definidas pelo acionista, procurando assegurar o cumprimento do modelo de negócio e das funções de serviço público associadas ao mercado abastecedor, nomeadamente no que respeita à segurança alimentar e à proteção da saúde pública. Neste contexto, foi dada continuidade à dinamização comercial junto dos operadores instalados e à captação de novos parceiros para ocupação dos espaços disponíveis, com o objetivo de consolidar os setores mais dinâmicos e estimular o desenvolvimento de áreas com menor atividade.

Em 2025 ocorreu a renovação da maioria dos contratos dos operadores do MARL por mais 25 anos, em condições que consideramos bastante satisfatórias, o que permitirá assegurar a continuidade da atividade no Mercado, garantindo elevados níveis de ocupação e estabilidade operacional. Esta renovação constitui um fator determinante para reforçar a previsibilidade e a confiança no funcionamento do Mercado, contribuindo simultaneamente para a sustentabilidade económica da empresa a médio e longo prazo, bem como para garantir os planos de investimento a efetuar.

Paralelamente, prosseguiram as iniciativas de modernização e valorização dos ativos do Mercado, com vista a melhorar a eficiência operacional e reforçar a sustentabilidade económica e ambiental das infraestruturas. Estas intervenções têm incidido na requalificação e atualização de equipamentos e instalações, procurando responder às exigências atuais de funcionamento e às melhores práticas de gestão e eficiência. Neste contexto, assume particular relevância o lançamento de um novo ciclo de investimento nas infraestruturas do Mercado, orientado para a sua renovação, modernização e adaptação às necessidades futuras. Este esforço permitirá assegurar a durabilidade dos ativos, garantir elevados níveis de operacionalidade e criar as condições necessárias para que o Mercado continue a desempenhar, de forma eficaz e sustentável, o seu papel nos próximos anos.

Enquanto membro da World Union of Wholesale Markets, o MARL mantém uma posição de referência no contexto internacional dos mercados abastecedores, o que reforça a necessidade de acompanhar as melhores práticas do setor e promover processos contínuos de aprendizagem e benchmarking.

Paralelamente, o MARL continuará a reforçar a sua aposta na sustentabilidade ambiental, promovendo uma gestão responsável e eficiente dos recursos. Neste âmbito, destaca-se o compromisso com o tratamento adequado dos resíduos produzidos no Mercado, bem como o investimento contínuo em soluções de energia renovável, medidas que visam reduzir o impacto ambiental da atividade e promover um modelo de funcionamento cada vez mais sustentável.

A MARL mantém igualmente a ambição de reforçar o seu papel no desenvolvimento regional, particularmente no domínio agroalimentar e logístico, procurando afirmar-se como uma infraestrutura relevante para a dinamização económica do território. Neste sentido, continuam a ser equacionadas, em articulação com parceiros públicos e privados, possibilidades de expansão e valorização futura do mercado. Os valores de resiliência, eficiência e compromisso continuam a orientar a atuação da organização, reconhecendo-se o papel central dos colaboradores na concretização destes objetivos e na consolidação de um modelo de gestão orientado para o reconhecimento do mérito, da dedicação e da melhoria contínua.

## 12. REFERÊNCIAS FINAIS

O Conselho de Administração agradece aos Senhores Acionistas a confiança e o apoio prestados, bem como a colaboração dos membros dos outros Órgãos Sociais, que permitiram dar continuidade ao desenvolvimento do projeto e à concretização dos objetivos do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa.

Aos operadores, um especial agradecimento pelo interesse demonstrado na afirmação do projeto, claramente manifestado através da sua instalação e aposta no sucesso do Mercado.

Aos colaboradores, uma palavra especial de agradecimento pela disponibilidade, flexibilidade e dedicação demonstrados na prossecução das suas funções, em mais um ano atípico e num contexto geopolítico inesperado.

A finalizar, uma palavra de apreço às empresas responsáveis pela execução das diferentes prestações de serviços, assim como às instituições financeiras que participam na materialização deste projeto.

## ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

### INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO NO CAPITAL DA EMPRESA

(Nos termos do disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais)

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nenhum dos elementos do Conselho de Administração era detentor de quaisquer ações ou obrigações em 31 de dezembro de 2025, nem realizou transações com quaisquer títulos da Empresa.

#### FISCAL ÚNICO

O Fiscal Único não detém quaisquer ações ou obrigações em 31 de dezembro de 2025, não tendo realizado quaisquer transações com quaisquer títulos da Empresa.

CUMPRIMENTO  
DAS ORIENTAÇÕES  
LEGAIS



## ÍNDICE

### II. Cumprimento das Orientações Legais

1. Execução do Plano de Atividades e Orçamento.....	2
2. Eficiência Operacional e Gastos Operacionais.....	7
3. Recursos Humanos e Massa Salarial .....	11
4. Plano de Investimentos.....	12
5. Contratualização de Serviço Público.....	13
6. Gestão do Risco Financeiro.....	13
7. Limite de crescimento do endividamento .....	15
8. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE).....	16
9. Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e “Arrears” .....	17
10. Estatuto do Gestor Público .....	18
11. Aplicação das Normas de Contratação Pública.....	20
12. Informação Complementar .....	22
13. Quadro-Síntese do Cumprimento das Orientações.....	24

## II. Cumprimento das Orientações Legais

Para efeitos da demonstração do cumprimento das orientações legais da MARL, SA foi seguida a estrutura constante do ofício SAI/2026/904 de 26 de janeiro de 2026 da Entidade do Tesouro e Finanças.

A MARL, SA procedeu ao acompanhamento mensal do grau de cumprimento dos objetivos impostos pela Lei do Orçamentos do Estado (LOE), aprovado pela Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro e no Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março (DLEO2025).

### 1. Execução do Plano de Atividades e Orçamento

a) *Evidenciar a execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2025 aprovado, conforme modelo indicativo, infra, com a identificação obrigatória do volume de negócios, gastos operacionais, rácio de eficiência e variação de endividamento, explicitando os valores orçamentados, executados e os respetivos desvios, bem como a justificação para os incumprimentos e as medidas de correção, quando aplicável.*

O PAO2025 foi elaborado nos termos do n.º 1 do Despacho n.º 335/2024-SET de 13 de agosto de Sua Excelência, o Senhor Secretário de Estado do Tesouro, em que foram determinadas um conjunto de orientações específicas para a elaboração dos PAO's 2025-2027 das empresas públicas não financeiras do SEE.

O PAO2025-2027 da MARL, SA foi aprovado por Despacho conjunto das tutelas financeira e setorial<sup>1</sup>.

Sintetiza-se no quadro seguinte a avaliação do cumprimento dos indicadores, face aos objetivos definidos no âmbito do PAO2025:

Indicadores	PAO 2025	Executado 2025	Desvio (+/-)	Observações/medidas
Resultado Líquido	5 876 093,32 €	5 806 891,65 €	-69 201,67 €	
EBITDA	12 251 470,93 €	11 342 336,82 €	-909 134,11 €	
Resultado Operacional <sup>1)</sup> (EBIT)	7 915 661,07 €	7 447 118,05 €	-468 543,02 €	
Volume de Negócios <sup>2)</sup>	16 593 425,34 €	15 579 501,40 €	-1 013 923,94 €	Condições de renovação de contratos que atingiram o terminus em 2025
Gastos Operacionais <sup>3)</sup>	4 627 126,00 €	4 463 776,32 €	-163 349,68 €	
<b>Gastos Operacionais/Volume de N.</b>	<b>27,89%</b>	<b>28,65%</b>	<b>0,77 p.p.</b>	
Endividamento <sup>4)</sup>	1 388 888,97 €	1 388 888,85 €	-0,12 €	
<b>Dívida Financeira Líquida<sup>5)</sup>/EBITDA</b>	<b>6,72%</b>	<b>-22,67%</b>	<b>-29,39 p.p.</b>	
<i>Disponibilidades<sup>6)</sup></i>	565 477,03 €	3 960 496,32 €	3 395 019,29 €	Das quais 3.700 milhares de euros em aplicações de tesouraria no IGCP
... <sup>7)</sup>	...	...	...	

1) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

2) Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são consideradas no cálculo do Volume de Negócios.

3) CMVMC, FSE e Gastos com Pessoal

4) Passivo remunerado

5) Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento deduzido das disponibilidades.

6) Caixa conforme Balanço

7) Adicionar linhas com a identificação de mais indicadores, designadamente de atividade, atendendo à natureza da empresa/setor de atividade.

Antes de prosseguirmos com a análise, e por forma a proporcionar melhor leitura da evolução dos resultados, importa contextualizar o processo de renovação contratual dos contratos que atingiram o seu *terminus*, em 2025.

No final do primeiro semestre de 2025, verificou-se o termo do prazo de vigência de 25 anos previsto na maioria dos contratos celebrados previamente à entrada em funcionamento do MARL, em 3 de julho de 2000, correspondendo a um total de 445 contratos de concessão.

<sup>1</sup> Versão aprovada pelo Conselho de Administração em 17/02/2025, objeto de parecer da UTAM pelo Relatório de Análise n.º 77/2025 de 21 de março de 2025 e aprovado por despacho conjunto SETF (03/04/2025) e SEE (02/04/2025)

Estes contratos dizem essencialmente respeito a operadores grossistas oriundos dos antigos mercados abastecedores da cidade de Lisboa — Mercado do Rego, Mercado 24 de Julho e Cais do Sodré — que atualmente desenvolvem a sua atividade nos setores hortofrutícola, flores e plantas ornamentais, pavilhão polivalente e pavilhão de segunda venda de pescado.

Através dos contratos de concessão, a MARL assegura a cedência e a utilização dos espaços localizados no interior do Mercado, destinados à atividade grossista e a atividades complementares, garantindo igualmente o acesso às infraestruturas comuns. A MARL assume, nesse contexto, a responsabilidade pela prestação de serviços de manutenção, fiscalização, segurança, limpeza, recolha e tratamento de resíduos, bem como pela conservação das áreas comuns, durante o período contratual.

Os operadores, por sua vez, assumem a utilização dos espaços mediante o pagamento das contrapartidas financeiras contratualmente definidas, designadamente:

- **Taxa de Acesso**, correspondente ao direito de acesso ao Mercado e à utilização do espaço;
- **Taxa de Utilização**, relativa aos serviços prestados e ao funcionamento integrado da atividade no Mercado;
- **Taxas Especiais**, aplicáveis a serviços específicos solicitados pelos operadores, nos termos previstos no Regulamento Interno do Mercado.

A Taxa de Acesso e a Taxa de Utilização assumem natureza compensatória da cedência de bens e da prestação de serviços associados à integração dos operadores no Mercado, durante a vigência contratual.

Para além dos contratos de longa duração no setor hortofrutícola, cessaram igualmente, em 2025, contratos de utilização de natureza temporária, com prazos de um ou três anos, bem como um número residual de contratos da denominada Opção B, com duração de 25 anos e sem pagamento de Taxa de Acesso.

#### ▪ **Processo de renovação contratual**

O processo de renovação contratual, iniciado no primeiro semestre de 2025, constituiu um momento de particular relevância na gestão da MARL, exigindo uma abordagem estruturada, articulada e alinhada com os objetivos estratégicos da empresa, bem como com as orientações do acionista.

As novas condições contratuais foram delineadas com base em princípios de sustentabilidade económica e financeira, eficiência operacional, modernização das infraestruturas e adaptação às necessidades atuais e futuras dos operadores, visando assegurar a continuidade do papel do MARL enquanto infraestrutura essencial ao sistema de abastecimento alimentar da Área Metropolitana de Lisboa.

No desenho inicial do modelo de renovação contratual, refletido em sede de elaboração de PAO 2025-2027, foi equacionada a aplicação de novas Taxas de Acesso, incluindo aos operadores que já haviam procedido ao respetivo pagamento aquando da entrada em funcionamento do Mercado, tendo em consideração a necessidade de garantir o equilíbrio financeiro da empresa e a sustentabilidade do plano de investimentos de médio e longo prazo.

Este cenário previa a adoção de uma política diferenciada em função da maturidade contratual, combinando prazos de renovação de 25, 10 e 3 anos, com aplicação de Taxas de Acesso e atualização das Taxas de Utilização, de forma a assegurar uma estrutura de receitas compatível com os encargos operacionais, financeiros e fiscais da MARL.

Neste contexto, em sede de PAO 2025-2027, foi assumido um cenário caracterizado por uma política de *pricing* e um *mix* comercial (maturidade de contratos), para um novo período contratual que previa, para aproximadamente 60% dos contratos, a celebração de novos contratos a 25 e 10 anos, com pagamento de taxa de acesso e um aumento médio das taxas de utilização de cerca de 18%, face ao preço médio das taxas de utilização do contrato inicial. Para os restantes 40% dos contratos que atingiam a sua maturidade, foi considerada a realização de novos contratos a 3 anos, sem pagamento

de taxa de acesso e com uma taxa de utilização que se situava 100% acima do valor médio da taxa de utilização do contrato inicial.

Contudo, no decurso do processo negocial, verificou-se uma oposição expressiva e concertada por parte dos operadores, em particular no setor hortofrutícola, relativamente à aplicação de novas Taxas de Acesso. Tal posição encontrou fundamento no clausulado contratual em vigor, que prevê a não aplicação de nova Taxa de Acesso aquando da renovação dos contratos definitivos de utilização.

Face a este enquadramento, e ponderados os riscos jurídicos, operacionais e reputacionais associados a uma muito provável litigância, foi adotada a decisão de excluir a Taxa de Acesso na celebração dos novos contratos, privilegiando uma solução que assegurasse a continuidade da atividade, a estabilidade institucional e o regular funcionamento do Mercado.

Acresce que, atualmente, uma parte significativa dos operadores detém mais do que um espaço contratualizado, circunstância que reforçou a necessidade de uma abordagem prudente e equilibrada.

#### ▪ Modelo final de renovação contratual

Em resultado do processo negocial, foi adotado um modelo de renovação assente na celebração, para a generalidade dos operadores, de contratos com duração de 25 anos, sem pagamento de Taxa de Acesso, complementado por um mecanismo de atualização faseada das Taxas de Utilização até 2027.

Este mecanismo contempla:

- um aumento de 5% aquando da entrada em vigor dos novos contratos, em julho de 2025;
- um aumento adicional de 5%, acrescido do Índice de Preços no Consumidor (IPC), em janeiro de 2026;
- um aumento de 2%, acrescido do IPC, em janeiro de 2027.

A partir desse momento, a Taxa de Utilização passará a ser atualizada anualmente em função do IPC.

A solução adotada permitiu assegurar a renovação atempada dos contratos de utilização, garantir a continuidade das operações e manter níveis de ocupação elevados, reforçando a previsibilidade e a estabilidade das receitas no médio e longo prazo.

Não obstante um impacto menos favorável nos resultados do exercício, quando comparado com o cenário inicialmente projetado e previsto no orçamento, o modelo adotado contribui para a sustentabilidade económica e financeira da MARL, assegurando as condições necessárias para o cumprimento da sua missão institucional e para a prossecução do plano de investimentos previsto para o novo ciclo contratual.

#### › Resultado Líquido

O Resultado Líquido da MARL, SA situou-se em 5.806,9 milhares de euros, abaixo do previsto no PAO2025, em 69,2 milhares de euros (-1,2%), evolução maioritariamente impactada por:

- (i) Desvio favorável apurado no Volume de Negócios, que se situou abaixo do PAO2025, em 1.013,9 milhares de euros (-6,1%), decorrente da alteração de condições no contexto de negociação do *pricing* para os contratos que atingiram o seu *terminus* em 2025, conforme referido anteriormente.
- (ii) Desvio favorável nos gastos operacionais (FSE+RH), no montante de 163,3 milhares de euros (-3,5%);
- (iii) Desvio favorável em Depreciações, que se situaram abaixo do previsto em sede de orçamento, em 440,6 milhares de euros (-10,2%), refletindo o adiamento da execução do plano de investimentos para anos subsequentes. A taxa de execução do plano de investimentos situou-se em 27%;

- (iv) Desvio favorável no imposto, em 395,9 milhares de euros (-20,2%), refletindo a redução da taxa de IRC, não prevista em sede de PAO2025.

Importa ainda referir que a evolução do volume de negócios incorpora o reconhecimento de um rendimento de natureza não recorrente registado em 2025, decorrente da integração de taxas de utilização vincendas associadas ao contrato celebrado com o operador responsável pela exploração do parque fotovoltaico instalado nas coberturas e taludes do Mercado.

Na sequência da renegociação contratual, foi celebrado, em 31 de dezembro de 2025, um novo contrato que estabelece um prazo de vigência de 26 anos, revogando o anteriormente em vigor e definindo novas condições financeiras.

Esta alteração determinou a antecipação do reconhecimento de taxas de utilização já recebidas, que se encontravam a ser reconhecidas em resultados por duodécimos até ao termo do prazo contratual anterior (2033). À data de 31 de dezembro de 2025, permanecia por reconhecer o montante de 282,5 milhares de euros, o qual, em virtude das novas condições contratuais, foi integralmente reconhecido como rendimento no exercício de 2025.

› **EBITDA (resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações)**

milhares de euros	2025	PAO2025	2025/PAO2025	
			ABS	%
<b>Rendimentos Operacionais</b>	15 837,1	17 206,2	-1 369,1	-8,0%
<b>Gastos Operacionais</b>	-4 780,3	-4 954,7	-174,4	-3,5%
<b>EBITDA Recorrente</b>	<b>11 056,8</b>	<b>12 251,5</b>	<b>-1 194,7</b>	<b>-9,8%</b>
Integração de TU's vincendas*	285,6	0	-285,6	n.d.
<b>EBITDA</b>	<b>11 342,3</b>	<b>12 251,5</b>	<b>-909,1</b>	<b>-7,4%</b>

O desvio desfavorável do **EBITDA**<sup>2</sup>, em 909,1 milhares de euros (-7,4%), face ao previsto em sede de orçamento, traduz o efeito conjugado de: (i) desvio desfavorável nos rendimentos operacionais recorrentes, em 1.369,1 milhares de euros (-8%); (ii) desvio favorável nos gastos operacionais, em 174,4 milhares de euros (-3,5%) e (iii) rendimentos não recorrentes, no montante de 285,6 milhares de euros, relativo a reconhecimento de taxas de utilização vincendas, decorrente de renegociação de contrato com operador de parque fotovoltaico, referido anteriormente.

- O desvio registado nos **rendimentos operacionais** recorrentes é, essencialmente, explicado pela evolução dos rendimentos de taxas de utilização que registam um desvio desfavorável no montante de 919,6 milhares de euros (-6,7%) e de taxas de acesso (integração recorrente), que registam um desvio desfavorável, no montante de 517,8 milhares de euros (-28,9%).

Este desvio enquadra-se no contexto do processo de renovação dos contratos que atingiram a sua caducidade em 2025 (25 anos), cujo desfecho refletiu um equilíbrio distinto do que havia sido considerado em sede de PAO 2025-2027, conforme referido anteriormente.

- O desvio favorável nos **gastos operacionais**, no montante de 174,4 milhares de euros (-3,5%), que resulta, maioritariamente, do efeito conjugado de:
  - Desvio favorável em **FSE's**, no montante de 113,2 milhares de euros (-3,3%), evolução maioritariamente apurada nas rubricas de:
    - Manutenção (-70,2 milhares de euros), decorrente do adiamento de intervenções para períodos subsequentes;
    - Segurança (-23,9 milhares de euros), traduzindo um valor do contrato de segurança inferior ao previsto, na sequência de procedimento concursal lançado no primeiro trimestre de 2025;

<sup>2</sup> Apurado de acordo com SNC

- (iii) Eletricidade (-18,6 milhares de euros), refletindo uma redução do valor das tarifas de acesso à rede e uma redução de consumos (kwh) (-5%);
- (iv) Água (-13,4 milhares de euros), refletindo maioritariamente uma redução de consumos (m3), face ao previsto (-4%);
- (v) Publicidade (-18,1 milhares de euros), pelo adiamento de ações para períodos subsequentes.

Em sentido inverso, a rubrica de limpeza registou um desvio desfavorável de 40,3 milhares de euros (+2,7%), sendo maioritariamente apurado na subrubrica de tratamento de resíduos, por força do sistemático agravamento de preços que caracteriza o setor e por um maior número de dias de paragem do habitual prestador de serviços (100 dias), face ao previsto (88 dias) e, conseqüente recurso a prestador de serviços mais oneroso.

- ii. Desvio favorável nos **gastos com pessoal**, em 50,2 milhares de euros (-4,3%), maioritariamente justificado por: (i) absentismo registado em 2025 (-13,1 milhares de euros); (ii) adiamento da implementação de um Plano de Carreiras, previsto e autorizado em sede de PAO 2025-2027 (-32,9 milhares de euros); (iii) saída de trabalhador não substituído até 31 de dezembro de 2025 (-5,5 milhares de euros); (iv) atualização salarial (+6,2 milhares de euros); (v) efeito líquido da substituição de trabalhadores e despesas de recrutamento (+6,5 milhares de euros); (vi) formação (-5,9 milhares de euros); (vii) horas extraordinárias (-7,4 milhares de euros); (viii) bolsa de estágio (+2 milhares de euros) e (ix) outros, como seguros de saúde e acidentes de trabalho, fardamento, ofertas natal, etc. (-0,4 milhares de euros);

#### > **Eficiência Operacional**

O **peso dos gastos operacionais** (FSE's + RH) no volume de negócios, situou-se acima do valor previsto em sede de PAO2025, em 77 pontos base:

- i. O **volume de negócios recorrente** apresenta um desvio desfavorável, no montante de 1.299,1 milhares de euros (-7,8%), traduzindo o impacto das condições praticadas para novo ciclo contratual, face ao cenário previsto, conforme referido anteriormente;
- ii. Os **gastos operacionais (FSE + RH)**, apresentam um desvio favorável de 163,3 milhares de euros (-3,5%), evolução apurada em FSE's (-113,2 milhares de euros) e gastos com pessoal (-50,2 milhares de euros), conforme já detalhado anteriormente.

O peso dos gastos operacionais no volume de negócios, calculado nos termos do Despacho n.º 335/2024-SET de 13 de agosto, expurgando o impacto no aumento da despesa operacional atribuído ao cumprimento de disposições legais<sup>3</sup>, valorizações remuneratórias obrigatórias, efeito do absentismo e e fatores excepcionais que retiram a comparabilidade entre exercícios, situou-se acima do previsto em sede de orçamento, em 148 pontos base.

#### > **Dívida Financeira**

A **dívida financeira** situou-se, em 31 de dezembro de 2025, em 1.388,9 milhares de euros, em linha com o orçamentado, correspondendo integralmente à última prestação de capital e juros a liquidar ao Banco Europeu de Investimento, com vencimento em março de 2026, no cumprimento do respetivo plano de amortização.

<sup>3</sup> Decreto-Lei n.º 1/2025, de 16 de janeiro (atualizações remuneratórias obrigatórias)

- b) *Aditar os objetivos e metas de gestão relacionados com a atividade da empresa definidos no âmbito do PAO ou no Plano de Desenvolvimento Organizacional (PDO), apresentando o respetivo grau de cumprimento, bem como os desvios verificados e as medidas corretivas adotadas.*

Os objetivos quantitativos da MARL, SA estão alinhados com os objetivos estratégicos definidos ao nível da holding e com as orientações da tutela financeira e setorial para o Grupo SIMAB bem como com as orientações definidas pela tutela financeira para as empresas do Setor Empresarial do Estado.

Os objetivos, assim estabelecidos, traduzem-se, no geral, na obtenção de uma variação positiva do EBITDA, diminuição do peso dos fornecimentos e serviços externos e dos gastos com pessoal face ao volume de negócios, redução da dívida, aumento da rentabilidade acionista e redução dos prazos de pagamento a fornecedores, dando, na generalidade, cumprimento às orientações da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

- c) *Para as empresas públicas que integram o perímetro de consolidação das Administrações Públicas (EPR), incluir um quadro que evidencie o grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE, acompanhado de nota justificativa dos respetivos desvios.*

Não aplicável porquanto a MARL, SA não integra o perímetro de consolidação das Administrações Públicas.

- d) *Indicar expressamente as autorizações concedidas em sede de apreciação e aprovação do PAO2025 (ou PDO), conforme modelo indicativo, infra.*

Autorizações concedidas em sede de análise e aprovação do PAO 2025-2027 e/ou autorizações autónomas

Autorização Concedida	Despacho Autorizador	Indicar o limite/montante autorizado para 2025
Gastos Operacionais	Despacho n.º 361/2025-SETF	Aumento em 392 mil euros, limitando o seu valor em 2025 a 4,627 milhões de euros, condicionado à aprovação de Plano de Carreiras (33 mil euros)

## 2. Eficiência Operacional e Gastos Operacionais

*Conforme previsto pelo artigo 52.º da Lei do Orçamento do Estado para 2025 (LOE 2025) e no artigo 140.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DLEO 2025), o rácio da eficiência operacional (gastos operacionais sobre o volume de negócios, excluídos os impactos extraordinários decorrentes do cumprimento de disposições legais, devidamente fundamentados) deve ser igual ou inferior ao verificado em 2024. Na eventualidade de ter sido autorizada a utilização de outro indicador para medir a eficiência operacional, apresentar um quadro de suporte ao respetivo apuramento e evolução, indicando e apresentado em anexo o respetivo Despacho autorizador.*

Antes de se proceder à análise da evolução dos gastos operacionais, importa destacar os principais pressupostos e condicionantes que enquadram a leitura dos respetivos indicadores.

A evolução dos gastos operacionais deve ser analisada à luz do esforço continuado de racionalização e contenção de custos prosseguido ao longo da última década, no âmbito da implementação do Programa de Redução de Custos (PRC). Embora este esforço tenha produzido resultados mensuráveis e consistentes ao nível dos indicadores de eficiência económico-financeira da empresa,

originou igualmente constrangimentos relevantes, que se refletem em crescentes limitações à capacidade operacional e, em determinados casos, à própria segurança das infraestruturas e instalações, cuja antiguidade ultrapassa duas décadas.

Com efeito, existe um conjunto de prestações de serviços essenciais para o funcionamento do Mercado, designadamente limpeza, segurança e manutenção, que se encontram no limite da racionalidade financeira. Qualquer redução adicional dos níveis de serviço nessas áreas teria impactos significativos na normal atividade do Mercado e dos agentes nele instalados, tornando inviável a prossecução de novas reduções de gastos.

Neste contexto, destacam-se, as seguintes dificuldades estruturais:

- A melhoria sustentada do serviço prestado depende do adequado dimensionamento dos recursos humanos e da implementação de um programa de valorização e capacitação profissional, condição essencial para o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos;
- O elevado peso dos custos fixos condiciona a margem de intervenção para novas racionalizações, uma vez que uma parte substancial dos fornecimentos e serviços externos está associada a funções essenciais, como limpeza, segurança, vigilância e manutenção, às quais acresce a pressão resultante da evolução dos preços de mercado;
- Regista-se uma tendência generalizada de aumento dos custos dos serviços, quer por via de pedidos de reequilíbrio financeiro em contratos existentes, quer no âmbito de novos procedimentos concursais, incluindo os impactos decorrentes da atualização dos acordos coletivos do setor, com particular incidência nas rubricas de vigilância e limpeza;

Estes fatores conjugados com a reduzida elasticidade do volume de negócios, decorrente do facto de a empresa se encontrar no limiar da sua capacidade instalada, limitam a possibilidade de reduções sucessivas do indicador da eficiência operacional.

Não obstante os constrangimentos identificados, a análise da situação económico-financeira evidencia que a entidade apresenta, à data, uma estrutura financeira equilibrada, assente num *cash flow* operacional recorrente e consolidado, suficiente para assegurar as necessidades correntes de investimento, não se verificando recurso a financiamento externo. Neste contexto, e com base na informação disponível, considera-se que a sustentabilidade económico-financeira da entidade, numa perspetiva de médio prazo, se encontra assegurada, sem prejuízo da necessidade de acompanhamento permanente dos riscos operacionais e da evolução dos custos estruturais.

Para efeitos do disposto no DLEO20254, o peso dos gastos operacionais no volume de negócios, expurgando o impacto no aumento da despesa operacional atribuído ao cumprimento de disposições legais<sup>5</sup>, valorizações remuneratórias obrigatórias e o efeito do absentismo, e fatores excecionais que retiram a comparabilidade entre exercícios, situou-se em 28,08%, aumentando em 163 pontos base, face ao ano anterior.

É de salientar que os gastos operacionais para 2025 foram objeto de autorização em sede de apreciação do Plano de Atividades e Orçamento da MARL, SA, concedida por despacho das tutelas<sup>6</sup> (vide al.d) do ponto 1.), limitando o valor destes gastos em 4.627 milhares de euros, ao qual deve ser excluído o valor de 33 milhares de euros, referente ao plano de carreiras não implementado em 2025. Face ao valor global aprovado, o montante executado de 4.463,8 milhares de euros ficou cerca de 3% abaixo do valor máximo autorizado.

<sup>4</sup> Artigo 140.º, n.º 2

<sup>5</sup> Decreto-Lei n.º 1/2025, de 16 de janeiro (atualizações remuneratórias obrigatórias)

<sup>6</sup> Relatório de Análise n.º 77/2025 de 21 de março de 2025 e aprovado por despacho conjunto SETF (03/04/2025) e SEE (02/04/2025)

Eficiência operacional (não aplicável às entidades públicas empresariais do SNS)

EFICIÊNCIA OPERACIONAL - artigo 140.º do DLEO 2025	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025(Exec.)/2024 (Exec.)		2025 (Exec.)/2025 (Orç.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
Gastos operacionais (GO)							
(1) CMVMC	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	-	0,00	-
(2) FSE	3 354 560,91 €	3 467 720,58 €	3 170 657,98 €	183 902,93	5,8%	-113 159,67	-3,3%
(3) Gastos com o pessoal	1 109 215,41 €	1 159 405,42 €	1 020 187,05 €	89 028,36	8,7%	-50 190,01	-4,3%
(4) Impactos nos gastos decorrentes de disposições legais (discriminar e fundamentar, se aplicável):	168 862,20 €	213 593,38 €	137 748,62 €	31 113,58	22,6%	-44 731,18	-20,9%
i. Gastos relativos aos órgãos sociais a)	156 214,70 €	155 982,11 €	155 841,02 €	373,68	0,2%	232,59	0,1%
ii. Efeito do cumprimento de disposições legais a)*	25 742,56 €	24 723,67 €	0,00 €	25 742,56	-	1 018,89	4,1%
iii. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias a)	0,00 €	32 887,60 €	0,00 €	0,00	-	-32 887,60	-100,0%
iv. Efeito do Absentismo e dos gastos com indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo) a)*	-13 095,06 €	0,00 €	-18 092,40 €	4 997,34	27,6%	-13 095,06	-
(5) Gastos operacionais ajustados (1)+(2)+(3)-(4)	4 294 914,12 €	4 413 532,62 €	4 053 096,41 €	241 817,71	6,0%	-118 618,50	-2,7%
(6) Volume de negócios	15 579 916,46 €	16 593 425,34 €	15 324 488,95 €	255 427,51	1,7%	-1 013 508,88	-6,1%
Vendas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	-	0,00	-
Prestações de Serviços	15 579 501,40 €	16 593 425,34 €	15 323 938,95 €	255 562,45	1,7%	-1 013 923,94	-6,1%
Outros Rendimentos que concorrem para o VN (discriminar e fundamentar, se aplicável) <sup>(1)</sup>	415,06 €	0,00 €	550,00 €	-134,94	-24,5%	415,06	-
Indemnizações Compensatórias (se aplicável)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	-	0,00	-
(7) Impactos no VN decorrentes de disposições legais (discriminar e fundamentar, se aplicável):	-285 572,80 €	0,00 €	0,00 €	-285 572,80	-	-285 572,80	-
Integração antecipada de taxas de utilização	-285 572,80 €			-285 572,80	-	-285 572,80	-
(8) Volume de negócios ajustado (6)+(7)	15 294 343,66 €	16 593 425,34 €	15 324 488,95 €	-30 145,29	-0,2%	-1 299 081,68	-7,8%
(9) Peso dos Gastos/VN = (5)/(8)	28,08%	26,60%	26,4%	1,63		1,48	

<sup>(1)</sup> Subsídio à exploração(bolsa de estágio)

Informação adicional	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025(Exec.) / 2024 (Exec.)		2025 (Exec.)/2025 (Orç.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(1) Gastos com o pessoal	1 109 215,41 €	1 159 405,42 €	1 020 187,05 €				
i. (-) Gastos relativos aos órgãos sociais	156 214,70 €	155 982,11 €	155 841,02 €	373,68	0,2%	232,59	0,1%
ii. (-) Efeito do cumprimento de disposições legais (discriminar, se aplicável)	25 742,56 €	24 723,67 €	0,00 €	25 742,56	-	1 018,89	4,1%
iii. (-) Acordo tripartido 2025-2028 sobre a valorização salarial e o crescimento económico <sup>9)</sup>	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	-	0,00	-
iv. (-) Valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação de Regulamentos/IRCT	0,00 €	32 887,60 €	0,00 €	0,00	-	-32 887,60	-100,0%
v. (+) Efeito do Absentismo	-13 095,06 €	0,00 €	-18 092,40 €	4 997,34	27,6%	-13 095,06	-
vi. (-) Efeito das indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo)a)				0,00	-	0,00	-
(2) Gastos com pessoal sem os impactos i. a vi	914 163,09 €	945 812,04 €	882 438,43 €	31 724,66	3,6%	-31 648,95	-3,3%
(3) Gastos com deslocações e alojamento	187,61 €	4 275,00 €	816,53 €	-628,92	-77,0%	-4 087,39	-95,6%
(4) Gastos com ajudas de custo	576,29 €	333,28 €	608,50 €	-32,21	-5,3%	243,01	72,9%
(5) Gastos associados à frota automóvel <sup>9)</sup>	20 171,52 €	19 525,10 €	19 919,64 €	251,88	1,3%	646,42	3,3%
(6) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	0,00 €	0,00 €	4 975,00 €	-4 975,00	-100,0%	0,00	-
(7) Total dos gastos (3) a (6)	20 935,42 €	24 133,38 €	26 319,67 €	-5 384,25	-20,5%	-3 197,96	-13,3%
(8) N.º de Viaturas (operacional)	3	3	3	0,00	0,0%	0,00	0,0%
(9) N.º de viaturas (não operacional)	3	3	3	0,00	0,0%	0,00	0,0%

a) Devem ser excluídos os gastos relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de orientações expressas do acionista Estado, em matéria de concretização do acordo tripartido 2025-2028 sobre a valorização salarial e o crescimento económico, celebrado a 1 de outubro de 2024.

b) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

A evolução do indicador reflete:

- Redução do **volume de negócios ajustado**, em 30,1 milhares de euros (-0,2%), apurada, maioritariamente, pelo efeito conjugado do aumento dos rendimentos de taxas de utilização recorrentes, em 267,1 milhares de euros (+2,3%) e da redução dos rendimentos da integração das taxas de acesso (recorrentes), em 284,8 milhares de euros (-18,3%), traduzindo o impacto das condições de *pricing* negociadas para o novo ciclo contratual, em contratos que terminaram em 2025, conforme referido anteriormente e a atualização do preço unitário em 2,22%<sup>7</sup> para os restantes contratos;
- Aumento dos **gastos operacionais ajustados** (excluindo impacto das atualizações remuneratórias<sup>6</sup>, valorizações remuneratórias e o efeito do absentismo), em 241,8 milhares de euros (+6%), refletindo:

<sup>7</sup> Média dos últimos 12 meses do IPC do continente exceto habitação.

- i. Aumento dos **FSE**, em 183,9 milhares de euros (+5,8%), em resultado do efeito conjugado de variações nas diversas subrubricas que integra, destacando-se:
- (i) Limpeza (+199,3 milhares de euros), maioritariamente apurado no tratamento de resíduos sólidos indiferenciados (+153,5 milhares de euros), traduzindo o aumento do preço médio unitário (€/ton), em 17,5% e o impacto do encerramento do habitual prestador de serviços de tratamento de resíduos, e conseqüente recurso a solução mais onerosa, para além do aumento de quantidades de resíduos produzidos no Mercado (+8,8%);
  - (ii) Eletricidade (-71,1 milhares de euros), refletindo o efeito combinado das condições mais favoráveis do contrato celebrado em junho de 2025 e das tarifas de acesso às redes, bem como da redução do consumo de kwh (-5%), traduzindo poupanças decorrentes das medidas tomadas nos últimos anos em matéria de sustentabilidade, nomeadamente pela instalação de unidades de produção para autoconsumo;
  - (iii) Segurança (+55 milhares de euros), espelhando os sucessivos agravamentos do valor da prestação de serviços, na sequência de concursos públicos lançados;
  - (iv) Conservação e Manutenção (+19,9 milhares de euros), apurado em manutenção de equipamento básico, nomeadamente, em sistemas de intervenção de incêndio (+5,9 milhares de euros), CCTV (+9,2 milhares de euros), manutenção de compactadores (+4,8 milhares de euros) e câmaras frigoríficas (+3 milhares de euros);
  - (v) Honorários (-38,7 milhares de euros), em resultado da internalização de recursos que se encontravam a prestar serviços em regime de recibos verdes e do fim de serviços técnicos contratados em 2024;
  - (vi) Seguros (+15,2 milhares de euros), refletindo o agravamento dos prémios de seguro multiriscos e responsabilidade civil, decorrente das condições de mercado do setor;
  - (vii) Rendas e alugueres (+16 milhares de euros), referente a aluguer de *chiller*.
- ii. Aumento dos **Gastos com o pessoal**, excluído os relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, das valorizações remuneratórias obrigatórias, bem como do efeito do absentismo, em 57,9 milhares de euros, conforme detalhe seguinte:

<b>Gastos com pessoal (exceto órgãos sociais)</b>		EUR
<b>(1) Gastos c/ Pessoal 2024</b>		<b>864 346,0</b>
<b>Ajustamentos:</b>		
Atualização Salarial <sup>(1)</sup>		25 742,6
Absentismo 2024		18 093,4
Absentismo 2025		-13 095,1
<b>(2) Total Ajustamentos</b>		<b>30 740,9</b>
<b>Outras variações:</b>		
Efeito líquido substituição trabalhadores		2 529,6
Novas contratações autorizadas em PAO2024-2026 <sup>(2)</sup>		42 098,2
Regresso de trabalhador requisitado (de julho/24 a out/24)		-12 434,4
Saída de trabalhador em 31/10/2025 não substituído até 31/12/2025		-4 967,7
Atualização subsídio alimentação		19 703,6
Despesas de Recrutamento		3 933,3
Seguros de saúde e acidentes de trabalho		6 050,0
Formação		-3 929,7
Fardamento		-1 238,1
Outros (HSST, eventos, ajudas de custo, etc)		6 168,9
<b>(3) Total Ajustamentos</b>		<b>57 913,8</b>
<b>Gastos com Pessoal 2025 (1) + (2) + (3)</b>		<b>953 000,7</b>

<sup>(1)</sup> DL n.º 1/2025, de 16 de janeiro

<sup>(2)</sup> Despacho conjunto SETF (12/06/2024) e SEE (07/06/2024) RA da UTAM 156/2024, de 14 de março

Os ajustamentos indicados no cálculo do rácio de eficiência correspondem aos elementos indicados nas instruções e necessários para assegurar a correta evolução da eficiência decorrentes de alterações não existentes no ano anterior.

### Encargos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e associados à frota automóvel

Em 2025, os encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria encontram-se abaixo dos registados em 2024, em 5,4 milhares de euros (-20,5%).

Esta evolução é, maioritariamente, apurada em gastos com estudo relativo a inquérito realizado aos operadores do Mercado, em 2024, promovido no âmbito do processo de negociação para um novo ciclo contratual, a ocorrer no primeiro semestre de 2025, e tendo como objetivo recolher a perceção e expectativas dos operadores do Mercado para este processo, por forma a sustentar a definição da estratégia de negociação.

Os gastos com deslocações apurados para este efeito (apenas viagens e estadias) diferem do valor de deslocações e estadas da Demonstração dos Resultados, uma vez que não integra gastos com portagens e estacionamento, que são incluídos nos gastos com a frota automóvel.

Os gastos associados à frota da MARL, SA apresentaram-se acima dos gastos incorridos em 2024, em 0,3 milhares de euros (+1,3%). Esta evolução é apurada em gastos com combustíveis e portagens.

Estes gastos incluem todos os gastos passíveis de serem associados às viaturas (rendas, seguros, portagens e estacionamento, manutenção, combustíveis).

No final de 2025, a frota automóvel da MARL, SA era composta por 6 viaturas, 5 em regime de aluguer operacional e 1 que pertence ao seu ativo (ligeiros de mercadorias, com mais de 15 anos), mantendo-se face a 31 de dezembro de 2024.

Gastos com a Frota Automóvel	2023	2024	2025	2025(Exec.) / 2024 (Exec.)	
				Δ Absol.	Var. %
<b>Total</b>	<b>19 281,58 €</b>	<b>19 919,64 €</b>	<b>20 171,52 €</b>	<b>251,88 €</b>	<b>1,3%</b>
ALD	15 986,42 €	15 983,52 €	15 983,52 €	0,00 €	0,0%
Combustíveis	2 086,84 €	1 983,28 €	2 225,19 €	241,91 €	12,2%
Manutenção	41,82 €	414,93 €	385,38 €	-29,55 €	-7,1%
Seguros	624,54 €	996,75 €	984,83 €	-11,92 €	-1,2%
Portagens/Estac.	507,80 €	506,01 €	557,45 €	51,44 €	10,2%
IUC	34,16 €	35,15 €	35,15 €	0,00 €	0,0%
Nº de veículos	6	6	6	0	0,0%

### 3. Recursos Humanos e Massa Salarial

Tendo em consideração o previsto nos artigos 138.º e 139.º do DLEO 2025, no Despacho n.º 1103-B/2025, de 22 de janeiro de 2025, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, apresentar informação sobre a evolução do número de recursos humanos, de forma desagregada e indicar o(s) correspondente(s) impacto(s) nos gastos com pessoal.

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2024	Movimentos de Pessoal em 2025					Situação a 31/12/2025
		Saídas (reformas/outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licença	Contratações para substituição de saídas	Novas contratações*	Entradas ao abrigo do ... (normativo legal, despacho, etc.)**	
	(1)	(2)		(3)	(4)	(5)	(6) = (1)-(2)+(3)+(4)+(5)
Órgãos Sociais (OS)	5	0	0	0	0	0	5
Cargos de direção (s/ OS)	4	0	0	0	0	0	4
Trabalhadores							0
Categoria 1	24	2	1	1	1	0	1
<b>Total (OS+CD+Trabalhadores)</b>	<b>33</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>33</b>
<b>Impacto nos gastos com pessoal</b>	<b>-</b>	<b>-4 967,68 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>2 529,57 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>7 497,25 €</b>

\* Indicar o Despacho autorizador.  
\*\* Especificar

No exercício de 2025, verificaram-se duas cessões de vínculo laboral por iniciativa dos trabalhadores. Apenas uma dessas cessões deu origem a substituição, efetuada ao abrigo do disposto no artigo

139.º, n.º 1 do Decreto-Lei 13-A/2025, de 10 de março, não tendo ainda sido possível proceder à substituição do outro trabalhador em virtude da inexistência de candidaturas que reunissem o perfil técnico-funcional adequado às exigências e condições da função.

Em 31 de dezembro de 2025, a MARL, SA apresenta um quadro de pessoal de 5 órgãos sociais e 28 trabalhadores, dos quais 4 são dirigentes e um trabalhador encontra-se em licença sem vencimento.

Em 31 de dezembro de 2025, encontra-se por nomear um vogal executivo, representante do acionista SIMAB, SA.

*Indicar a evolução da massa salarial, nos termos e para os efeitos previstos no Despacho n.º 1103-B/2025, de 22 de janeiro de 2025, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.*

**Recursos Humanos e massa salarial**

	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025/2024	
				Δ Absol.	Var. %
N.º de membros dos órgãos sociais (OS)	5	6	5	0	0,00%
N.º de membros cargos de direção (CD)	4	4	4	0	0,00%
N.º dos restantes trabalhadores (sem OS e sem CD)	24	24	24	0	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>33</b>	<b>34</b>	<b>33</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
<b>N.º Trabalhadores/N.º CD</b>	<b>5,6</b>	<b>4,7</b>	<b>5,6</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
<b>Gastos com Pessoal/Total (OS+CD+T)</b>	<b>1 109 215,41 €</b>	<b>1 159 405,42 €</b>	<b>1 020 187,05 €</b>	<b>89 028,36 €</b>	<b>8,73%</b>
Massa Salarial Global	494 902,38 €	521 231,13 €	477 766,88 €	17 135,50 €	3,59%
Massa Salarial sem os efeitos de volume (caso se tenha verificado um aumento ou diminuição líquida do n.º de trabalhadores) <sup>a)</sup>	494 902,38 €	521 231,13 €	477 766,88 €	17 135,50 €	3,59%

a) Aferição do Despacho n.º 1103-B/2025, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças

#### 4. Plano de Investimentos

*Explicitar claramente eventuais investimentos executados que não foram previstos no PAO (ou PDO) aprovado, ou, estando previstos no PAO (ou PDO) aprovado, excederam o valor orçamentado, bem como a eventual autorização autónoma concedida pelas tutelas e em que termos.*

No que concerne ao investimento realizado, em 2025, totalizou um montante de 801,6 milhares de euros, correspondente a uma taxa de execução de 27%, do qual passa em curso para 2026, o valor de 454,9 milhares de euros, maioritariamente correspondente a: (i) empreitada de reabilitação de pavilhões (276,7 milhares de euros); (ii) empreitada de intervenção no pavimento betuminoso (45 milhares de euros); (iii) empreitada de reformulação do sistema SADI (82,3 milhares de euros), (iv) ampliação do sistema de CCTV (29,5 milhares de euros); (v) aquisição de chiller (10,3 milhares de euros) e (vi) outras intervenções de expressão residual (11,1 milhares de euros).

A execução do Plano de Investimentos apresentou-se da seguinte forma:

Plano de Investimento	PAO 2025	Total		Fontes de financiamento					Desvio (PAO vs Executado)	Observações/ Medidas	
		Executado 2025	Autofinanciamento (Receitas próprias)	Orçamento do Estado	Endivid.	Fundos comunitários	PRR	Outras			
Beneficiação de coberturas Edifícios	720 000,0 €	314 894,8 €	314 894,8 €							-405 305,2 €	
Sinalética	0,0 €	5 808,2 €	5 808,2 €							5 808,2 €	
Obras no Edifício Cash	400 000,0 €	0,0 €	0,0 €							-400 000,0 €	
Intervenções nos PT's dos Pavilhões	70 000,0 €	0,0 €	0,0 €							-70 000,0 €	
Beneficiação Edifícios e Infraestruturas	700 421,1 €	178 882,1 €	178 882,1 €							-521 539,0 €	
Reparação de tubagens de frio dos pavilhões + Dep. Inercia	220 000,0 €	0,0 €	0,0 €							-220 000,0 €	
Up-Grade GTC	150 000,0 €	0,0 €	0,0 €							-150 000,0 €	
Central telefónica IP para Grupo	12 000,0 €	0,0 €	0,0 €							-12 000,0 €	
Aquisição UPS	5 000,0 €	0,0 €	0,0 €							-5 000,0 €	
Aquisição de PC's/Outros Equipamentos Servidores)	93 000,0 €	8 772,8 €	8 772,8 €							-84 227,2 €	
Software gestao doc + gestao segurança	125 000,0 €	0,0 €	0,0 €							-125 000,0 €	
Sistema de Intrusão e Incêndio - Segurança	151 000,0 €	92 710,8 €	92 710,8 €							-58 289,2 €	
Controlo Acessos do topo sul	45 000,0 €	29 527,6 €	29 527,6 €							-15 472,4 €	
Aquisição de camaras de CCTV	27 600,0 €	15 198,5 €	15 198,5 €							-12 401,6 €	
Data Loggers	5 000,0 €	0,0 €	0,0 €							-5 000,0 €	
Aquisição de Equipamento LED	149 121,9 €	104 321,9 €	104 321,9 €							-44 800,0 €	
Contentores Lixo/ compactadores	55 000,0 €	30 919,0 €	30 919,0 €							-24 081,0 €	
Aquisição de Cortinas Rápidas/Portas/Foles acostagem	40 000,0 €	655,8 €	655,8 €							-39 344,2 €	
Aquisição de ventiladores para frigoríficos	5 000,0 €	0,0 €	0,0 €							-5 000,0 €	
Greijas e cestos de retenção + tampas saneamento	20 500,0 €	4 620,0 €	4 620,0 €							-15 880,0 €	
Equipamento Ar Condicionado	0,0 €	7 250,0 €	7 250,0 €							7 250,0 €	
Outros equipamentos	1 465,0 €	8 265,0 €	8 265,0 €							6 800,0 €	
<b>Valor total do investimento</b>	<b>2 995 108,0 €</b>	<b>801 626,3 €</b>	<b>801 626,3 €</b>	<b>0,0 €</b>	<b>0,0 €</b>	<b>0,0 €</b>	<b>0,0 €</b>	<b>0,0 €</b>	<b>0,0 €</b>	<b>-2 193 481,6 €</b>	

Os desvios verificados respeitam a investimentos adiados para 2026 e/ou necessidade de reafecção de montantes entre rubricas.

A taxa de execução do investimento na MARL, SA de 27% (801.626,3 euros executados de um total previsto de 2.995.108 euros) deve-se, essencialmente, à insuficiência de recursos técnicos disponíveis na equipa e à obrigatoriedade dos concursos públicos, que impõem prazos processuais mais longos e complexos.

Este cenário impactou em diversas rubricas, nomeadamente a Beneficiação de Edifícios e Infraestruturas, as Fachadas NAC, entre outras, refletindo a dificuldade de acelerar a execução dos investimentos sem o reforço adequado da capacidade operacional e sem flexibilização dos procedimentos licitatórios.

Atente-se ainda, que dada a natureza de determinadas intervenções, como a reabilitação/beneficiação do edificado, para as quais, as "janelas de tempo" são muito específicas, os recursos estarem afetos a outros procedimentos, não sendo possível a sua execução em tempo.

Apesar destes desafios, estão a ser envidados esforços para ajustar os processos e otimizar a execução dos restantes investimentos em 2026, de forma a cumprir os objetivos estratégicos do MARL.

## 5. Contratualização de Serviço Público

*Na eventualidade da existência de contratos-programa, contratos de prestação de serviço público ou de interesse económico geral celebrados com o Estado, a empresa deverá apresentar a execução face ao explicitado nos instrumentos de planeamento.*

Não aplicável porquanto a MARL, SA não celebrou qualquer contrato-programa com o Estado.

## 6. Gestão do Risco Financeiro

Os riscos a que a MARL, SA se encontra exposta podem ter origem em fatores externos e internos.

A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento da empresa, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que a empresa está exposta, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

**Risco de Crédito** - O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes da empresa para saldar as suas

obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados. Este risco é monitorizado numa base regular, com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidades das contas a receber; acompanhar a evolução do nível de crédito concedido e analisar a recuperabilidade dos valores a receber.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando a análise da antiguidade das contas a receber; o perfil de risco do cliente; e as condições financeiras dos clientes.

**Risco de Liquidez** – A MARL, SA está exposta a fatores de risco financeiro que resultam da sua atividade, essencialmente relacionados com a liquidez e com a taxa de juro decorrente do passivo financeiro. A política de financiamento e de gestão do risco de liquidez da MARL, SA é pautada pelos seguintes objetivos:

- Assegurar um calendário de vencimento de dívida escalonado ao longo do tempo;
- Adotar, ao nível da gestão do risco de liquidez, uma política de manutenção das suas disponibilidades financeiras a um nível razoável e, simultaneamente, a garantia de que eventuais défices de financiamento das atividades operacionais e de investimento estejam assegurados, respetivamente por contratos de financiamento de curto e de médio e longo prazo; e,
- Alongar a maturidade média da dívida para a tornar mais consistente com maturidade dos seus ativos.

A MARL, SA pode recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de investimento<sup>8</sup>.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a empresa tem a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus orçamentos. A MARL, SA detém uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis;
- Planeamento financeiro anual detalhado;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida consistente com os ativos de longo prazo; e,
- Manutenção de uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis.

O objetivo da MARL, SA, em relação à gestão de capital é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente da dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O intuito da gestão de risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da sociedade, com uma remuneração adequada dos capitais investidos e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

Destacam-se algumas das mais importantes operações de financiamento que caracterizam o passivo bancário da MARL, SA:

- Financiamento contratado com o Banco Europeu de Investimento (BEI), em condições de maturidade, carência e taxas de juro bastante favoráveis (Euribor3m + 0,12%), quando comparadas com as condições normalmente oferecidas no mercado financeiro pela banca comercial e de investimento, cujo capital em dívida, a 31 de dezembro de 2025, ascende a 1.388,9 milhares de euros. No âmbito deste financiamento foi obtida garantia pessoal (fiança) do Estado Português, para o cumprimento das obrigações de capital e juros;

---

<sup>8</sup> Em novembro de 2014, a SIMAB, SA e as suas participadas obtiveram despacho favorável ao pedido de exceção que permite às empresas do Grupo SIMAB<sup>9</sup> o acesso a financiamento junto de instituições de crédito, quer através da contratação de novos financiamentos, quer através da cessão de posição contratual em contratos de financiamento vigentes entre empresas do Grupo SIMAB, quer ainda em situações de renovação ou prorrogação de financiamentos.

- Dois contratos de crédito por descoberto em conta (Grupado), que inclui a SIMAB, MARL e MARE, com um limite global de 2.700 milhares de euros. Em 31 de dezembro de 2025, estas linhas não se encontravam utilizadas pela MARL, SA.

A totalidade da dívida financeira da MARL, SA está indexada a taxas de referência variáveis, estando por essa via exposta ao risco de taxa de juro. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a MARL, S.A ao risco de fluxos de caixa.

A empresa não tem contratualizado qualquer instrumento de gestão de risco financeiro.

A dívida financeira da MARL, SA tem diminuído de forma progressiva e consistente, ascendendo a 1.388,9 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2025, que compara com 4.166,9 milhares de euros, em 2024 (-66,7%) e com 21.035,6 milhares de euros em 2021 (-93%). A empresa tem vindo assim a reforçar a sua estrutura de capital, de forma consolidada, por via do reforço da sua capacidade de autofinanciamento.

#### Dívida Financeira

euro	2021 Execução	2022 Execução	2023 Execução	2024 Execução	2025 Execução	2025/2024	
						ABS	%
<b>Linhas curto prazo</b>							
Apoio à Tesouraria	1 483 170	204 981	415 683	0	0	0,0	n.d.
Outros <sup>(1)</sup>	0,1	223	190	236	289	53	0
<b>Linhas médio/longo prazo</b>							
BEI	12 500 000,0	9 722 222	6 944 444,4	4 166 666,6	1 388 888,9	-2 777 777,8	-67%
Outros Financiamentos	171 056,2	0	0	0	0	0,0	n.d.
Papel Comercial	3 600 000,0	2 400 000	1 200 000	0	0	0,0	n.d.
Suprimentos acionistas	3 281 400,0	2 573 400	624 600	0	0	0,0	n.d.
<b>Total</b>	<b>21 035 626,4</b>	<b>14 900 826,1</b>	<b>9 184 917,1</b>	<b>4 166 902,6</b>	<b>1 389 178,1</b>	<b>-2 777 724,5</b>	<b>-66,7%</b>

<sup>(1)</sup> Cartão de Crédito IGCP

Ano	2025	2024	2023	2022	2021
Encargos Financeiros (€)	74 324,01 €	267 289,38 €	433 617,83 €	128 634,30 €	134 527,32 €
Taxa Média de Financiamento (%)	2,68%	4,00%	3,60%	0,72%	0,57%

A taxa média é calculada por referência ao passivo bancário médio de 2 anos.

## 7. Limite de crescimento do endividamento

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 53.º da LOE2025, apurado de acordo com a fórmula definida no n.º 1 do artigo 141.º do Decreto-lei n.º 13-A/2025, de 10 de março (DLEO 2025) e tendo em conta os novos investimentos, o crescimento do endividamento, em 2025, face a 2024, é limitado a 2%.

Nos anos de 2025 e 2024, não ocorreram aumentos de capital.

Em 2025, não se realizaram investimentos com enquadramento no conceito “novo investimento com expressão material”, definido nos termos do artigo 141.º do DLEO 2025.

Neste contexto, a taxa de variação do endividamento apresenta-se como segue:

Ano	2025	2024
Capital estatutário ou social realizado e outros instrumentos de capital próprio	29 999 999,76 €	29 999 999,76 €
Financiamento remunerado	1 389 178,10 €	4 166 902,63 €
Novos investimentos com expressão material em 2025	0,00 €	
<b>Varição do Endividamento</b>	<b>-8,13%</b>	

A MARL, SA cumpre assim os limites de endividamento legalmente definidos, tendo o passivo remunerado, em 2025, diminuído em 2.777,7 milhares de euros (-66,7%).

Importa referir que, em novembro de 2014, a SIMAB, SA e as suas participadas obtiveram despacho<sup>9</sup> favorável ao pedido de exceção que permite às empresas do Grupo SIMAB<sup>10</sup> o acesso a financiamento junto de instituições de crédito, quer através da contratação de novos financiamentos,

<sup>9</sup> Despacho n.º 2318/2014 – SET

<sup>10</sup> Nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na redação que lhe foi conferida pelo artigo 20.º da Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro

quer através da cessão de posição contratual em contratos de financiamento vigentes entre empresas do Grupo SIMAB, quer ainda em situações de renovação ou prorrogação de financiamentos.

## 8. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE)

A situação financeira das empresas do Grupo SIMAB, entre as quais a MARL, SA, obriga ao recurso permanente a instrumentos de dívida de longo, médio e curto prazo, nomeadamente, a descobertos autorizados, programas de emissão de papel comercial e financiamentos de médio/longo prazo para suportar investimentos de expansão da capacidade dos Mercados.

Neste contexto, as empresas recorrem ao Mercado para se financiarem, uma vez que o financiamento não pode ser assegurado pelo IGCP.

A maior ou menor capacidade de negociação das linhas de financiamento depende, em larga medida, do nível de serviços prestados pelas entidades bancárias, que são utilizados pela empresa, bem como do volume/valor dos movimentos efetuados junto das instituições financeiras.

A coordenação e obtenção dos financiamentos à atividade das empresas do Grupo SIMAB são desenvolvidas pela *holding*, procurando criar os meios necessários para fazer face às necessidades das participadas, tendo sempre presente o objetivo de manter o equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

A utilização de linhas de descoberto autorizado como instrumento de financiamento dos *deficits* de tesouraria gerados nas empresas do Grupo, determina a manutenção de depósitos bancários, que na realidade consubstanciam, maioritariamente saldos resultantes do desfasamento temporal (em geral correspondente a 1 dia), originado pelo mecanismo de movimentação de fluxos operado pelos Bancos, entre a compensação de saldos credores (excedentes) e saldos devedores (utilização de linhas de Descoberto bancário).

Os montantes visam assim garantir a estabilidade das operações das empresas, assegurando a existência dos fundos necessários à sua atividade corrente e compromissos periódicos como o pagamento de juros e de prestações de capital, no âmbito de financiamentos obtidos, impostos, fornecedores ou salários, uma vez que a sua simples existência pressupõe que as empresas se estão a financiar para os manter.

Os “excedentes de tesouraria” gerados são assim, diariamente aplicados na redução de utilização de linhas de apoio à tesouraria (Descobertos autorizados), por forma a minimizar o custo do financiamento.

Face à necessidade das empresas do Grupo recorrerem à banca comercial para operações de financiamento, uma vez que o IGCP não assegura a prestação de operações de financiamento de curto ou médio prazo, à semelhança do procedimento adotado em anos anteriores, entendeu o Conselho de Administração da SIMAB, SA solicitar exceção do cumprimento do princípio da UTE, para as empresas do Grupo SIMAB relativamente a 2024 e 2025<sup>11</sup>, ao abrigo do disposto no artigo 105.º, n.º 6 do Decreto-Lei n.º 82/2023 de 29 de dezembro e do artigo 28.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, ao IGCP a dispensa do cumprimento da unidade de tesouraria do estado, pelo prazo de dois anos.

O Despacho n.º 0299/2024, de 26 de novembro de 2024, do IGCP, em resposta ao pedido da SIMAB, SA, alheio à necessidade das empresas recorrerem ao Mercado para se financiarem, uma vez que o financiamento não pode ser assegurado pelo IGCP, e do impacto financeiro negativo resultante da abrangência da obrigatoriedade de aplicação dos excedentes não permanentes no IGCP, autorizou apenas a dispensa parcial do cumprimento da unidade de tesouraria do Estado, à semelhança dos anos anteriores.

---

<sup>11</sup> Ref.ª ADM/240015 de 11 de junho de 2024

Neste contexto, todas as empresas do Grupo SIMAB (SIMAB, SA; MARL, SA, MARF, SA; MARB, SA e MARE, SA) detêm contas no IGCP, encontrando-se em utilização como canal financeiro o *Homebanking*.

Adicionalmente, têm vindo a ser adotadas outras medidas que permitem incrementar a transacionalidade destas contas, nomeadamente, a indicação do IBAN da conta que cada empresa detém junto do IGCP, nas faturas emitidas pelas empresas, como única opção de pagamento por via de transferência bancária, utilização de cartão de crédito para gestão de fundo de maneio, pagamentos de Via Verde, pagamentos de vencimentos e fornecedores, para além do encerramento gradual de contas em bancos com os quais o Grupo SIMAB não detém qualquer operação de financiamento.

É prestada informação trimestral, via SIRIEF, sobre os montantes e as entidades em que se encontram a totalidade das disponibilidades das empresas do Grupo.

Banca Comercial*	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
MONTEPIO GERAL - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA	21 241,21 €	67 088,90 €	30 988,64 €	5 432,04 €
BANCO COMERCIAL PORTUGUES, SA	15 501,15 €	26 817,73 €	11 806,36 €	29 372,80 €
BANCO SANTANDER TOTTA, SA	5 079,69 €	65 048,79 €	12 669,20 €	7 854,00 €
BANCO BPI, SA	697,74 €	676,94 €	656,14 €	635,34 €
<b>Total</b>	<b>42 519,79 €</b>	<b>159 632,36 €</b>	<b>56 120,34 €</b>	<b>43 294,18 €</b>
Juros auferidos (€)**	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Juros entregues (€)				
Data entrega dos Juros***				

\* Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

\*\* Identificar os juros auferidos de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da Banca Comercial.

\*\*\* Identificar a(s) data(s) da entrega dos rendimentos das aplicações financeiras.

IGCP	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
Disponibilidades	169 888,52 €	58 771,73 €	160 296,51 €	157 736,54 €
Aplicações financeiras	700 000,00 €	1 400 000,00 €	1 400 000,00 €	3 700 000,00 €
<b>Total</b>	<b>869 888,52 €</b>	<b>1 458 771,73 €</b>	<b>1 560 296,51 €</b>	<b>3 857 736,54 €</b>

A MARL, SA não detém aplicações financeiras fora do IGCP.

## 9. Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e “Arrears”

a) Indicar o PMP, em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, na sua versão atual:

PMP	2025	2024	Variação 25/24	
			Valor	%
Prazo (dias)	39	44	-5	-11,8%

O indicador do (PMP)<sup>12</sup>, em 2025, situou-se em 39 dias, que compara com 44 dias, em 2024, consubstanciando uma diminuição de 5 dias (+11,8%).

De salientar que o prazo, calculado nestes termos, é impactado pelo registo de faturas recebidas no final de dezembro de 2025 que, não se encontrando vencidas, influenciam o cálculo do PMP. Em 31/12/2025, 93% do saldo de fornecedores respeitava a dívida não vencida (97% em 31/12/2024).

Foram incluídos no cálculo deste indicador apenas os saldos de curto prazo, ou seja, os saldos que decorrem da atividade e investimentos correntes.

<sup>12</sup> Calculado nos termos da RCM n.º 34/2008 com a alteração introduzida pelo despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril

b) Indicar os atrasos nos pagamentos (“arrears”) conforme definido no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, conjugado com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição.

No que respeita à divulgação de informação dos atrasos de pagamento definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, a MARL, SA apresenta, à data de 31/12/2025, os seguintes atrasos nos pagamentos:

Unid: euro

Dívida Vencida (>90 dias)	Valor das dívidas vencidas (art. 1º do DL 65-A/2011 conjugado com o n.º 2 do art. 4º do DL 127/2012)				2024 Total
	2025			Total	
	]90-180] dias	]180-365] dias	> 365 dias		
1 - Aq. de Bens e Serviços	118,64	0,00	6 451,75	6 570,39	20 557,74
2 - Aq. de Capital	0,00	0,00	835 128,10	835 128,10	836 441,60
<b>3 - Total dívida vencida &gt;90 dias (1+2)</b>	<b>119 €</b>	<b>0 €</b>	<b>841 580 €</b>	<b>841 698 €</b>	<b>856 999 €</b>
4 - Situações excluídas (n.º2 art. 4º DL 127/2012)	119 €	0 €	841 580 €	841 698 €	856 999 €
4.1 - obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória					
4.2 - Situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor	118,64	0,00	841 579,85	841 698,49	854 065,84
4.3 - montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados					2 933,50
<b>5 - PAGAMENTOS EM ATRASO (3)-(4)</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>

Nota: PAGAMENTOS EM ATRASO são representados pelas contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.

Excluem-se deste conceito: as obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória; as situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor, e os montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados, conforme estabelece o n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Pagamentos em atraso nos termos do n.º 1 do artigo 40.º da LOE 2024	Saldo
1 - Pagamentos em atraso 2024 (>90 dias) <sup>1</sup>	0
2 - Pagamentos em atraso 2025 (>90 dias) <sup>1</sup>	0
3 - D Pagamentos em atraso (2-1)	0
4 - Dotações orçamentais adicionais em 2025 <sup>2</sup>	N.A.
<b>5 - Saldo (3+4)</b>	<b>0</b>

Notas: 1 - Nos termos do artigo 1.º do DL n.º 65-A/2011; 2 - Apenas aplicável às entidades públicas reclassificadas

O «Atraso no pagamento» corresponde ao não pagamento de faturas relativas ao fornecimento dos bens e serviços, após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

As dívidas a fornecedores foram calculadas de acordo com o mesmo critério do prazo médio de pagamentos apresentado no ponto anterior.

Do total do valor identificado no quadro (856.999 euros), grande parte respeita a faturas não devidas e/ou reclamadas junto dos respetivos fornecedores (777.222,21 euros) e o valor remanescente respeita a retenções efetuadas em contexto de garantia de obra/serviços, nos termos legais e contratuais (70.127,20 euros).

## 10. Estatuto do Gestor Público

### a) Objetivos de Gestão

Indicar os objetivos de gestão para 2025, conforme proposta submetida à ETF nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 18.º e 30.º do EGP e na Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, apresentando o respetivo grau de cumprimento, identificando os desvios verificados e as medidas corretivas adotadas.

Nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista, define as orientações estratégicas para o Grupo SIMAB, que são adotadas pelas suas participadas, entre as quais a MARL, SA.

Na sequência da eleição do atual Conselho de Administração, em março de 2021, foram emanadas pelo acionista orientações estratégicas, que presidem a atividade do Grupo SIMAB, desde essa data.

A Deliberação Unânime por Escrito de 23 de março de 2021, com a eleição do Conselho de Administração da *holding* SIMAB, SA, solicitava a apresentação de uma proposta de objetivos, indicadores e metas, que constituiria a base dos contratos de gestão a celebrar, também decorrentes do artigo 18º do Estatuto do Gestor Público (DL n.º 71/2007, de 27 de março), sendo os principais de seguida sintetizados:

- a) Desenvolver as ações necessárias de modo a garantir a evolução do modelo de negócio da SIMAB, em termos que:
  1. Garantam o cumprimento de serviço público;
  2. Assegurem a rentabilidade económica e financeira da empresa;
  3. Preservem os valores ao nível de segurança e garantia de saúde pública do mercado abastecedor.
- b) Promover a eficácia e eficiência da SIMAB, com racionalização do seu desenvolvimento de negócio e da sua orgânica, garantindo a contenção de custos operacionais e adequação à dimensão e perfil de negócios.
- c) Promover a consolidação da estrutura financeira da Sociedade, preservando a remuneração do capital acionista.

Conforme solicitado, foi enviado no prazo definido de 45 dias, para ser alvo de concertação, uma proposta de objetivos, indicadores e metas, com vista à celebração do referido contrato de gestão.

No seguimento dos posteriores contatos, contributos e reuniões de trabalho, foi reenviado o documento revisto. Aguardando-se da parte da Acionista decisão sobre o mesmo, razão pela qual ainda não é possível de ser vertida neste documento, tal proposta relativa ao Contrato de Gestão, salientando-se, contudo, a existência e o prosseguimento de um Plano Estratégico

Pelo acima exposto, não existiram, em 2025, objetivos em vigor ao abrigo de Contratos de Gestão, para o atual Conselho de Administração nomeado em Assembleia Geral na empresa mãe SIMAB, SA e, por inerência, na MARL, SA, pelo que a empresa tem vindo a monitorizar os objetivos e indicadores quantitativos, tendo por base o Plano de Atividades e Orçamento, aprovado pelas tutelas.

De salientar que não tendo sido reunidas as condições para nomeação de Administração nas últimas Assembleias Gerais na empresa mãe SIMAB, SA e, por inerência, na MARL, SA, mantém-se o Conselho de Administração e a continuidade do mandato 2021/2023 em funções.

#### **b) Artigos 32.º e 33.º do EGP**

- i. Os membros do Conselho de Administração da MARL, SA não utilizam cartões de crédito para fazer face a despesas ao serviço da empresa;
- ii. Os membros do Conselho de Administração da MARL, SA não são reembolsados de quaisquer despesas no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
- iii. Os membros do Conselho de Administração da MARL, SA não são reembolsados de quaisquer despesas no âmbito de despesas com comunicações;
- iv. Os membros do Conselho de Administração da MARL, SA não utilizam viaturas de serviço.

**c) Despesas não documentadas ou confidenciais.**

A MARL, SA não teve, em 2025, despesas não documentadas ou confidenciais, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e no artigo 11.º do EPG.

**11. Aplicação das Normas de Contratação Pública**

Indicar designadamente:

- a) *o modo como foram implementadas as normas de contratação pública, aplicáveis à empresa, vigentes em 2025, sendo que, nas empresas-mãe de grupos públicos, este ponto deverá incluir todas as empresas em que estas participem maioritariamente;*

Todas as empresas do Grupo SIMAB, onde se insere a MARL, SA, estão sujeitas ao regime da contratação pública, sendo consideradas entidades adjudicantes, nos termos do n.º 2, do art.º 2.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) tendo, em 2025, dado cumprimento às normas de contratação pública, na formação e execução dos seus contratos, com aplicação no CCP.

Durante o ano de 2025, os processos de aquisição, sujeitos à Parte II do Código dos Contratos Públicos e expurgados os ajustes diretos simplificados que não careceram de tramitação processual de contratação pública, ascenderam a 33 processos correspondentes a 5.583,7 milhares de euros.

Destes, 87,8%, do valor total dos preços contratualizados, foram transacionados em condições concorrenciais, através de concurso público e 6% através de consulta prévia.

Cerca 5,5% (305,6 milhares de euros) dizem respeito a 5 procedimentos por ajuste direto, através de mecanismos previstos na lei, com utilização de critérios materiais, designadamente: i) recurso a entidade adjudicatária de procedimento lançado por concurso internacional, para o fornecimento de serviços essenciais ao funcionamento do Mercado, que consistiam na repetição de serviços similares que tenham sido objeto de contrato anteriormente celebrado pela entidade adjudicante com o mesmo adjudicatário; ii) necessidade urgente e imprevisível em substituir o prestador de serviços de recolha e tratamento de resíduos, serviço imprescindível à atividade do Mercado, sobre a qual o MARL tem obrigações legais a cumprir em matéria de limpeza e saúde pública das instalações, tendo recorrido ao prestador do serviço que ganhou concurso público há menos de 12 meses; e iii) por motivos técnicos relativos a sistemas já implementados que obrigaram ao recurso à entidades “donas” da instalação/projeto (equipamentos e sistemas específicos da atividade).

O peso dos ajustes diretos a uma entidade correspondeu apenas a 0,6% (36,3 milhares de euros), os quais se materializaram em 4 procedimentos, de onde resulta um preço contratual médio de 9,1 milhares de euros, aquém do limite legal para este tipo de procedimento.

A MARL, SA comunica os seus procedimentos de contratação pública, através do portal dos contratos públicos - Base.

- b) *os procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com referência à última atualização;*

Por forma a mitigar riscos de não cumprimento das normas de Contratação Pública, alinhado com os normativos relativos à prevenção da corrupção<sup>13</sup> em incrementar mecanismos de controlo para assegurar o adequado cumprimento das regras legais e das orientações internas em matéria de

---

<sup>13</sup> Designadamente Recomendação n.º 4/2020, de 2 de outubro de 2020, do CPC e Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro – Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC)

contratação de bens e serviços, apesar das práticas já existentes conducentes ao seu cumprimento, a MARL segue Regulamento de Controlo Interno de Contratação Pública, aprovado pela SIMAB em setembro de 2021, que pretende constituir um conjunto de regras e princípios definidores de métodos e procedimentos aplicáveis à contratação pública, no âmbito da celebração de contratos de aquisição de bens e serviços e empreitadas, desde a fase pré-contratual, decisão de contratar/autorização de despesa, até à publicitação no portal da contratação pública.

De forma resumida apresentam-se as atividades/fases englobadas no referido Regulamento Interno e a intervenção das respetivas áreas responsáveis:

Ref	Atividade	Área Responsável	Descrição
1	Informação de Necessidade	DR	DR descreve e fundamenta a necessidade, enquadrando a aquisição, o objeto, o valor provisional, o prazo de duração, o tipo de procedimento, as entidades que pretende convidar e a proposta de júri, quando aplicável
2	Cabimentação	DF	DF procede ao registo do Cabimento Orçamental e solicita as autorizações prévias necessárias, quando aplicável
3	Controlo Interno	DC	DC analisa a Informação de Necessidade, confere as soluções jurídicas adotadas e solicita os pareceres necessários (Ficha de Verificação I)
4	Peças do Procedimento	DR	DR, na sequência dos pareceres positivos, elabora o convite/procedimento e o caderno de encargos e elabora proposta ao órgão competente para a decisão de contratar
5	Controlo Interno	DC	DC verifica o teor do convite, caderno de encargos e proposta ao órgão competente para contratar (ficha de verificação II)
6	Decisão de Contratar	CA/CE	Órgão competente para a decisão de contratar delibera sobre a proposta da DR que inclui a Informação de Necessidade, a cabimentação, os pareceres, a designação do júri quando aplicável e as peças do procedimento
7	Publicitação Procedimento (Convites; Anúncio)	DC	DC procede ao envio dos Convites, através de endereço de correio eletrónico dedicado ( <i>mailbox contratacao</i> ) ou à submissão do anúncio e disponibilização do procedimento na plataforma de contratação pública
8	Prazo para apresentar proposta	DC	Técnico responsável pela Caixa de Correio/Plataforma Contratação pública verifica se, no prazo definido, os convidados/interessados apresentaram pedido de esclarecimento e/ou de retificação de peças ou correção de erros ou omissões
9		DR/Júri	Júri analisa os pedidos e DR elabora informação, que remete ao órgão competente para contratar, para sua deliberação, quando aplicável. Caso haja respostas, o Técnico Responsável pela Caixa de Correio ou plataforma disponibiliza-as aos Convidados/interessados
10	Lista de Concorrentes	Júri	Júri inicia a análise das propostas, elaborando a lista de concorrentes, a qual é publicada na plataforma ou notificada por correio eletrónico a todos os convidados
11	Avaliação	Júri	Júri avalia as propostas de acordo com o critério de avaliação definido, podendo pedir esclarecimentos às entidades convidadas
12	Relatório Preliminar	Júri	Depois da avaliação, o Júri elabora o Relatório no qual indica a proposta que classificou em primeiro lugar e submete-o a audiência prévia
13	Relatório Final	Júri	Júri analisa as pronúncias em sede de Audiência prévia e caso haja alteração da ordenação submete o novo Relatório a nova audiência prévia. Caso contrário, elabora o Relatório Final propondo a adjudicação ao concorrente cuja proposta esteja ordenada em 1.º lugar.
14	Proposta de Adjudicação	DR	De acordo com o Relatório elaborado pelo Júri do procedimento, DR elabora proposta de adjudicação, com Informação, Minuta do Contrato e minuta de ofício de notificação da adjudicação
15	Cabimentação	DF	DF procede à correção do valor previamente cabimentado de acordo com o valor a adjudicar
16	Controlo Interno	DC	DC procede à verificação da proposta de adjudicação Ficha de Verificação III
17	Aprovação de Adjudicação	CA/CE	Órgão competente para contratar delibera sobre o Relatório Final e minuta do contrato e delibera pela adjudicação ou não adjudicação
18	Notificação ao Adjudicatário	DC	DC procede ao envio da notificação da adjudicação, apresentação dos documentos de habilitação e prestação da caução, se devida e minuta de contrato, através de endereço de correio eletrónico dedicado ( <i>mailbox contratacao</i> ) ou submissão na plataforma de contratação pública.
19	Controlo Interno	DC	DC procede à verificação do procedimento de habilitação Ficha de Verificação IV
20	Assinatura do contrato	CA/CE	No prazo de 30 dias contados a partir da aceitação da minuta.
21	Controlo Interno	DC	DC procede à verificação e auditoria do procedimento (Ficha de Verificação Final) e à publicitação do Contrato no Portal BASE

Legendas/Siglas:

DR Direção Requiritante  
DC Direção Compliance  
DF Direção Financeira  
CA/CE Conselho de Administração/Comissão Executiva

O cumprimento do regulamento interno pretende:

- i. Reforçar os procedimentos relativos às aquisições de bens e serviços e nas empreitadas, já instituídos, promovendo o rigor e a responsabilidade individual de cada interveniente nos processos de aquisição;
- ii. Maior exigência na fundamentação e rigor, nos documentos de suporte à decisão de contratar;
- iii. Reforçar os mecanismos de controlo interno, com o recurso à segregação de funções, sempre que possível, dada a dimensão das empresas;
- iv. Cumprimento do normativo, designadamente da publicitação no portal da contratação pública (Portal Base), nos termos do Código dos Contratos Públicos, por forma a garantir a transparência nos procedimentos.

Data de aprovação do Regulamento Interno, pelo Conselho de Administração da SIMAB: 21/09/2021<sup>14</sup>

Data de ratificação do Regulamento Interno, pela Comissão Executiva da MARL: 22/09/2021<sup>15</sup>

Data da entrada em vigor: 1/11/2021 (sem atualizações posteriores)

Data prevista de revisão: último trimestre de 2026.

- c) *os atos ou contratos celebrados com valor superior a € 5 000 000, independentemente da espécie do ato ou contrato em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).*

Na MARL, SA não foram celebrados contratos de valor superior a 5 milhões de euros.

## 12. Informação Complementar

Indicar designadamente:

- a) *A eventual adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP);*

A MARL, SA aderiu em 2016, como Entidade Voluntária, ao SNCP através de contrato celebrado com a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP).

- b) *As diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas (se aplicável);*

As contas da MARL, SA referentes ao exercício de 2024, foram aprovadas em Assembleia Geral de 31 de março de 2025<sup>16</sup>, estando presentes ou representados todos os acionistas.

Não existiram recomendações dos acionistas, aquando da aprovação de contas 2024.

- c) *As diligências tomadas com vista a solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal das Contas (se aplicável);*

Não foram feitas quaisquer reservas na Certificação Legal de Contas relativa ao exercício de 2024.

---

<sup>14</sup> Ata CA 578

<sup>15</sup> Ata CE 379

<sup>16</sup> Ata n.º 61

- d) *As recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas ou da IGF – Autoridade de Auditoria nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado;*

Não aplicável, em virtude de não se terem realizado auditorias pelo Tribunal de Contas e/ou da IGF à MARL, SA, nos últimos três anos.

- e) *As medidas implementadas no âmbito da adaptação progressiva dos sistemas de reporte e dos processos internos, de modo a assegurar que, caso a empresa ainda não se encontre sujeita à obrigação de apresentação do relato de sustentabilidade, venha a cumprir essa exigência nos prazos legalmente estabelecidos pela Diretiva comunitária Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD).*

Não obstante a MARL, SA não se encontrar, à presente data, abrangido pela obrigação de apresentação de relato de sustentabilidade nos termos previstos na Diretiva (UE) 2022/2464 – *Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD)*, a SIMAB tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas com vista à adaptação progressiva dos seus processos internos e sistemas de reporte às exigências emergentes neste domínio.

Neste contexto, destacam-se, designadamente, as seguintes medidas:

- Elaboração anual do Relatório de Sustentabilidade do Grupo, permitindo consolidar práticas de recolha, tratamento e reporte de informação não financeira;
- Acompanhamento trimestral da evolução dos KPIs Ambientais;
- Identificação e acompanhamento de indicadores ESG (*Environmental, Social and Governance*) relevantes para a atividade do Grupo;
- Articulação interna entre as diferentes áreas funcionais, com vista à sistematização da informação necessária ao reporte de sustentabilidade;
- Reforço progressivo da capacidade interna de reporte, com vista a assegurar que a Sociedade se encontra preparada para cumprir as obrigações legais aplicáveis quando venha a ser abrangida por esse regime.

A empresa continuará a acompanhar a evolução do quadro regulamentar aplicável, promovendo a adequação dos seus processos internos de reporte e de compliance, de modo a garantir o cumprimento atempado das obrigações legais que venham a resultar da aplicação da CSRD.

### 13. Quadro-Síntese do Cumprimento das Orientações

Ponto	Cumprimento das Orientações	Cumprimento S/N/N.A.	Indicar Pág. Relatório
<b>1</b>	<b>Execução do PAO</b>		
	Metas a atingir constantes no PAO		
	Investimento	N	II.12
	Resultados	N	II.3
	Nível de endividamento...	S	II.15
	Execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	N.A.	
	Autorizações Concedidas	S	II.7
<b>2</b>	<b>Eficiência operacional e gastos operacionais</b>	N	II.10
<b>3</b>	<b>Recursos humanos e Massa Salarial</b>		
	Indicação da evolução dos RH	S	II.12
	Identificação e disponibilização do Despacho autorizador de aumento dos RH (se aplicável)	N.A.	
	Evolução da massa salarial (sem efeito de volume)	S	II.12
<b>4</b>	<b>Plano de Investimentos</b>	N	II.12
<b>5</b>	<b>Contratualização de Serviço Público</b>		
	Indicadores, metas e execução	N.A.	
	Compensações recebidas	N.A.	
<b>6</b>	<b>Gestão do Risco Financeiro</b>	S	II.13
<b>7</b>	<b>Limites de Crescimento do Endividamento</b>	S	II.15
<b>8</b>	<b>Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado</b>		
	Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	II.16
	Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	II.16
	Juros auferidos e entregues em Receita do Estado	N.A.	
	Identificação do Despacho autorizador do excecionamento (se aplicável)	S	II.16
<b>9</b>	<b>PMP a fornecedores e arrears</b>		
	Evolução do PMP	S	II.17
	Pagamentos em atraso	S	II.18
<b>10</b>	<b>Estatuto do Gestor Público</b>		
	Objetivos de gestão <sup>(a)</sup>	N.A.	II.18
	Não utilização de cartão de crédito	S	II.19
	Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	II.19
	Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	II.19
	Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	II.19
	Despesas não documentadas ou confidenciais	S	II.19
<b>11</b>	<b>Contratação Pública</b>		
	Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	II.19
	Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.	
	Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.	
<b>12</b>	<b>Informação Complementar</b>		
	Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S	II.22
	Diligências tomadas sobre ras ecomendações do acionista na última aprovação de contas	N.A.	II.22
	Recomendação ...		
	Diligências tomadas sobre as reservas emitidas na última CLC	N.A.	II.22
	Reserva ...		
	Auditorias do Tribunal de Contas <sup>(b)</sup>	N.A.	II.23
	Recomendação 1		
	Recomendação 2...		
	Medidas implementadas para o cumprimento do relato sobre sustentabilidade (CSRD).	N.A.	
<b>13</b>	<b>Sistematização Informação</b>	S	II.22

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

O Conselho de Administração da MARL, SA,

Assinado por: **JORGE PROENÇA DOS REIS**

Num. de Identificação: 09738480

Data: 2026.03.20 11:41:52+00'00'

Certificado por: **SCAP**

Atributos certificados: **Presidente do Órgão de Administração de  
MARL-MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA S.A. (VAT  
PT-503157562)**



Jorge Proença dos Reis

Assinado por: **RITA MARGARIDA RIBEIRO E RODA GODINHO SARAIVA**

Num. de Identificação: 09517849

Data: 2026.03.20 11:58:28+00'00'

Certificado por: **SCAP**

Atributos certificados: **Membro do Órgão de Administração de MARL-MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA S.A. (VAT  
PT-503157562)**



Rita Margarida Ribeiro e Roda Saraiva Godinho

Assinado por: **CARLA ISABEL MARCELO DE MATOS**

**BANDEIRINHA TAMAGNINI**

Num. de Identificação: 08438378

Data: 2026.03.20 18:22:36+00'00'



Carla Isabel Marcelo de Matos Bandeirinha Tamagnini

Assinado por: **Luís Alexandre Gorjão Henriques  
de Carvalho e Rego**

Num. de Identificação: 11915358

Data: 2026.03.26 18:45:01+00'00'

Certificado por: **Santa Casa da Misericórdia de  
Lisboa**

Atributos certificados: **Vogal da Mesa**



Luís Alexandre Gorjão Henriques de Carvalho

Assinado por: **LUÍS MANUEL DOS SANTOS MATIAS**

Num. de Identificação: 06558992

Data: 2026.03.23 09:52:20+00'00'



Luís Manuel dos Santos Matias

Loures, 16 de março de 2026.

Assinado por: **Luís Alexandre Gorjão Henriques de Carvalho e Rego**  
Num. de Identificação: 11915358  
Data: 2026.03.26 18:48:17+00'00'  
Certificado por: **Santa Casa da Misericórdia de Lisboa**  
Atributos certificados: **Vogal da Mesa**



## Declaração de Conformidade da Informação Reportada no SISEE

No âmbito da preparação e submissão dos documentos da prestação de contas referente ao exercício de 2025, o Conselho de Administração da MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A., reunido para o efeito, declara que:

1. Foi verificada a consistência entre a informação financeira reportada no SISEE ao longo do exercício e os elementos constantes da prestação de contas agora submetida ao acionista Estado;
2. Não foram identificadas divergências materiais entre os dados comunicados nas diferentes fases de reporte que comprometam a fiabilidade ou a comparabilidade da informação financeira final;
3. O Conselho de Administração assegura que as informações prestadas obedecem aos princípios de veracidade, transparência e rigor exigidos às empresas do Setor Empresarial do Estado.

Mais se declara que a presente declaração de conformidade é emitida para os efeitos tidos por convenientes e integra os anexos ao Relatório de Gestão.

Loures, 16 de março de 2026

Assinado por: **JORGE PROENÇA DOS REIS**  
Num. de Identificação: 09738480  
Data: 2026.03.20 11:43:09+00'00'  
Certificado por: **SCAP**  
Atributos certificados: **Presidente do Órgão de Administração de MARL-MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA S.A. (VAT PT-503157562)**



Assinado por: **CARLA ISABEL MARCELO DE MATOS BANDEIRINHA TAMAGNINI**  
Num. de Identificação: 08438378  
Data: 2026.03.20 18:24:30+00'00'



Assinado por: **RITA MARGARIDA RIBEIRO E RODA GODINHO SARAIVA**  
Num. de Identificação: 09517849  
Data: 2026.03.20 11:59:51+00'00'  
Certificado por: **SCAP**  
Atributos certificados: **Membro do Órgão de Administração de MARL-MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA S.A. (VAT PT-503157562)**



Assinado por: **LUÍS MANUEL DOS SANTOS MATIAS**  
Num. de Identificação: 06558992  
Data: 2026.03.23 10:03:48+00'00'



DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS



## BALANÇO

Un: EURO

RUBRICAS	Notas	EXERCÍCIOS	
		31-12-2025	31-12-2024
<b>ATIVO</b>			
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>			
Ativos fixos tangíveis	8.1	104.897.079,64	107.968.251,59
Ativos intangíveis	7	253.623,15	282.793,95
Outros investimentos financeiros	12	2.105,58	2.105,58
Creditos a receber	21.6	2.000.000,00	514.020,75
Ativos por impostos diferidos	20.1	232.804,95	253.900,66
<b>ATIVO CORRENTE</b>			
Clientes	21.3	706.939,88	1.200.283,72
Estado e outros entes públicos	20.2.1	60.107,93	0,00
Outras creditos a receber	21.7	224.113,51	183.999,64
Diferimentos	13.1	104.872,30	74.081,49
Caixa e depósitos bancários	4	3.960.496,32	579.285,70
<b>Total do Ativo</b>		<b>112.442.143,26</b>	<b>111.058.723,08</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital subscrito	22.1	29.999.999,76	29.999.999,76
Reservas legais	22.3.1	6.296.383,35	5.732.494,73
Resultados transitados	22.3.2	47.228.026,00	42.153.028,45
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	22.3.3	8.051.505,83	8.263.286,66
Resultado líquido do Período		5.806.891,65	5.638.886,17
<b>Total Capital Próprio</b>		<b>97.382.806,59</b>	<b>91.787.695,77</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>			
Provisões	17.1	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	10	0,00	1.388.888,85
Diferimentos	13.2	5.318.428,29	6.776.106,94
Passivos por impostos diferidos	20.1	20.737,04	22.633,98
Outras dividas a pagar	21.8	3.442.416,74	2.823.559,89
<b>PASSIVO CORRENTE</b>			
Fornecedores	21.4	335.608,10	390.873,38
Adiantamentos de clientes	21.5	884,10	884,10
Estado e outros entes públicos	20.2.2	434.337,89	517.959,69
Financiamentos obtidos	10	1.389.178,10	2.778.013,78
Outras dividas a pagar	21.8	2.290.047,24	2.699.990,33
Diferimentos	13.2	1.827.699,17	1.872.116,37
<b>Total do Passivo</b>		<b>15.059.336,67</b>	<b>19.271.027,31</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>112.442.143,26</b>	<b>111.058.723,08</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA**

Un: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	EXERCÍCIOS	
		31-12-2025	31-12-2024
Vendas e serviços prestados	14	15.579.501,40	15.323.938,95
Subsídios à exploração	15	415,06	550,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consum.	16	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	23	(3.354.560,91)	(3.170.657,98)
Gastos com o pessoal	24	(1.109.215,41)	(1.020.187,05)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11 / 21.3	0,00	(3.609,65)
Provisões (aumentos/reduções)	17.1	0,00	0,00
Outros rendimentos	25.2	542.739,74	561.653,17
Outros gastos	25.1	(316.543,06)	(303.344,45)
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>11.342.336,82</b>	<b>11.388.342,99</b>
Gastos/reversões depreciação e amortização	25.3	(3.895.218,77)	(3.819.099,50)
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>7.447.118,05</b>	<b>7.569.243,49</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	25.4	(74.324,01)	(267.289,38)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>7.372.794,04</b>	<b>7.301.954,11</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	20.1	1.565.902,39	1.663.067,94
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>5.806.891,65</b>	<b>5.638.886,17</b>

**MAPA DE VARIAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRECTO)**

Un: EURO

	NOTAS	31-12-2025	31-12-2024
<b>Atividades Operacionais:</b>			
Recebimentos de clientes		18 216 817,78	17 345 074,65
Recebimentos de Taxas de Acesso		168 046,29	-
Pagamentos a fornecedores		(4 715 004,40)	(4 527 307,47)
Pagamentos ao pessoal		(1 080 611,38)	(979 850,26)
Fluxos gerados pelas operações		12 589 248,29	11 837 916,92
(Pagamentos)/recebimentos de IRC	4.2	(1 674 774,17)	(1 725 820,99)
Outros recebimentos/(pagamentos) operacionais		(2 305 233,82)	(2 709 821,42)
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>	<b>1</b>	<b>8 609 240,30</b>	<b>7 402 274,51</b>
<b>Atividades de investimento:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos Fixos Tangíveis		(859 151,44)	(1 142 462,01)
Ativos Intangíveis		-	-
Outros ativos		(1 500 000,00)	(500 000,00)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos Fixos Tangíveis		1 269,30	250,00
Activos Intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Juros e Rendimentos Similares similares		15 211,88	-
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de investimento</b>	<b>2</b>	<b>(2 342 670,26)</b>	<b>(1 642 212,01)</b>
<b>Atividades de financiamento:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos Obtidos		4 219,70	1 019 709,95
Emprestimos Acionistas		-	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(2 781 944,23)	(6 037 724,41)
Financiamentos bancários		(2 781 944,23)	(5 413 124,41)
Suprimentos		-	(624 600,00)
Juros e Gastos similares		(107 634,89)	(319 418,57)
<b>Fluxos das Atividades de Financiamento</b>	<b>3</b>	<b>(2 885 359,42)</b>	<b>(5 337 433,03)</b>
<b>Variação de Caixa e Seus equivalentes</b>	<b>4=1+2+3</b>	<b>3 381 210,62</b>	<b>422 629,47</b>
<b>Caixa e seus Equivalentes no início do período</b>		<b>579 285,70</b>	<b>156 656,23</b>
<b>Caixa e seus Equivalentes no fim do período</b>	<b>4.1</b>	<b>3 960 496,32</b>	<b>579 285,70</b>

## Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Un: EURO

DESCRÇÃO	NOTAS	Demonstração das alterações no Capital Próprio dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2025						Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
<b>SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2024</b>	1	29.999.999,76	5.242.878,42	0,00	37.746.481,67	8.467.230,35	4.896.163,09	86.352.753,29
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>								
Justo valor de instrumentos financeiros de cobertura de caixa								
Valor Bruto								0,00
Impostos diferidos								0,00
Subsídios para ativos depreciables								
Valor Bruto						(391.854,48)		(391.854,48)
Impostos diferidos						187.910,79		187.910,79
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023			489.616,31	0,00	4.406.546,78		(4.896.163,09)	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	489.616,31	0,00	4.406.546,78	(203.943,69)	(4.896.163,09)	(203.943,69)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3						5.638.886,17	5.638.886,17
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	4=2+3						742.723,08	5.434.942,48
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>								
Realizações de capital								0,00
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 / 1 DE JANEIRO DE 2025</b>	6=1+4+5	29.999.999,76	5.732.494,73	0,00	42.153.028,45	8.263.286,66	5.638.886,17	91.787.695,77
<b>Justo valor de instrumentos financeiros de cobertura de caixa</b>								
Valor Bruto								0,00
Impostos diferidos								0,00
Subsídios para ativos depreciables								
Valor Bruto	18					(391.854,48)		(391.854,48)
Impostos diferidos	18					180.073,65		180.073,65
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2024	22.3.2		563.888,62	0,00	5.074.997,55		(5.638.886,17)	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	563.888,62	0,00	5.074.997,55	(211.780,83)	(5.638.886,17)	(211.780,83)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	7						5.806.891,65	5.806.891,65
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	8						168.005,48	5.595.110,82
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>	9=7-8							
Realizações de capital								0,00
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025</b>	10=6+9	29.999.999,76	6.296.383,35	0,00	47.228.026,00	8.051.505,83	5.806.891,65	97.382.806,59

NOTAS  
ÀS  
DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS



**MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA**

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO**

**A 31 DEZEMBRO DE 2025**

**(Valores expressos em EUROS)**

**NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA**

A sociedade MARL- Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A. foi constituída por escritura pública, em 27 de dezembro de 1993, tendo iniciado a sua atividade em 1 de janeiro de 1994. A sua sede social está localizada no Lugar do Quintanilho em São Julião do Tojal, Loures.

O seu objeto social consiste na promoção, construção, exploração e gestão, direta ou indiretamente, do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, o qual se destina ao comércio por grosso de produtos alimentares e não alimentares e, bem assim, à prossecução de quaisquer outras atividades complementares ou subsidiárias, incluindo a gestão de participações sociais e gestão de serviços relacionados com o seu objeto social.

A empresa dispõe de endereço eletrónico ([marl@marl.pt](mailto:marl@marl.pt)) e de página da internet ([www.marl.pt](http://www.marl.pt)).

A Empresa é detida pela SIMAB – Sociedade Instaladora dos Mercados Abastecedores, SA; pelo Município de Lisboa, pelo Município de Loures e pela Santa Casa da Misericórdia, sendo a sua Empresa mãe intermédia a SIMAB, SA, com sede no Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, NAC, Piso 2 – Lugar do Quintanilho 2660-421, S. Julião do Tojal, e a sua empresa mãe final é a PARPÚBLICA- Participações Públicas, SGPS, SA, com sede na Av. Defensores de Chaves, nº 6 – Piso 6, 1000-117 Lisboa, PORTUGAL.

As demonstrações financeiras compreendem o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

**NOTA 2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2.1. Referencial Contabilístico**

As presentes Demonstrações Financeiras foram elaboradas com período de reporte consistente com o ano civil e preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas a Estrutura Conceptual (Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 917/2015, de 19 de outubro), as Bases para a apresentação de demonstrações financeiras, os modelos de Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, retificada pela Declaração de Retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro), o Código de Contas (Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, retificada pela Declaração de Retificação n.º 41-A/2015, de 21 de setembro), as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 918/2015, de 19 de outubro) e as Normas Interpretativas do Sistema de Normalização Contabilística (Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho). Todos os montantes se encontram expressos em Euros.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

## **2.2. Pressuposto da continuidade**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

## **2.3. Regime do acréscimo**

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

## **2.4. Classificação dos ativos e passivos não correntes**

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os “Impostos diferidos” e as “Provisões” são classificados como ativos e passivos não correntes.

## **2.5. Passivos contingentes**

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

## **2.6. Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

## **2.7. Comparabilidade**

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2023 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2022.

## **2.8. Eventos subsequentes**

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

## **2.9. Derrogação das disposições do SNC**

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

## **NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descreve. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

### **3.1. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Juros e ganhos similares obtidos” ou “Juros e gastos similares suportados”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”, para todos os outros saldos/transações.

### **3.2. Propriedades de investimento**

A entrada em vigor do novo normativo contabilístico – SNC – suscitou diversas interpretações quanto ao tratamento contabilístico adequado ao registo dos imóveis da MARL, S.A., designadamente quanto ao seu registo em Ativos Fixos Tangíveis ou em Propriedades de Investimento, à luz da Norma Contabilística de Relato Financeiro 11 (NCRF 11), dado que a própria norma não delimita claramente as condicionantes que possam levar a reconhecer, ou não, os mesmos como propriedades de investimento e remete para a necessidade da entidade fazer juízos de valor sobre esta mesma classificação.

Assim, sobre o tema, cumpre-nos relevar o seguinte: o fator determinante para a classificação dos ativos assenta no facto de considerarmos que os serviços prestados pela MARL, S.A. como contrapartida das taxas de utilização cobradas aos operadores, incluem uma parte significativa de serviços para além da simples utilização do espaço. De facto, se analisarmos a estrutura de custos da Empresa, verificamos que o peso dos serviços conexos às taxas de utilização cobradas não pode ser considerado insignificante, uma vez que os mesmos têm um peso equivalente aos gastos com depreciações dos referidos imóveis.

Adicionalmente, à luz do parágrafo 12 da NCRF 11, consideramos que estes mesmos serviços são significativos como um todo para a contratualização, pois caso não fossem prestados, os operadores não continuariam a procurar os espaços disponibilizados pela MARL, S.A.

O MARL é hoje entendido num conceito mais amplo de Plataforma Logística de Base Alimentar, sendo uma estrutura dinâmica e polivalente, multipolar, multiprodutos e multifunções, inserida em corredores estratégicos, onde se congregam uma grande multiplicidade de produtos e agentes económicos do setor alimentar e não alimentar, exercendo funções e atividades de comércio grossista, de distribuição e logística, e ainda outras atividades de apoio.

Face ao exposto, a Empresa optou por manter o registo contabilístico dos imóveis afetos à exploração, em ativos fixos tangíveis.

### **3.3. Ativos Fixos Intangíveis**

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, e de acordo com o período de vida útil esperado dos bens, entre 3 em 10 anos. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

### **3.4. Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para o SNC) encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após essa data são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a Empresa espera incorrer.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados nos fins pretendidos.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e Outras Construções	10 a 50
Equipamento Básico	4 a 10
Equipamento de Transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	3 a 10
Outras ativos fixos tangíveis	4 a 10

Sempre que há alguma indicação de que os ativos intangíveis e os ativos fixos tangíveis da Empresa possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável para determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimada o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa é o maior entre (i) o valor justo deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto que reflita as expectativas de mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada imediatamente na demonstração dos resultados, a menos que tal perda venha compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, a perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade anteriormente reconhecida já não existem ou diminuíram. A reversão de uma perda por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na respetiva rubrica "Reversão de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é feita até ao montante que seria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

Os custos incorridos com ativos fixos tangíveis, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos futuros adicionais, são capitalizadas na rubrica de "Ativos Fixos Tangíveis".

O ganho (ou a perda), resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível, é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação (Nota 8).

### 3.5. Subsídios obtidos

Os subsídios ao investimento associados à aquisição ou produção de ativos fixos tangíveis ou ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo posteriormente reconhecidos na Demonstração de resultados por naturezas, numa base sistemática como rendimentos do período (Nota 18), de forma consistente e proporcional às depreciações dos bens a cuja aquisição de destinaram. Caso os subsídios respeitem a ativos não depreciáveis ou com vida útil indefinida, as quantias serão mantidas em capital próprio, exceto se forem necessárias para compensar qualquer perda por imparidade.

Sempre que é reconhecida uma perda por imparidade nos ativos subsidiados, é transferida para resultados (em outros rendimentos) a parcela de subsídio correspondente à proporção da perda por imparidade reconhecida. Quando ocorre qualquer reversão de perdas por imparidade, nos referidos ativos, é efetuada a correspondente correção em resultados (em outros gastos).

### **3.6. Ativos e passivos financeiros**

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e instrumento de capital da Empresa são basicamente os clientes e outros créditos a receber, caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os financiamentos obtidos e os fornecedores e outras dívidas a pagar. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados na data do relato financeiro ao custo. Os instrumentos de capital próprio são basicamente as ações/quotas da Empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.

#### **3.6.1. Clientes e dívidas de terceiros**

Os saldos de clientes e de outros devedores constituem as contas a receber por serviços prestados pela Empresa no decurso normal da sua atividade (Nota 21.3). Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas (perdas por imparidade), calculadas, essencialmente, com base na antiguidade das contas a receber. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subseqüentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- (i) Análise de incumprimento;
- (ii) Incumprimento há mais de 6 meses;
- (iii) Dificuldades financeiras do devedor;
- (iv) Probabilidade de falência do devedor.

#### **3.6.2. Caixa e equivalentes a caixa**

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários, incluídos na rubrica de empréstimos bancários, no balanço (Nota 4).

#### **3.6.3. Fornecedores e outros credores**

Os saldos de fornecedores e outros credores são registados pelo seu valor nominal, na medida em que se tratam de valores a pagar de curto prazo, pelo que o impacto que resulta da aplicação do custo amortizado é considerado imaterial.

#### **3.6.4. Financiamentos obtidos**

Os empréstimos (Nota 10) são registados ao custo e no passivo corrente, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes. Os empréstimos sob a forma de papel comercial são classificados como passivos não correntes por terem garantia de colocação por um prazo superior a um ano e é intenção do Conselho de Administração utilizar este instrumento de financiamento por um prazo superior a um ano. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tenha havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração. Os encargos financeiros são contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de “Outras dívidas a pagar” (Nota 21.8).

#### **3.6.5. Instrumentos de capital próprio**

Um instrumento de capital próprio só é reconhecido quando é emitido e subscrito. Se um instrumento de capital próprio for emitido, subscrito e se os recursos não forem proporcionados, a quantia a receber é relevada como dedução ao capital próprio (Nota 22).

#### **3.6.6. Imparidades**

Os ativos financeiros incluídos na categoria custo são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

#### **3.6.7. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### **3.7. Provisões, passivos e ativos contingentes**

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, sendo provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data (Nota 17.1).

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota (Nota 17.2).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos (Nota 17.2).

### **3.8. Locações**

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto, numa base linear, durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas (Nota 9).

### **3.9. Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber (Nota 14).

Os ganhos relativos às prestações de serviços incluem:

- Taxas de utilização dos espaços do mercado, cujo reconhecimento se verifica mensalmente de acordo com o período correspondente à utilização do espaço;
- Taxas de acesso, devidas pelo operador no momento da assinatura do contrato e que correspondem à contraprestação devida pelo acesso ao Mercado, são diferidas e reconhecidas mensalmente no decurso do contrato;
- No caso de existir uma rescisão contratual a taxa de acesso poderá ser reconhecida pela sua totalidade;
- As prestações de serviços englobam também uma diversidade de outros serviços adicionais, que são reconhecidos no momento em que o cliente solicita o serviço.

São considerados serviços adicionais: portagens; consumo de frio, consumo de água salgada, inscrições sazonais dos clientes, utilização sazonal de espaços, utilização de câmara frigoríficas, taxa variável sobre o volume de negócios; taxas administrativas.

### **3.10. Encargos financeiros com empréstimos obtidos**

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos (Nota 25.4).

### **3.11. Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da empresa e considera a tributação diferida. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da empresa de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias (Nota 20). Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura. Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Os ativos e passivos por impostos diferidos devem ser mensurados pela taxa fiscal, que se espera que seja de aplicar no período quando seja realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais), que estejam acordadas à data do relato.

A quantia contabilizada em ativos ou passivos por impostos diferidos deve, de acordo com a IAS 12, refletir as consequências fiscais da forma como a Empresa espera vir a recuperar ou liquidar os seus ativos e passivos, os quais têm associados o cálculo dos ativos e passivos por impostos diferidos, se na jurisdição em que opere essa recuperação ou liquidação for importante determinar quer a taxa de tributação quer a base fiscal aplicáveis. Caso a forma como é feita esta recuperação ou liquidação afete a taxa de tributação futura aplicável, ou a base tributável, a Empresa deve mensurar os ativos e passivos por impostos diferidos de acordo, não com os pressupostos verificados aquando do apuramento do imposto corrente, mas sim tendo em conta os pressupostos que se verificarão aquando da tributação efetiva, de acordo com a lei fiscal em vigor.

Em 31/12/2025, os ativos e passivos por impostos diferidos foram ajustados na sequência da redução da taxa de IRC de 20% para 19%, a partir de 1 de janeiro de 2026.

### **3.12. Especialização dos exercícios**

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o princípio da especialização, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre rendimentos e gastos gerados e os correspondentes montantes faturados são registados em “Outros ativos correntes” ou em “Outros passivos correntes”, respetivamente nas rubricas de “Devedores por acréscimos de rendimentos” ou de “Credores por acréscimos de gastos”. Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de “Diferimentos”, respetivamente, no passivo e no ativo.

### **3.13. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas incluem:

- (i) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- (ii) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- (iii) Registo de ajustamentos aos valores do ativo, provisões e análise de passivos contingentes;
- (iv) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas.

### **3.14. Acontecimentos subsequentes**

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

### **3.15. Benefícios dos empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, faltas autorizadas e remuneradas, subsídios de transporte, alimentação, férias, natal, de acumulação de funções e isenção de horário. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o período civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Os benefícios decorrentes de cessação do emprego, quer por decisão unilateral, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

### **3.16. Rubricas de Capital Próprio**

#### **(i) Capital Social**

Esta rubrica inclui as entradas de capital dos sócios, deduzidas de reduções de capital destinadas à cobertura prejuízos.

#### **(ii) Reservas legais**

De acordo com o Estatutos da sociedade, pelo menos 10% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social.

#### **(iii) Resultados Transitados**

Esta rubrica inclui, nomeadamente, reservas livres constituídas ao abrigo de autorização. São também incluídos nesta rubrica os ganhos por aumentos de justo valor das propriedades de investimento que, de

acordo com o nº2 do artigo 32º do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

#### (iv) Ajustamentos/Outras variações no capital próprio

Esta rubrica inclui os subsídios governamentais que se encontram por imputar na quota parte das depreciações sobre o custo de aquisição dos ativos que lhes estão afetos.

#### NOTA 4 – FLUXOS DE CAIXA

Através da demonstração dos fluxos de caixa, são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional, nomeadamente o imposto sobre o rendimento. As atividades de financiamento incluem os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, juros pagos e pagamentos de dividendos.

#### 4.1. Desagregação dos valores inscritos e dos movimentos havidos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

A caixa e seus equivalentes incluem numerário, depósitos bancários, e detalha-se como segue:

Contas	Ano 2025			
	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	17.191,27	1.393.465,74	1.351.191,41	59.465,60
Depósitos à ordem	462.094,43	48.615.633,64	48.876.697,35	201.030,72
Outros depósitos bancários	100.000,00	19.900.000,00	16.300.000,00	3.700.000,00
<b>Total caixa e depósitos bancários</b>	<b>579.285,70</b>	<b>69.909.099,38</b>	<b>66.527.888,76</b>	<b>3.960.496,32</b>

Contas	Ano 2024			
	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	21.760,38	1.509.233,58	1.513.802,69	17.191,27
Depósitos à ordem	134.895,85	31.520.369,93	31.193.171,35	462.094,43
Outros depósitos bancários	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
<b>Total caixa e depósitos bancários</b>	<b>156.656,23</b>	<b>33.129.603,51</b>	<b>32.706.974,04</b>	<b>579.285,70</b>

#### 4.2. Outras informações:

Descrição	2025	2024
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Indemnizações de seguros não vida	63.399,23	8.569,51
<b>Pagamentos provenientes de:</b>		
Imposto sobre o rendimento	1.674.774,17	1.725.820,99

## NOTA 5 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Os valores estimados referentes aos ativos e passivos são baseados nas últimas informações disponíveis. A revisão das estimativas, em exercícios seguintes, não é considerada um erro, sendo reconhecidas em resultados e objeto de divulgação adequada à sua materialidade.

Perante os erros materialmente relevantes, relativos a períodos anteriores, dever-se-á proceder à revisão da informação comparativa apresentada nas demonstrações financeiras do exercício em que são identificados.

## NOTA 6 – PARTES RELACIONADAS

As demonstrações financeiras da MARL, S.A. são incluídas na consolidação de contas da SIMAB, SA, através do método de consolidação integral.

### 6.1. Entidades que participam no capital da empresa:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
NIF	503 045 446	503 045 446
Denominação	SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA	SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA
Sede (País)	Portugal	Portugal
Capital social detido	26 361 351,64 €	26 361 351,64 €
Direito de voto	87,87%	87,87%
Data de início da participação	27 de dezembro de 1993	27 de dezembro de 1993
É a entidade controladora final?	Não	Não

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
NIF	500 051 070	500 051 070
Denominação	Câmara Municipal de Lisboa	Câmara Municipal de Lisboa
Sede (País)	Portugal	Portugal
Capital social detido	2 970 272,55 €	2 970 272,55 €
Direito de voto	9,90%	9,90%
Data de início da participação	27 de dezembro de 1993	27 de dezembro de 1993
É a entidade controladora final?	Não	Não

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
NIF	500 745 471	500 745 471
Denominação	Santa Casa da Mesericórdia de Lisboa	Santa Casa da Mesericórdia de Lisboa
Sede (País)	Portugal	Portugal
Capital social detido	445 806,60 €	445 806,60 €
Direito de voto	1,49%	1,49%
Data de início da participação	27 de dezembro de 1993	27 de dezembro de 1993
É a entidade controladora final?	Não	Não

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
NIF	501 294 996	501 294 996
Denominação	Câmara Municipal de Loures	Câmara Municipal de Loures
Sede (País)	Portugal	Portugal
Capital social detido	222 568,97 €	222 568,97 €
Direito de voto	0,74%	0,74%
Data de início da participação	27 de dezembro de 1993	27 de dezembro de 1993
É a entidade controladora final?	Não	Não

## 6.2. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Os órgãos sociais da Empresa não auferem diretamente qualquer remuneração, uma vez que, de acordo com o Estatuto de Gestor Público, apenas podem ser remunerados pela empresa participante que representam, sendo o desempenho de cargos sociais debitado mensalmente por esta à MARL, S.A.

As remunerações auferidas pelos órgãos sociais, nos exercícios findos em 2025 e 2024, foram as seguintes:

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Conselho de Administração	Assembleia Geral	Conselho de Administração	Assembleia Geral
Desempenho Cargos Sociais	152.599,92		152.599,92	
Vencimentos	2.280,00		2.166,00	
Subsidio de Férias	190,00		180,50	
Subsidio de Natal	190,00		180,50	
Senhas de Presença		300,00		100,00
<b>Total</b>	<b>155.259,92</b>	<b>300,00</b>	<b>155.126,92</b>	<b>100,00</b>

Os Administradores não executivos indicados pelo Município de Lisboa e pela Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, não recebem quaisquer remunerações, atendendo ao estipulado no artigo 31. do Estatuto do Gestor Público.

## 6.3. Transações com a Empresa mãe:

As transações e a sua natureza resumem-se às seguintes:

- (i) A SIMAB, S.A. presta serviços à MARL, S.A., no âmbito da assessoria em diversas áreas, designadamente jurídica e de recursos humanos, técnica (arquitetura e engenharia) e gestão administrativa;
- (ii) Paralelamente, e numa ótica de otimização de recursos existentes nas duas sociedades, a MARL, S.A. presta serviços à SIMAB, S.A., de (a) assessoria financeira (b) de tesouraria, (c) recursos humanos (d) apoio administrativo (e) apoio informático e (f) apoio técnico;
- (iii) A SIMAB, S.A. detém um contrato de utilização dos escritórios da sociedade com a MARL;
- (iv) A MARL presta serviços de aluguer de plataforma no âmbito de projetos de tecnologias de informação transversais ao Grupo;
- (i) Operações de financiamento da MARL à SIMAB em resultado dos excedentes de tesouraria gerados pela atividade da empresa.

Todas as transações apresentadas encontram-se formalizadas por Contrato de Gestão, Contratos de Prestações Acessórias de Capital, Contrato de Mútuo ou deliberação do Conselho de Administração.

Os saldos e as transações, efetuadas com a Empresa-mãe, são os seguintes:

Descrição	31/12/2025							
	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros liquidados	Contas correntes a pagar (*)	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados	Juros Obtidos	Contas correntes a receber (*)
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	8 772,84	345.761,06	0,00	14.502,68	0,00	67.761,09	23.282,11	19.484,16
<b>Total</b>	<b>8 772,84</b>	<b>345.761,06</b>	<b>0,00</b>	<b>14.502,68</b>	<b>0,00</b>	<b>67.761,09</b>	<b>23.282,11</b>	<b>19.484,16</b>

(\*) Valores com IVA incluído

Descrição	31/12/2024							
	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros liquidados	Contas correntes a pagar (*)	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados	Juros Obtidos	Contas correntes a receber (*)
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	13.158,11	333.871,29	4.904,82	44.646,08	0,00	60.003,68	152,08	4 165,50
<b>Total</b>	<b>13 158,11</b>	<b>333.871,29</b>	<b>4.904,82</b>	<b>44.646,08</b>	<b>0,00</b>	<b>60.003,68</b>	<b>152,08</b>	<b>4 165,50</b>

(\*) Valores com IVA incluído

Os pagamentos entre as Empresas do Grupo (subsidiárias e associadas) estão fixados em 30 dias após a data de emissão das faturas.

A variação nos empréstimos concedidos é detalhada conforme se segue:

Empréstimos concedidos	31/12/2025			
	Saldo em 01-01-2025	Aumentos	Amortizações	Saldo Final em 31-12-2025
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	500 000,00	1 500 000,00	0,00	2 000 000,00
<b>Total</b>	<b>500 000,00</b>	<b>1 500 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 000 000,00</b>

A MARL, SA, em resultado dos excedentes de tesouraria gerados pela sua atividade, celebrou, em:

- (i) dezembro de 2024, um contrato de mútuo com a SIMAB, S.A., pelo período de 4 anos. Este empréstimo à empresa-mãe, é remunerado à taxa de 1,83% e ascencia, em 31 de dezembro de 2025, ao montante global de 500.000 euros;
- (ii) junho de 2025 um contrato de mútuo com a SIMAB, S.A., pelo período de 4 anos. Este empréstimo à empresa-mãe, é remunerado à taxa de 1,83% e ascencia, em 31 de dezembro de 2025, ao montante global de 1.500.000 euros.

#### 6.4. Transações entre partes relacionadas:

A MARL, S.A. tem relações especiais com:

- Associação 5 ao Dia, em virtude do Vogal do Conselho de Administração da SIMAB, S.A. presidir a esta Associação e a MARL, S.A. ser associada da referida associação;
- Câmara Municipal de Loures, enquanto fornecedor de tarifas/taxas (licenciamentos), eventualmente necessários no decorrer da atividade da MARL, S.A.;
- Câmara Municipal de Loures, enquanto cliente, pela utilização de espaços da MARL, S.A.;
- Os Mercados Abastecedores de Braga, Évora e Faro, pela partilha de custos referente a serviços adquiridos para o grupo.

Os saldos e as transações efetuadas com Empresas consideradas partes relacionadas, são os seguintes:

31/12/2025								
Descrição	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Quotizações	Juros debitados	Contas a pagar correntes (*)	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados	Contas a receber correntes (*)
Câmara Municipal de Loures	-	542,64	-	-	0,00	-	37.454,19	2.704,23
Associação 5 ao Dia	-	-	4.500,00	-	0,00	-	120,00	0,00
MARE - Merc.Abast.Reg.Évora, S.A.	-	-	-	-	0,00	-	2.360,87	7.197,00
MARF - Merc.Abast.Reg. Faro, S.A.	-	-	-	-	0,00	-	2.389,39	7.197,00
MARB - Merc.Abast.Reg.Braga, S.A.	-	-	-	-	0,00	-	2.372,72	7.197,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>542,64</b>	<b>4.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>44.697,17</b>	<b>24.295,23</b>

(\*) Valores com IVA incluído

31/12/2024								
Descrição	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Quotizações	Juros debitados	Contas a pagar correntes (*)	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados	Contas a receber correntes (*)
Câmara Municipal de Loures	-	8.589,83	-	-	2.933,50	-	36.517,45	1.914,40
Associação 5 ao Dia	-	-	4.032,00	-	0,00	-	-	0,00
MARE - Merc.Abast.Reg.Évora, S.A.	-	-	-	-	0,00	-	2.030,90	82,09
MARF - Merc.Abast.Reg. Faro, S.A.	-	-	-	-	0,00	-	2.030,90	82,09
MARB - Merc.Abast.Reg.Braga, S.A.	-	-	-	-	0,00	-	2.030,90	82,09
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>8.589,83</b>	<b>4.032,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.933,50</b>	<b>0,00</b>	<b>42.730,15</b>	<b>2.160,67</b>

(\*) Valores com IVA incluído

## NOTA 7 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2025 e 2024, na quantia escriturada dos ativos intangíveis bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foram os seguintes:

31/12/2025						
Rubricas	Projetos de Desenvolv.	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Outros Ativos Intangíveis - em curso	Total
<b>Ativos</b>						
Saldo inicial	0,00	190.707,98	26.211,28	327.225,66	0,00	544.144,92
Ajustamentos de conversão						0,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	<b>0,00</b>	<b>190.707,98</b>	<b>26.211,28</b>	<b>327.225,66</b>	<b>0,00</b>	<b>544.144,92</b>
<b>Amortizações acumuladas e perdas de imparidade</b>						
Saldo inicial	0,00	171.211,44	23.340,89	66.798,64	0,00	261.350,97
Ajustamentos de conversão						0,00
Perdas por imparidade/Reversão						0,00
Amortizações do exercício	0,00	16.130,88	0,00	13.039,92		29.170,80
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Saldo Final	<b>0,00</b>	<b>187.342,32</b>	<b>23.340,89</b>	<b>79.838,56</b>	<b>0,00</b>	<b>290.521,77</b>
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>0,00</b>	<b>3.365,66</b>	<b>2.870,39</b>	<b>247.387,10</b>	<b>0,00</b>	<b>253.623,15</b>

Rubricas	31/12/2024					Total
	Projetos de Desenvolv.	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Outros Ativos Intangíveis - em curso	
<b>Ativos</b>						
Saldo inicial	0,00	190.707,98	26.211,28	327.225,66	0,00	544.144,92
Ajustamentos de conversão						0,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	190.707,98	26.211,28	327.225,66	0,00	544.144,92
<b>Amortizações acumuladas e perdas de imparidade</b>						
Saldo inicial	0,00	154.777,16	23.340,89	53.758,72	0,00	231.876,77
Ajustamentos de conversão						0,00
Perdas por imparidade/ Reversão						0,00
Amortizações do exercício	0,00	16.434,28	0,00	13.039,92		29.474,20
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Saldo Final	0,00	171.211,44	23.340,89	66.798,64	0,00	261.350,97
<b>Ativos Líquidos</b>	0,00	19.496,54	2.870,39	260.427,02	0,00	282.793,95

Relativamente às amortizações do exercício, foram registadas na rubrica “Gastos de depreciações e amortizações” em 2025, o montante de 29.170 euros.

## NOTA 8 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável. Os valores destas avaliações são suportados pela performance histórica e pelas expectativas de desenvolvimento do negócio e dos respetivos mercados, consubstanciadas em planos de médio/longo prazo com pressupostos aprovados pela Administração.

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas à MARL, SA.

No final de 2013, foi realizado um teste de imparidade dos ativos fixos da MARL, S.A. que determinou o reconhecimento de imparidade dos ativos fixos, à luz das normas internacionais de contabilidade (IAS 36, NCRF12 e a IFRS 13). De acordo com o § 53 da NCRF12 (§ 11 da IAS 36), na avaliação da necessidade de proceder a uma reversão de imparidade de ativos, registadas em períodos anteriores, a entidade deve ter em consideração a indicação de que “as taxas de juro de mercado ou outras taxas de retorno de investimentos tenham diminuído durante o período, e essas diminuições poderão afetar a taxa de desconto usada ao calcular o valor de uso do ativo e aumentar materialmente a sua quantia recuperável.”

Em 2015, perante a evidência de que as taxas de juro de mercado diminuíram, desde o teste de imparidade aos ativos fixos, realizado em 31 de dezembro de 2013, e que essa evolução pudesse ter alterado a taxa de desconto usada para calcular o valor de uso dos ativos e aumentar materialmente a sua quantia recuperável, foi realizado novo teste de imparidade aos ativos fixos da empresa, que conduziu ao apuramento de uma reversão de perdas por imparidade em ativos fixos no montante de 10.910,3 milhares de euros.

Em 2016, perante as novas perspetivas de evolução do MARL, com base numa política rigorosa de controlo de gastos operacionais e da implementação de uma nova dinâmica comercial, com tradução, numa redução de gastos com fornecimentos e serviços externos, face a 2015 e em negociações concretas para a comercialização de novas áreas com diversas entidades, algumas das quais já instaladas no mercado, estima-se que a capacidade de libertação de *cash flows* operacionais da empresa irá ser reforçada, a curto prazo. Assim, existindo alterações nas estimativas utilizadas para determinar a quantia recuperável do ativo fixo do MARL, desde o último teste realizado, em 31/12/2015, foi efetuado novo teste de imparidade, com referência a 31/12/2016, por entidade independente.

Em 2022, verificaram-se alterações significativas nos mercados financeiros com impacto na taxa de desconto utilizada no apuramento da quantia recuperável da UGC, desde logo, no que respeita ao agravamento das taxas de juro de referência. Neste contexto, foi realizado Teste de imparidade dos Ativos Fixos da MARL, SA, com referência a 31 de dezembro de 2022. O Conselho de Administração considerou que o valor apurado pelo teste de imparidade realizado não configurava um impacto material no valor da quantia escriturada dos ativos fixos que determinasse o registo de uma reversão de perdas por imparidade dos ativos fixos.

O Conselho de Administração considera que, em 2025, não se verificaram alterações destes pressupostos que determinassem a necessidade de efetuar novas avaliações com referência à data de 31 de dezembro de 2025.

## ATIVOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nas rubricas dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, nos exercícios de 2025 e 2024, foi o seguinte:

31/12/2025								
Rubricas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construç.	Equip. básico	Equipamento de transporte	Equip. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo inicial	24.137.805,22	182.721.140,79	1.163.927,63	117.659,75	1.766.892,11	1.844.688,28	338.897,41	212.091.011,19
Ajustamentos de conversão								0,00
Aquisições		22.380,05	9.192,50	0,00	8.772,84	73.171,65	688.109,28	801.626,32
Transferências		457.796,48	0,00	0,00	0,00	60.503,71	(518.300,19)	0,00
Abates		(6.357,84)	(9.192,50)	0,00	0,00	(80.594,62)	0,00	(96.144,96)
Alienações		0,00	0,00	0,00	(71.736,40)	0,00	0,00	(71.736,40)
<b>Saldo Final</b>	<b>24.137.805,22</b>	<b>183.194.959,48</b>	<b>1.163.927,63</b>	<b>117.659,75</b>	<b>1.703.928,55</b>	<b>1.897.769,02</b>	<b>508.706,50</b>	<b>212.724.756,15</b>
<b>Depreciações acumuladas e perdas de imparidade</b>								
Saldo inicial	247.098,23	99.952.789,06	913.072,36	101.022,19	1.663.623,92	1245.153,84	0,00	104.122.759,60
Ajustamentos de conversão								0,00
Depreciações do exercício		3.555.199,64	73.403,39	3.382,20	48.267,83	185.794,91		3.866.047,97
Perdas por imparidade/Reversão	0,00	(97,79)	0,00	0,00	(155,14)	(20,49)		(273,42)
Abates		(6.260,05)	(3.008,50)	0,00	0,00	(80.574,13)		(89.842,68)
Alienações		0,00	0,00	0,00	(71.014,96)	0,00		(71.014,96)
Outros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
<b>Saldo Final</b>	<b>247.098,23</b>	<b>103.501.630,86</b>	<b>983.467,25</b>	<b>104.404,39</b>	<b>1.640.721,65</b>	<b>1350.354,13</b>	<b>0,00</b>	<b>107.827.676,51</b>
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>23.890.706,99</b>	<b>79.693.328,62</b>	<b>180.460,38</b>	<b>13.255,36</b>	<b>63.206,90</b>	<b>547.414,89</b>	<b>508.706,50</b>	<b>104.897.079,64</b>

31/12/2024

Rubricas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equipamento de transporte	Equip. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo inicial	24.137.805,22	181.614.244,47	1.144.546,72	117.659,75	1.674.839,21	1.655.136,13	461.709,56	210.805.941,06
Ajustamentos de conversão								0,00
Aquisições		321.705,52	14.600,00	0,00	27.117,61	193.231,41	768.006,69	1.324.661,23
Transferências		797.906,48	4.780,91	0,00	76.803,69	11.327,76	(890.818,84)	0,00
Abates		(12.715,68)	0,00	0,00	0,00	(15.007,02)	0,00	(27.722,70)
Alienações		0,00	0,00	0,00	(11.868,40)	0,00	0,00	(11.868,40)
<b>Saldo Final</b>	<b>24.137.805,22</b>	<b>182.721.140,79</b>	<b>1.163.927,63</b>	<b>117.659,75</b>	<b>1.766.892,11</b>	<b>1.844.688,28</b>	<b>338.897,41</b>	<b>212.091.011,19</b>
<b>Depreciações acumuladas e perdas de imparidade</b>								
Saldo inicial	247.098,23	96.388.219,93	838.617,30	97.639,99	1.624.573,25	1106.969,84	0,00	100.303.118,54
Ajustamentos de conversão								0,00
Depreciações do exercício		3.508.974,09	74.455,06	3.382,20	50.919,07	151.894,88		3.789.625,30
Perdas por imparidade/Reversão	0,00	(197,49)	0,00	0,00	0,00	0,00		(197,49)
Abates		(12.518,19)	0,00	0,00	0,00	(13.710,88)		(26.229,07)
Alienações		0,00	0,00	0,00	(11.868,40)	0,00		(11.868,40)
Outros		68.310,72	0,00	0,00	0,00	0,00		68.310,72
<b>Saldo Final</b>	<b>247.098,23</b>	<b>99.952.789,06</b>	<b>913.072,36</b>	<b>101.022,19</b>	<b>1.663.623,92</b>	<b>1245.153,84</b>	<b>0,00</b>	<b>104.122.759,60</b>
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>23.890.706,99</b>	<b>82.768.351,73</b>	<b>250.855,27</b>	<b>16.637,56</b>	<b>103.268,19</b>	<b>599.534,44</b>	<b>338.897,41</b>	<b>107.968.251,59</b>

Tendo presente este contexto, durante o exercício de 2025, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis foram os seguintes:

O aumento registado na rubrica de “Edifícios e Outras Construções” no montante de 480.176,53 euros, traduziram-se nos seguintes investimentos:

- (i) Vedação c/portões nos parques de estacionamento nº1 e nº3 na plataforma do Rouco, no montante de 22.380 euros;
- (ii) Transferência da rubrica de “Ativos Fixos Tangíveis em Curso”:
  - a. Grande reparação no montante de 146.245 euros, relativo à empreitada de reabilitação do pavimento betuminoso (Plataforma Rouco – Rua 4);
  - b. Grande reparação no montante de 104.445 euros, relativo à empreitada de reabilitação da iluminação do mercado;
  - c. Instalação de cinco UPAC´s, nos edifícios A01, A04, A05, A06 e A08 no montante de 73.484 euros;
  - d. Grande reparação no montante de 53.560 euros, referente à empreitada de reabilitação das condutas domésticas;
  - e. Grande reparação no montante de 38.775 euros, relativo à empreitada de reabilitação das coberturas dos escritórios do pavilhão A07;
  - f. Grande reparação no montante de 34.987 euros, relativo à empreitada de reabilitação da estação elevatória;
  - g. Transferência, no montante de 6.298 euros, da rubrica plano de modernização do mercado, no montante referente ao investimento realizado nos anos 2025.

O aumento registado na rubrica de “Equipamento Básico” no montante de 9.192,50 euros traduziu-se nos seguintes investimentos:

- (i) Grande reparação no montante de 9.192 euros, referente à reparação do “sem-fim” do compactador de cartão existente na Eco-área;

O aumento verificado na rubrica de “Equipamento Administrativo”, no montante de 8.772,84 euros, traduziu-se no seguinte investimento:

- (i) Aquisição de computadores e monitores, no montante de 8.291 euros;
- (ii) Aquisição de 1 televisão com suporte movel, no montante de 481 euros;

O aumento verificado na rubrica de “Outros Ativos Fixos Tangíveis”, no montante de 133.675,36 euros, traduziu-se no seguinte investimento:

- (i) Aquisição de contentores de resíduos, no montante de 21.600 euros;
- (ii) Aquisição e instalação de equipamento de eletrónico (videogravador de rede), no montante de 15.198 euros;
- (iii) Aquisição e instalação de carretéis com caixa e extintores, no montante de 9.645 euros;
- (iv) Aquisição e montagem de aparelhos de ar condicionado tipo mural (interior) no edifício NAC, no montante de 7.250 euros;
- (v) Aquisição e montagem de portas de serviço metálicas, no montante de 6.800 euros;
- (vi) Aquisição de sinalética de emergência, no montante de 5.808 euros;
- (vii) Aquisição de cestos de retenção de resíduos, no montante de 4.620 euros;
- (viii) Aquisição e instalação de estantes *racks*, no montante de 1.465 euros
- (ix) Equipamento diverso, no montante de 785 euros;
- (x) Transferência da rubrica de “Ativos Fixos Tangíveis em Curso”:
  - a. Empreitada de ampliação do Sistema CCTV, no montante de 50.906 euros;
  - b. Aquisição e montagem de portas metálicas para salas técnicas, no montante de 6.356 euros;
  - c. Instalação de kit videoporteiro no edifício NAC, no montante de 1.776 euros;
  - d. Aquisição e instalação de estantes *racks*, no montante de 1.465 euros;

O aumento registado na rubrica de “Ativos Fixos Tangíveis em curso” no montante de 688.109,28 euros traduziu-se nos seguintes investimentos:

- (i) Empreitada de reabilitação dos pavilhões dos Alamos, no montante de 239.199 euros;
- (ii) Empreitada de reabilitação da iluminação do mercado, no montante de 104.322 euros;
- (iii) Empreitada de reformulação do Sistema SADI (pavilhões A04, A11 e R02) no montante de 82,280 euros;
- (iv) Empreitada de reabilitação da conduta doméstica, no montante de 45.931 euros;
- (v) Empreitada de reabilitação do pavimento betuminoso, no montante de 45.047 euros;
- (vi) Empreitada de reabilitação da cobertura dos escritórios do pavilhão A07, no montante de 38.775 euros;
- (vii) Empreitada de reabilitação da estação elevatória, no montante de 34.987 euros;
- (viii) Empreitada de reabilitação da cobertura do edifício NAC, no montante de 30.786 euros;
- (ix) Empreitada de ampliação do Sistema CCTV, no montante de 29.527 euros
- (x) Empreitada de reabilitação do pavimento betuminoso (Plataforma Rouco - Rua 4), no montante de 12.875 euros;
- (xi) Aquisição e Instalação de equipamento de frio (CHILLER), no montante de 10.326 euros;
- (xii) Empreitada de reabilitação da vedação da Eco-Area, no montante de 6.687 euros;
- (xiii) Empreitada de marcações viárias, no montante de 5.934 euros;

- (xiv) Fornecimento e instalação de portas de acesso, no montante de 1.429 euros.
- (xv) O montante de 518.300,19 euros registado em “Transferências” na rubrica “Ativos Fixos Tangíveis em Curso” refere-se à transferência para “Ativos Fixos Tangíveis” devido à conclusão de algumas obras. Sendo que 238.320 euros referente a aquisições de 2025 e 279.980 euros referentes a anos anteriores.

O montante de 508.706,50 euros que a 31 de dezembro de 2025 ainda se encontra em curso, refere-se essencialmente a:

- (i) Empreitada de reabilitação dos pavilhões da plataforma dos Alamos, no montante de 239.199 euros;
- (ii) Empreitada de reformulação do sistema SADI (pavilhões A04, A11 e R02), no montante de 82.280 euros;
- (iii) Empreitada de reabilitação do pavimento betuminoso, no montante de 45.047 euros;
- (iv) Empreitada de reabilitação da cobertura do edifício NAC, no montante de 30.786 euros;
- (v) Fornecimento e instalação de equipamento no Sistema CCTV, no montante de 29.527 euros;
- (vi) Licenciamentos diversos no montante de 23.514 euros;
- (vii) Projeto de integração Schneider/Primavera, no montante de 14.332 euros;
- (viii) Aquisição e instalação de equipamento de frio (Chiller), no montante de 10.326 euros;
- (ix) Empreitada de reabilitação da vedação da Eco-Area, no montante de 6.687 euros;
- (x) Empreitada de marcações viárias, no montante de 5.934 euros;

O montante dos abates registado na rubrica “Edifícios e Outras Construções” refere-se a:

- (i) Abate de carretéis danificados, no montante de 6.358 euros;

O montante dos abates registado na rubrica “Equipamento Básico” refere-se a:

- (i) Abate do equipamento do compactador de papel, no montante de 9.192 euros;

O montante dos abates registado na rubrica “Outros Ativos Fixos Tangíveis” refere-se a:

- (i) Abate de diverso equipamento que se encontrava danificado/obsoleto, no montante de 80.594 euros;

O montante de 71.736 euros registado em alienações na rubrica “Equipamento Administrativo” refere-se a:

- (i) Alienação de equipamento informático, no montante de 8.948 euros;
- (ii) Alienação de diverso equipamento que se encontrava danificado/obsoleto, no montante de 62.787 euros;

No total, estas operações geraram uma menos-valia no montante de 1.304 euros.

Relativamente às depreciações do exercício, foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização” em 2025, o montante de 3.866.047,97 euros.

## NOTA 9 – LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

### 9.1. LOCAÇÕES FINANCEIRAS

A MARL, S.A. não tem atualmente nenhum contrato de locação financeira a decorrer.

### 9.2. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Os contratos de aluguer de viaturas ao serviço da MARL, S.A. revestem a natureza de locações operacionais. Estes não preveem a opção de compra no final do mesmo, nem qualquer valor referente a rendas contingentes.

Nas locações operacionais, os pagamentos mínimos de locação reconhecidos como gasto, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram conforme se segue:

Locações e sublocações operacionais, e pagamentos de locação e de sublocação reconhecidos como gastos	Locações operacionais em vigor				31/12/2025	31/12/2024
	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Pagamentos mínimos das locações	Pagamentos mínimos das locações
			Começo	Fim		
Viatura "AI-48-JB"	LEASYS Portugal,SA	1102653512	21/jul/21	20/jul/26	3 753,48	3 753,48
Viatura "AI-49-JB"	LEASYS Portugal,SA	1102653510	21/jul/21	20/jul/26	3 753,48	3 753,48
Viatura "AI-51-JB"	LEASYS Portugal,SA	1102653511	22/jul/21	21/jul/26	3 753,36	3 753,36
Viatura "AJ-66-CA"	LEASYS Mobility Portugal,SA	5033496	31/ago/21	30/ago/26	2 243,52	2 361,60
Viatura "AJ-19-CB"	LEASYS Mobility Portugal,SA	5033497	31/ago/21	30/ago/26	2 243,52	2 361,60
<b>Total</b>					<b>15 747,36</b>	<b>15 983,52</b>

Futuros pagamentos mínimos das locações operacionais não canceláveis	31/12/2025	31/12/2024
Vencíveis até 1 ano	8 443,47	15 983,64
Vencíveis entre 1 e 5 anos	0,00	8 443,47
Vencíveis a mais de 5 anos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>8 443,47</b>	<b>24 427,11</b>

## NOTA 10 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe da rubrica “Financiamentos Obtidos” é conforme se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Financiamentos obtidos (passivo não corrente)</b>		
Empréstimos bancários - Financiamento para Investimento		
Banco Europeu de Investimento	0,00	1.388.888,85
Empréstimos por Papel Comercial		
Banco BPI	0,00	0,00
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos	0,00	.0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>1.388.888,85</b>

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Financiamentos obtidos (passivo corrente)</b>		
Empréstimos bancários - Financiamento para Investimento		
Banco Europeu de Investimento	1.388.888,85	2.777.777,78
Descobertos Bancários		
Banco Comercial Português	0,00	0,00
Cartões de Crédito		
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública	289,25	236,00
Empréstimos por Papel Comercial		
Banco BPI	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.389.178,10</b>	<b>2.778.013,78</b>

### 10.1. Caracterização dos empréstimos bancários

- Contrato de financiamento a médio e longo prazo

No dia 8 de outubro de 2001, na sequência dos contactos e negociações havidas com o *Banco Europeu de Investimento (BEI)*, foi assinado um contrato de financiamento com esta entidade bancária europeia. No âmbito deste financiamento, em 8 de setembro de 2011, foi concedido aval do Estado Português, garantindo o cumprimento das obrigações de capital e juros deste financiamento até à maturidade.

A operação está consubstanciada nas seguintes características técnicas:

#### Financiamento BEI

Montante	50.000.000,00
Montante em dívida a 31/12/2025	1.388.888,85
Maturidade	25 anos
Período carência	7 anos
Regime taxa juro	Variável
Indexante	Euribor <sup>3 meses</sup>
Spread	+0,12%
Data primeiro reembolso	15/09/2008
Data último reembolso	15/03/2026

- **Descoberto Autorizado**

À data de 31 de dezembro de 2025, a MARL, S.A. tinha contratualizado duas linhas de apoio à tesouraria, sendo utilizadas ao longo do ano em função dos défices/excedentes de tesouraria gerados diariamente, permitindo assim uma otimização de tesouraria e redução dos encargos financeiros, com as seguintes características:

Em 23 de maio de 2016 foi celebrado um contrato de crédito por descoberto em conta (Grupado) no Banco Comercial Português, pelas empresas SIMAB, MARL e MARE, com limite global de 500.000 euros em que o somatório das utilizações efetuadas pelos beneficiários não poderá exceder, em cada momento, o limite global estabelecido. Em 5 de março de 2018, foi celebrado um aditamento a este mesmo contrato, em que o limite global passa para 1.200.000 euros.

Em 31 de maio de 2016, foi celebrado um contrato de crédito por descoberto em conta (Grupado) no Banco Santander Totta, pelas empresas SIMAB, MARL e MARE com limite global de 500.000 euros em que o somatório das utilizações efetuadas pelos beneficiários não poderá exceder em cada momento o limite global estabelecido. Em 19 de dezembro de 2019, foi celebrado um aditamento a este mesmo contrato, em que o limite global passa para 1.000.000 euros, sendo que o limite máximo de utilização pela MARL, SA é fixado em 500.000 euros.

- **Cartões de Crédito**

Em dezembro de 2021, foi contratualizado com o IGCP a utilização de cartão de crédito para fazer face pagamentos da Via Verde

#### NOTA 11 – IMPARIDADE DE ATIVOS

Os movimentos registados na rubrica de perdas por imparidades de ativos fixos é conforme se segue:

			31/12/2025				
Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões reconhecidas durante o período			Saldo Inicial	Aumentos	Reversão	Regularização	Saldo Final
2024	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Ativos fixos tangíveis	3.136.604,15	0,00	0,00	(273,42)	3.136.330,73
		Ativos intangíveis	29,69		0,00	0,00	29,69
		<b>Totais</b>	<b>3.136.633,84</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(273,42)</b>	<b>3.136.360,42</b>

			31/12/2024				
Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões reconhecidas durante o período			Saldo Inicial	Aumentos	Reversão	Regularização	Saldo Final
2024	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Ativos fixos tangíveis	3.136.801,64	0,00	0,00	(197,49)	3.136.604,15
		Ativos intangíveis	29,69		0,00	0,00	29,69
		<b>Totais</b>	<b>3.136.831,33</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(197,49)</b>	<b>3.136.633,84</b>

O valor registado em regularizações diz respeito, essencialmente à alienação de diverso equipamento que se encontrava fora de uso.

## NOTA 12 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

O detalhe da rubrica “Outros Ativos Financeiros” é conforme se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Investimentos Financeiros</b>		
Outras Aplicações Financeiras		
Fundos - FCT (Fundo de Compensação do Trabalho)	2.105,58	2 105,58
<b>Total</b>	<b>2.105,58</b>	<b>2 105,58</b>

No cumprimento da Lei 70/2013 de 30 de agosto, passou a ser constituído o Fundo de Compensação do Trabalho de carácter obrigatório para contratos de trabalhos celebrados após 01/10/2013.

No entanto, de acordo com as disposições do artigo nº 32º da Lei 13/2023 de 3 de abril, as obrigações relativas ao FCT e FGCT, ficam suspensas a partir de 01/05/2023.

## NOTA 13 – DIFERIMENTOS

### 13.1. Diferimentos Ativos

O detalhe da rubrica “Diferimentos” no ativo é conforme se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Diferimentos</b>		
<b>Gastos a reconhecer (Ativos Correntes)</b>		
Seguros	652,95	875,14
Outros gastos a reconhecer	104.219,35	73.206,35
<b>Total</b>	<b>104.872,30</b>	<b>74.081,49</b>

O valor registado na rubrica “outros gastos a reconhecer” no montante de 104.219,35 euros, inclui:

- (i) Licenças Firewall, Office(cloud), alojamentos de mail e de website, no montante de 66.167 euros;
- (ii) Contrato de manutenção das UPAC (Unidade de Produção para Autoconsumo) no montante de 15.966 euros;
- (iii) Licenças Microsoft no montante de 6.501 euros;
- (iv) Contrato Primavera, Sigcont e faturação eletrónica no montante de 856 euros;
- (v) Contrato Infotrust no montante de 1.082 euros;
- (vi) Repasse de eletricidade aos operadores no montante de 9.636 euros;
- (vii) Outros gastos a reconhecer no exercício ou exercícios seguintes no montante de 4.009 euros.

### 13.2. Diferimentos Passivos

O detalhe da rubrica “Diferimentos” no passivo é conforme se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Diferimentos		
<b>Rendimentos a reconhecer (Passivo não corrente)</b>		
Taxas Acesso	5.024.086,62	6.173.044,95
Taxa Utilização	294.341,67	603.061,99
<b>Total</b>	<b>5.318.428,29</b>	<b>6.776.106,94</b>

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Diferimentos		
<b>Rendimentos a reconhecer (Passivo corrente)</b>		
Taxas Acesso	1.500.474,36	1.541.751,96
Taxa Utilização	217.128,93	240.146,94
Outros Rendimentos a reconhecer	110.095,88	90.217,47
<b>Total</b>	<b>1.827.699,17</b>	<b>1.872.116,37</b>

Os montantes recebidos referentes às taxas de acesso incluídos na rubrica de “Rendimentos a reconhecer”, são reconhecidos por duodécimos, como rendimentos do exercício durante o período de vigência dos contratos.

Na rubrica “Rendimentos a reconhecer – Taxa Utilização” procedeu-se à transferência de passivo corrente para passivo não corrente, o montante referente às taxas de utilização cujo reconhecimento em proveitos é superior a 12 meses.

A diminuição dos rendimentos a reconhecer, provenientes de taxas de acesso, decorre do efeito da sua integração, em rendimentos do exercício.

O montante registado na rubrica “Outros Rendimentos a reconhecer” refere-se a:

- (i) indemnizações recebidas de seguradoras, cujas obras ainda não foram realizadas, no montante de 10.154 euros;
- (ii) serviços prestados às empresas do grupo, referente à monitorização de tráfego de rede/segurança e à gestão centralizada das firewall, no montante de 26.895 euros;
- (iii) participação nas obras de reabilitação do parque de estacionamento do MARL, pela entidade que explora o pátio, no montante de 68.125 euros, nos termos contratualmente definidos;
- (iv) subsídio à exploração a reconhecer até maio de 2026, relativo ao contrato realizado com estagiário através do IEFPP, no montante de 4.921 euros

A diminuição dos rendimentos a reconhecer, provenientes de taxas de utilização, decorrente da integração de taxas de utilização vincendas associadas ao contrato celebrado com operador responsável pela instalação e exploração de parque fotovoltaico instalado nas coberturas e taludes do Mercado. Na sequência da renegociação contratual, foi celebrado, em 31 de dezembro de 2025, um novo contrato que estabelece um prazo de vigência de 26 anos, revogando o anteriormente em vigor e definindo novas condições financeiras. Esta alteração determinou a antecipação do reconhecimento de taxas de utilização já recebidas, que se encontravam a ser reconhecidas em resultados, por duodécimos até ao termo do prazo contratual anterior (2033). À data de 31 de dezembro de 2025, permanecia por reconhecer o montante de 285,6 milhares de euros, o qual, em virtude das novas condições contratuais, foi integralmente reconhecido como rendimento no exercício em 2025.

## NOTA 14 – RÉDITO

A rubrica “Vendas e Serviços Prestados” apresenta a seguinte composição:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Prestações de serviço</b>		
Taxa de utilização	12.135.250,99	11.582.535,78
Outras receitas	2.106.736,11	2.123.444,11
Proveitos diferidos	1.337.514,30	1.617.959,06
Descontos e abatimentos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>15.579.501,40</b>	<b>15.323.938,95</b>

As prestações de serviço incluem, para além da taxa de utilização e dos proveitos diferidos da taxa de acesso, uma diversidade de outros serviços adicionais, que são reconhecidos quando o cliente solicita o serviço. (Nota 3.9)

O valor das taxas de utilização reconhecidas em 2025 está influenciado por valor não recorrente, no montante de 285.572 euros referente a integração de taxas de utilização vincendas, conforme referido anteriormente.

De salientar que, a sub-rubrica “Proveitos diferidos” inclui o montante de 66.368 euros relativo a integração em rendimentos do exercício, do valor de taxas de acesso que ainda não estava incorporado, nos casos em que ocorreu rescisão contratual. Em 2024, este montante ascendeu a 62.041 euros.

## NOTA 15 - SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO

No exercício de 2025, foi reconhecido o montante de 415,06 euros em subsídios à exploração referente ao subsídio recebido pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), no âmbito da Portaria nº221/2024/1 de 23 de setembro, referente ao programa “Medida Estágios +Talento”.

## NOTA 16 – INVENTÁRIOS

A MARL não tem inventário.

## NOTA 17 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

### 17.1. Provisões

Destinando-se as provisões a fazer face a obrigações presentes ou prováveis, mas não aleatórias, a MARL, SA fez uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, obrigações presentes, prováveis ou contingentes, ações judiciais, reclamações ou casos litigiosos.

O Conselho de Administração da MARL, SA considera que não há riscos identificados à data de 31/12/2025, pelo que não apresenta valores em provisões.

### 17.2. Ativos e Passivos Contingentes

#### 17.2.1. Ativos Contingentes

A MARL, S.A. fez uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, obrigações presentes, prováveis ou contingentes, ações judiciais, reclamações ou casos litigiosos, suportada pelo entendimento dos advogados da empresa. Considera-se não haver situações que configurem ativos contingentes, em 31 de dezembro de 2025.

## 17.2.2. Passivos Contingentes

A MARL, S.A. fez uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, obrigações presentes, prováveis ou contingentes, ações judiciais, reclamações ou casos litigiosos, suportada pelo entendimento dos advogados da empresa. Considera-se não haver situações que configurem passivos contingentes, em 31 de dezembro de 2025.

## NOTA 18 – SUBSÍDIOS OBTIDOS

### Subsídios ao Investimento

Os movimentos relativos ao subsídio obtido são como se segue:

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			31/12/2025		
			Demonstração dos resultados		Balanço
			Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Imputadas em outros gastos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos não depreciables	PROMAB		0,00	433.424,13
	Subsídios relacionados com ativos depreciables	PROMAB	391.048,08	0,00	9.580.678,30
	Impostos diferidos sobre subsídios			0,00	(1.964.039,05)
	Subsídios relacionados com ativos depreciables	FEE	806,40	0,00	1.814,40
	Impostos diferidos sobre subsídios			0,00	(371,95)
Total			391.854,48	0,00	8.051.505,83

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			31/12/2024		
			Demonstração dos resultados		Balanço
			Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Imputadas em outros gastos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos não depreciables	PROMAB		0,00	433.424,13
	Subsídios relacionados com ativos depreciables	PROMAB	391.048,08	0,00	9.971.726,38
	Impostos diferidos sobre subsídios			0,00	(2.143.921,17)
	Subsídios relacionados com ativos depreciables	FEE	806,40	0,00	2.620,80
	Impostos diferidos sobre subsídios			0,00	(563,48)
Total			391.854,48	0,00	8.263.286,66

Os valores são reconhecidos como rédito, à medida que os bens subsidiados vão sendo depreciados e de acordo com a vida útil dos mesmos. Em 2025, inclui essencialmente a quota-parte do subsídio ao investimento (PROMAB) concedidos à sociedade a fundo perdido, no valor de 391.048,08 euros e Fundo de Eficiência Energética (FEE) no valor de 806,40 euros

Foi efetuado ajustamento aos impostos diferidos, no que se refere à alteração da taxa de IRC de 20% para 19%, aplicável ao período de tributação que se inicia durante o ano de 2026, decorrente da Lei n.º 64/2025, de 7 de novembro.

De acordo com a legislação em vigor a empresa utiliza, para o cálculo de impostos diferidos, uma taxa de 20,5% (IRC à taxa de 19% e Derrama à taxa de 1,5%).

Os valores são reconhecidos como rédito, à medida que os bens subsidiados vão sendo depreciados e de acordo com a vida útil dos mesmos.

## NOTA 19 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

### 19.1. Autorização para emissão

- (i) As Demonstrações Financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 16 de março de 2026.
- (ii) Em Assembleia-geral os acionistas têm o poder de não aprovar as presentes demonstrações financeiras e solicitar as alterações que julguem convenientes, nos termos e legislação em vigor.

### 19.2. Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

- (i) Entre a data do Balanço e 16 de março de 2026 não houve conhecimento de eventos ocorridos que, afetem o valor dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras do período.

## NOTA 20 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

### 20.1. Imposto sobre o Rendimento

A empresa encontra-se sujeita a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa normal de 20%, sendo a Derrama Municipal fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama estadual de 3% do excedente do lucro tributável em 1.500.000 Euros, 5% do excedente de 7.500.000 Euros e os 35.000.000 Euros e 9% no montante que exceda os 35.000.000 Euros.

De acordo com a legislação em vigor a empresa utiliza, para o cálculo de impostos diferidos, uma taxa de 20,5% (IRC à taxa de 19% (20% em 2024) e Derrama à taxa de 1,5%), em virtude de a taxa de IRC baixar dos 20% para 19% em 2026.

Os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos, foi como segue:

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo em 1 de janeiro	253.900,66	22.633,98	274.821,11	24.612,86
Movimentos do exercício				
Amortizações n/ aceites fiscalmente	(1.887,71)		(1.370,54)	
Ajustamentos positivos para o justo valor	(16.656,43)	0,00	(17.341,02)	0,00
Imparidade de dividas de clientes	(2.551,57)		(2.208,89)	
Subsídios para ativos depreciáveis - PROMAB		(1.896,94)		(1.978,88)
<b>Saldo final a 31 de dezembro</b>	<b>232.804,95</b>	<b>20.737,04</b>	<b>253.900,66</b>	<b>22.633,98</b>

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são detalhados como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Imposto Corrente	(1.546.703,62)	(1.644.126,37)
Imposto Diferido	(19.198,77)	(18.941,57)
<b>Total</b>	<b>(1.565.902,39)</b>	<b>(1.663.067,94)</b>

A reconciliação entre o lucro contabilístico e os gastos/rendimentos de impostos referentes a 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é conforme se segue:

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos				Calculo	31/12/2025	31/12/2024
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)		Resultado líquido do período		1	5.806.891,65	5.638.886,17
		Gastos/(rendimentos) de impostos		2	1.565.902,39	1.663.067,94
		Resultado antes de impostos		3=1+2	<b>7.372.794,04</b>	<b>7.301.954,11</b>
Ajustamentos para o lucro tributável	Diferenças definitivas	A acrescentar	...	4	30.825,22	34.421,66
		A deduzir	...	5	7.272,22	51.747,78
	Diferenças temporárias	A acrescentar	...	6	20.497,92	21.770,07
		A deduzir	...	7	922.781,20	685.586,73
Lucro/(Prejuízo fiscal)				8=3+4-5+6-7	6.494.063,76	6.620.811,33
Dedução de perdas fiscais				9	0,00	0,00
Matéria coletável				10=8-9	6.494.063,76	6.620.811,33
Benefícios fiscais por dedução à Coleta				11	0,00	0,00
Outras componentes do imposto		Tributação autónoma		12	658,00	819,48
		Derrama			97.410,96	99.312,16
		Derrama Estadual			149.821,91	153.624,36
		Coleta			1.298.812,75	1.390.370,37
Impostos	Imposto corrente			13=10-11+12	1.546.703,62	1.644.126,37
	Imposto diferido (variação ativos / passivos diferidos)			14	(19.198,77)	(18.941,57)
Gastos/(rendimentos) de impostos				16=13-14-15	<b>1.565.902,39</b>	<b>1.663.067,94</b>

A linha de imposto teve um impacto negativo de 1.565.902,39 euros nos resultados do exercício, explicado por:

- (i) Pelo reconhecimento de ativos por impostos diferidos relativos:
  - a. À reversão da perda de imparidade de depreciações não aceites fiscalmente, no montante de 1.887,71 euros;
  - b. À reversão da perda por imparidade nos Ativos Fixos Tangíveis no montante de 16.656,43 euros;
  - c. À reversão da perda de imparidade de dividas de clientes no montante de 2.551,57 euros;
- (ii) Pelo reconhecimento de passivos por impostos diferidos relativos:
  - a. À reversão da integração do subsídio proporcional à perda por imparidade no montante de 1.896,94 euros;
- (iii) Pelo imposto corrente do exercício no montante de 1.546.703,62 euros.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis, que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Assim, são reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existam expetativas fundamentadas de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro.

Não são efetuadas compensações entre impostos diferidos ativos e passivos.

## 20.2. Decomposição dos saldos com o Estado

### 20.2.1. Ativo Corrente

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” é conforme se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Estado e outros entes públicos		
Imposto sobre o rendimento (IRC)	60 107,93	0,00
<b>Total</b>	<b>60 107,93</b>	<b>0,00</b>

Nos exercícios de 2025 e 2024 foi efetuado o apuramento do imposto sobre o rendimento a pagar e a recuperar respetivamente, pelo que a rubrica “Imposto sobre o Rendimento” evidencia a estimativa do imposto sobre o rendimento, derrama e derrama estadual, deduzida dos pagamentos por conta e adicional por conta de IRC efetuados.

Do apuramento de IRC resultou um montante de 60.107,93 euros a receber. O resultado foi influenciado tanto pela descida da taxa de IRC, como pela utilização do Incentivo à Capitalização das Empresas (ICE).

### 20.2.2. Passivo Corrente

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” é conforme se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Estado e outros entes públicos		
Imposto sobre o rendimento (IRC)	0,00	119 157,63
Retenção de impostos sobre rendimentos	9.871,33	9.838,33
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	407.724,53	372.296,56
Contribuições para a Segurança Social	16.742,03	16.667,17
Outras tributações	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>434.337,89</b>	<b>517.959,69</b>

## 20.3. Outras informações

De acordo com a legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2022 a 2025 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

## NOTA 21 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 21.1. Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de ativos e passivos financeiros são detalhadas conforme se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativos Financeiros</b>		
Contas a receber de terceiros	2.991.161,32	1.898.304,11
Caixa e equivalentes	3.960.496,32	579.285,70
<b>Total</b>	<b>6.951.657,64</b>	<b>2.477.589,81</b>

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Passivos Financeiros</b>		
Fornecedores	335.608,10	390.873,38
Outras contas a pagar a terceiros	7.556.864,07	10.209.296,64
<b>Total</b>	<b>7.892.472,17</b>	<b>10.600.170,02</b>

## 21.2. Risco de crédito

Os riscos a que a MARL, S.A. se encontra exposta podem ter origem em fatores externos e internos. A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento da empresa, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que a empresa está exposta, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

- Risco de crédito – O risco de crédito está associado ao risco de uma entidade falhar no cumprimento das suas obrigações contratuais resultando numa perda financeira. Este tipo de risco é incorrido no decorrer das suas atividades operacional e financeira.

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes da empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados. Este risco é monitorizado numa base regular, com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidades das contas a receber; acompanhar a evolução do nível de crédito concedido; e analisar a recuperabilidade dos valores a receber.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando:

- A análise da antiguidade das contas a receber;
- O perfil de risco do cliente;
- As condições financeiras dos clientes.

Relativamente ao risco de crédito associado à atividade financeira, a MARL, S.A. detém uma exposição ao sector bancário nacional traduzida pelos depósitos à ordem e financiamentos obtidos. Até à data, a MARL, S.A. não incorreu em qualquer imparidade resultante do não cumprimento das obrigações contratuais celebradas com entidades bancárias.

- Risco de liquidez (também referido como risco de financiamento) – é o risco de que a empresa venha a encontrar dificuldades na obtenção de fundos para satisfazer compromissos associados aos instrumentos financeiros.

A MARL, S.A. tem procurado o melhor desempenho na gestão de tesouraria, procurando garantir o cumprimento de responsabilidades de curto prazo e das atividades operacionais e minimizar a probabilidade de incumprimento dos seus compromissos através de uma gestão rigorosa e planeada da sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2025, é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

A antiguidade do saldo da rubrica “Clientes é detalhada conforme segue:

Descrição	31/12/2025			Descrição	31/12/2024		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
Não vencido	458.965,55	0,00	458.965,55	Não vencido	870.395,35	0,00	870.395,35
Vencido				Vencido			
0 - 30 dias	97.601,38	0,00	97.601,38	0 - 30 dias	161.601,52	0,00	161.601,52
30 - 90 dias	65.060,82	0,00	65.060,82	30 - 90 dias	84.004,14	0,00	84.004,14
90 - 180 dias	3.426,85	0,00	3.426,85	90 - 180 dias	4.295,49	0,00	4.295,49
180 - 360 dias	4.055,16	0,00	4.055,16	180 - 360 dias	(8,22)	0,00	(8,22)
> 360 dias	720.158,66	642.328,54	77.830,12	> 360 dias	734.281,71	654.286,27	79.995,44
<b>Total</b>	<b>1.349.268,42</b>	<b>642.328,54</b>	<b>706.939,88</b>	<b>Total</b>	<b>1.854.569,99</b>	<b>654.286,27</b>	<b>1.200.283,72</b>

A antiguidade do saldo da rubrica “Fornecedores” é detalhada conforme segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
	Quantia	Quantia
Não vencido	317.702,50	361.107,19
Vencido		
0 - 30 dias	14.039,46	(16.637,21)
30 - 90 dias	957,81	31.199,73
90 - 180 dias	118,64	73,30
180 - 360 dias	0,00	0,00
> 360 dias	2.789,69	15.130,37
<b>Total</b>	<b>335.608,10</b>	<b>390.873,38</b>

A MARL, S.A. apresenta uma gestão prudente do risco de liquidez, o que implica ainda a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas, mas principalmente o acesso ao crédito para fazer face à gestão corrente.

A empresa gere o seu capital para assegurar que prosseguem as suas operações numa ótica de continuidade. Neste contexto, a Empresa analisa periodicamente a sua estrutura de capital (próprio e alheio).

### 21.3. Clientes

O detalhe da rubrica “Clientes” é conforme se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Clientes</b>		
Clientes gerais	663.726,65	1.193.733,88
Clientes - Empresa-mãe	19.484,16	4.165,50
Clientes - Outras partes relacionadas	21.591,00	246,27
Clientes - Cheques pré-datados	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>704.801,81</b>	<b>1.198.145,65</b>
Clientes cobrança duvidosa	644.466,61	656.424,34
Perdas por imparidade acumuladas	(642.328,54)	(654.286,27)
<b>Subtotal</b>	<b>2.138,07</b>	<b>2.138,07</b>
<b>Total</b>	<b>706.939,88</b>	<b>1.200.283,72</b>

#### 21.4. Fornecedores

O detalhe da rubrica de “Fornecedores” é conforme se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fornecedores</b>		
Fornecedores gerais	323.324,77	343.293,80
Fornecedores - Empresa-mãe	12.283,33	44.646,08
Fornecedores - Outras partes relacionadas	0,00	2.933,50
<b>Total</b>	<b>335.608,10</b>	<b>390.873,38</b>

#### 21.5. Adiantamento de clientes

O detalhe da rubrica “Adiantamento de Clientes” é conforme se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Adiantamentos de clientes</b>		
Clientes gerais	884,10	884,10
<b>Total</b>	<b>884,10</b>	<b>884,10</b>

#### 21.6. Créditos a receber

O detalhe da rubrica “Créditos a Receber” é conforme se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Créditos a receber (Ativo não corrente)</b>		
Devedores diversos		
Dif. Taxa de Acesso	0,00	14.020,75
creditos a receber	2.000.000,00	500.000,00
<b>Total</b>	<b>2.000.000,00</b>	<b>514.020,75</b>

A MARL, SA apresenta um empréstimo remunerado à empresa-mãe, no montante de 2.000.000 euros, que regista como contas a receber - empréstimos concedidos a acionistas, em resultado dos excedentes de tesouraria gerados pela atividade da empresa.

#### 21.7. Outros créditos a receber

O detalhe da rubrica “Outros Créditos a Receber” é conforme se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Outros créditos a receber (Ativo corrente)</b>		
Outras operações com pessoal	442,67	708,51
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Outros acréscimos de rendimentos	171.830,32	127.663,11
Devedores diversos		
Cauções a fornecedores	778,22	778,22
Dif. Taxa de Acesso	11.643,16	16.371,36
Outros	39.419,14	38.478,44
<b>Total</b>	<b>224.113,51</b>	<b>183.999,64</b>

O saldo registado na rubrica “Outras operações com o pessoal” refere-se essencialmente:

- (i) despesas extra *plafond* de telemóvel, combustíveis e “via verde”, devidamente controladas e recebidas no curtíssimo prazo.

O saldo registado na rubrica “Outros acréscimos de rendimentos” refere-se essencialmente:

- (i) à taxa variável do contrato de exploração do Pórtico, referente ao exercício de 2025, no montante de 151.792 euros.

O saldo registado na rubrica “Devedores diversos – Outros” refere-se essencialmente:

- (i) à reclamação de uma fatura por valor indevido, no montante de 36.633 euros.

## 21.8. Outras dívidas a pagar

O detalhe da rubrica “Outras Dívidas a Pagar” é conforme se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Outras Dívidas a pagar (Passivo não Corrente)</b>		
Credores diversos		
Cauções Operadores	1.566.172,99	767.242,49
Ajust. Imposto s/Subsidio	1.876.243,75	2.056.317,40
<b>Total</b>	<b>3.442.416,74</b>	<b>2.823.559,89</b>

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Outras Dívidas a pagar (Passivo Corrente)</b>		
Clientes	10.858,62	1.847,77
Outros custos com pessoal	204,00	0,00
Credores diversos		
Outros	72.866,46	73.530,44
Cauções Operadores	349.435,28	807.401,39
Ajust. Imposto s/Subsídio	88.167,25	88.167,25
Fornecedores de investimentos		
Fornecedores gerais	1.220.846,89	1.211.882,27
Empresa mãe	2.219,35	0,00
Credores por acréscimos de gastos		
Juros a Liquidar	8.883,68	40.792,94
Remunerações a Liquidar	119.942,18	119.028,58
Outros Acréscimos de Gastos	416.623,53	357.339,69
<b>Total</b>	<b>2.290.047,24</b>	<b>2.699.990,33</b>

Encontram-se registados em passivo não corrente:

- (i) O valor de cauções definidas contratualmente, por se considerar que não são devolvidas num prazo inferior a 12 meses;
- (ii) O saldo da conta “Ajustamentos imposto s/ Subsídio” tem origem no desconhecimento da rubrica de “Outras variações capitais próprios”, dos impostos diferidos associados à integração do subsídio ao investimento PROMAB, na sequência da FAQ 13, datada de 15 de abril de 2013. Da interpretação da FAQ 13, resulta que o período de reconhecimento do rendimento de imputação do subsídio e o momento da sua tributação são coincidentes, não havendo, assim, diferenças temporárias tributáveis e logo, não há lugar ao reconhecimento de passivos por impostos diferidos. Neste contexto, em 2013, foram desconhecidos na MARL, SA, os passivos por impostos diferidos que tinham sido reconhecidos até 2012, reconhecendo o passivo numa conta de “Outros devedores e credores”. O saldo é revertido, na cadência do reconhecimento do subsídio como rédito do exercício, à medida que os bens subsidiados vão sendo depreciados e de acordo com a vida útil dos mesmos.

Encontram-se registados em passivo corrente:

- (i) O montante correspondente ao valor das cauções inerentes aos contratos realizados com operadores que atingem a sua maturidade em 2026;
- (ii) O valor apresentado de remunerações a liquidar considera as remunerações devidas em 2026 no que diz respeito a férias e subsídio de férias cujo direito foi adquirido no decurso do ano 2025.
- (iii) A rubrica de “Credores por acréscimos de gastos – Outros”, no montante de 416.623 euros, refere-se essencialmente a:
  - a) Acréscimo de gastos com Imposto Municipal sobre Imóveis, referente a 2025, cujo pagamento ocorrerá em 2026, no valor de 277.774 euros;
  - b) Acréscimo de gastos com água, eletricidade, gás, manutenção e seguros no montante de 123.675 euros;

- c) Acréscimo de gastos com o acompanhamento diário da atividade no mercado pelos serviços de segurança no montante de 1.224 euros;
- d) Acréscimo de gastos com a atualização do software no montante de 9.432 euros;
- e) Acréscimo de gastos com a taxa de exploração da DGEG no montante de 3.170 euros;
- f) Acréscimo de gastos com advogados no montante de 524 euros;
- g) Acréscimo de gastos com comissões a pagar ao Estado Português na sequência do aval concedido, conforme explicado na nota 10.1 e nota 27.1.2, no montante de 825 euros.

## NOTA 22 – CAPITAL SOCIAL

### 22.1. Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

Durante o exercício de 2025, não houve qualquer realização capital, conforme seguidamente se apresenta:

Acionista	Capital Social Inicial	Diminuição	Aumento Capital			Capital Social Final
			Conversão Suprimentos	Conversão Dívida	Entradas em Dinheiro	
Simab, S.A.	26.361.351,64					26.361.351,64
Câmara Municipal de Lisboa	2.970.272,55					2.970.272,55
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	445.806,60					445.806,60
Câmara Municipal de Loures	222.568,97					222.568,97
<b>Total</b>	<b>29.999.999,76</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>29.999.999,76</b>

Acionista	Capital Subscrito	Capital Realizado	Capital a realizar
Simab, S.A.	26.361.351,64	26.361.351,64	
Câmara Municipal de Lisboa	2.970.272,55	2.970.272,55	
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	445.806,60	445.806,60	
Câmara Municipal de Loures	222.568,97	222.568,97	
<b>Total</b>	<b>29.999.999,76</b>	<b>29.999.999,76</b>	<b>0,00</b>

### 22.2. Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal

O capital social atual é representado por 6.012.024 ações nominativas, com o valor facial de 4,99 euros, em títulos de uma, cinco, dez, cem, mil ou múltiplos de mil ações.

Em substância, o capital social da sociedade, encontra-se repartido nos seguintes valores:

Acionista	N.º Ações	Valor Nominal	Valores	%
Simab, S.A.	5.282.836	4,99	26.361.351,64	87,87%
Câmara Municipal de Lisboa	595.245	4,99	2.970.272,55	9,90%
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	89.340	4,99	445.806,60	1,49%
Câmara Municipal de Loures	44.603	4,99	222.568,97	0,74%
<b>Total</b>	<b>6.012.024</b>		<b>29.999.999,76</b>	<b>100,00%</b>

## 22.3. Movimentos ocorridos no exercício nas rubricas de Capitais Próprios

### 22.3.1. Reservas Legais

A rubrica “Reservas” apresentava o seguinte detalhe:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Reservas		
Saldo inicial	5.732.494,73	5.242.878,42
Aplicação do Resultado Líquido	563.888,62	489.616,31
Saldo final	6.296.383,35	5.732.494,73

Os estatutos da empresa determinam para a aplicação dos resultados, um mínimo de dez por cento para constituição ou reintegração da reserva legal até atingir o mínimo legalmente exigível e o remanescente conforme for deliberado pela Assembleia Geral, podendo o montante a distribuir como dividendos aos acionistas ser fixado por deliberação aprovada pelos votos representativos de cinquenta e um por cento do capital social.

### 22.3.2. Resultados Transitados

Realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Resultados transitados”:

Descrição	31/12/2025	Varição	31/12/2024
Resultados transitados			
Resultados transitados	45.812.553,62	5.074.997,55	40.737.556,07
Result. transit. - Reg. n/freq. de grande signif.	(357.942,02)	0,00	(357.942,02)
Resultados transitados - Adopção 1ª vez SNC	1.773.414,40	0,00	1.773.414,40
Total	47.228.026,00	5.074.997,55	42.153.028,45

A rubrica de resultados transitados corresponde aos resultados líquidos dos períodos anteriores, conforme deliberações efetuadas nas assembleias gerais. Encontram-se ainda registadas nesta rubrica as alterações decorrentes da aplicação pela primeira vez do SNC.

A variação nos resultados transitados, no valor de 5.074.997,55 euros, resulta de:

- (i) Aplicação do Resultado líquido do exercício de 2024 no valor de 5.638.886,17 euros, nos seguintes montantes:
  - 563.888,62 euros para reservas legais correspondente a 10%, nos termos da al. a) do artigo 18º dos estatutos da sociedade;
  - 5.074.997,55 euros mantidos em resultados transitados.

### 22.3.3. Ajustamentos e Outras Variações no Capital Próprio

A empresa reconhece, nesta rubrica, os subsídios associados à aquisição de ativos não correntes (subsídios ao investimento), os quais foram integralmente recebidos e não são reembolsáveis. No caso de bens depreciables, estes subsídios são subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam, tendo sido reconhecidos rendimentos no montante de 391.854,48 euros, em 31 de dezembro de 2025.

O saldo desta rubrica corresponde: (i) parcela destes subsídios ainda não imputados a rendimentos do período no montante de 9.582.492,70 euros, líquido do respetivo passivo por impostos diferidos no montante de 1.964.411,00 euros, e (ii) aos subsídios afetos a bens não depreciables no montante de 433.424,13 euros.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Outras Variações no Capital Proprio</b>		
Subsídios para activos não depreciables		
Subs.para act.não deprec. - PROMAB	433.424,13	433.424,13
Subsídios para activos depreciables		
Subs.para act. deprec. - PROMAB	9.580.678,30	9.971.726,38
Subs.para act. deprec. - FEE	1.814,40	2.620,80
Impostos diferidos referentes a Subsídios	(1.964.411,00)	(2.144.484,65)
<b>Total</b>	<b>8.051.505,83</b>	<b>8.263.286,66</b>

Os ativos e passivos por impostos diferidos devem ser mensurados pela taxa fiscal, que se espera que seja de aplicar no período quando seja realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais), que estejam acordadas à data do relato.

De acordo com a legislação em vigor a empresa utiliza, para o cálculo de impostos diferidos, uma taxa de 20,5% (IRC à taxa de 19% e Derrama à taxa de 1,5%).

## NOTA 23 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” é detalhada conforme se segue:

Descrição	31/12/2025	30/12/2024
<b>Serviços especializados</b>		
Trabalhos especializados	361.895,87	354.438,87
Publicidade e propaganda	14.596,83	11.916,62
Vigilância e segurança	452.698,44	397.740,90
Honorários	650,00	39.314,86
Conservação e reparação	270.866,55	250.999,02
Serviços Bancários	2.488,50	2.624,83
<b>Materiais</b>		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.079,91	14.015,77
Material de escritório	1.253,00	992,86
Artigos para oferta	348,75	0,00
<b>Energia e fluidos</b>		
Eletricidade	369.282,53	440.425,28
Combustíveis	4.544,48	2.066,07
Água	114.716,01	130.345,13
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	745,06	1.322,54
<b>Serviços diversos</b>		
Rendas e alugueres	53.139,81	37.149,19
Comunicação	16.531,04	12.772,11
Seguros	139.312,62	124.153,79
Contencioso e notariado	723,71	2.201,75
Despesas de representação	19,00	325,01
Limpeza, higiene e conforto	1.538.818,72	1.339.477,74
Outros serviços	10.850,08	8.375,64
<b>Total</b>	<b>3.354.560,91</b>	<b>3.170.657,98</b>

## NOTA 24 – GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica “Gastos com o pessoal” detalha-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Gastos com o pessoal</b>		
Remunerações dos órgãos sociais	155.559,92	155.226,92
Remunerações do pessoal	742.108,88	675.739,03
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	165.300,10	152.622,45
Seguros de acidentes no trabalho e doenças prof.	6.416,35	3.744,60
Outros gastos com o pessoal	39.830,16	32.854,05
<b>Total</b>	<b>1.109.215,41</b>	<b>1.020.187,05</b>

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante o ano de 2025 foi de 28 empregados.

Foram efetuadas as estimativas de férias e subsídios de férias a pagar em 2026, relativas a 2025, de acordo com o Decreto-Lei n.º 1/2025 de 16 de janeiro.

## NOTA 25 – OUTROS GASTOS E OUTROS RENDIMENTOS

### 25.1. Decomposição da rubrica de “Outros gastos” conforme quadro seguinte:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Outros gastos</b>		
Impostos	280.675,65	265.332,33
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	6 184,00	1 296,12
Outros Gastos e perdas		
Correções de exercicios anteriores	19.241,22	28.555,71
Quotas	5.750,00	5.750,00
Outros não especificados	4.692,19	2.410,29
<b>Total</b>	<b>316.543,06</b>	<b>303.344,45</b>

A rubrica “Impostos” refere-se essencialmente ao IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) do exercício de 2025 a pagar em 2026 no montante de 277.773 euros.

O valor evidenciado em “Outros Gastos” inclui:

- (i) A rubrica “Correções de exercicios anteriores”, no montante de 19.241 euros refere-se essencialmente:
  - a correção da Taxa de Acesso reconhecida em excesso em anos anteriores no montante de 14.083 euros;
  - a trabalhos realizados em anos anteriores no montante de 5.158 euros;
- (ii) A rubrica “Quotas” no montante de 5.750 euros referente às entidades:
  - WUWM – *World Union of Wholesale Markets*;
  - A2S – Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia;
  - Associação 5 ao Dia;
- (iii) A rubrica “Outros não especificados”, no montante de 4.692 euros, refere-se essencialmente a:
  - indemnizações de sinistros, no montante de 4.671 euros.

### 25.2. Decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” conforme quadro seguinte:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Outros rendimentos</b>		
Rendimentos suplementares	48.614,64	48.614,64
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	20.085,57	19.438,55
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1 304,50	447,15
Outros		
Correções de exercicios anteriores	9.264,60	49.173,09
Excesso da estimativa para impostos	222,46	50 335,01
Imputação de subsídios para investimento	391.854,48	391.854,48
Juros de financiamentos concedidos por via de Capitais próprios	23.282,11	152,08
Outros não especificados	48.111,38	1.638,17
<b>Total</b>	<b>542.739,74</b>	<b>561.653,17</b>

A rubrica “Rendimentos suplementares”, no montante de 48.614,64 euros, inclui essencialmente:

- (i) a faturação emitida à SIMAB, S.A. e à Associação 5 ao dia, nos montantes de 39.526 euros e 120 euros, respetivamente (Notas 6.3 e 6.4);
- (ii) o rendimento resultante do aluguer de equipamento às empresas do grupo (SIMAB, MARB, MARÉ e MARF), no montante de 8.968 euros.

A rubrica “Rendimentos nos restantes ativos financeiros”, no montante de 20.085 euros, refere-se a juros de mora cobrados a clientes.

A rubrica “Correções de exercícios anteriores”, no montante de 9.264 euros, referem-se a:

- (i) créditos referentes a consumos de eletricidade, no montante de 5.158 euros;
- (i) correções diversas, no montante de 4.106 euros.

A rubrica “Imputação de subsídios para o investimento”, no montante de 391.854,48 euros, refere-se ao reconhecimento de subsídios ao investimento do PROMAB e FEE concedidos à sociedade, a fundo perdido (Nota 18).

A rubrica “Juros de financiamentos concedidos por via de capitais próprios” no montante de 23.282 euros refere-se aos juros obtidos através dos financiamentos concedidos à empresa-mãe, com o recurso a capitais próprios.

A rubrica “Outros não especificados”, no montante de 48.111 euros, inclui essencialmente:

- (i) o montante de 4.414 euros referente a indemnizações de seguros;
- (ii) o montante de 5.500 euros referente penalidades contratuais;
- (iii) o montante de 6.124 euros referente a incorporação de cauções;
- (iv) o montante de 6.785 euros referente à comparticipação na manutenção das vias rodoviárias;
- (v) o montante de 9.653 euros referente à incorporação do saldo de um fornecedor que entrou em dissolução;
- (vi) o montante de 13.880 euros referente a juros de depósitos de muito curta duração.

### 25.3. Gastos / reversões, depreciações e amortizações

O detalhe da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” é conforme se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Ativos intangíveis	29.170,80	29.474,20
Ativos fixos tangíveis	3.866.047,97	3.789.625,30
<b>Total</b>	<b>3.895.218,77</b>	<b>3.819.099,50</b>

### 25.4. Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares suportados, são detalhados conforme se segue:

Juros e gastos similares		31/12/2025	31/12/2024
Juros com financiamentos obtidos	Empréstimos obtidos	65.412,45	219.008,43
	Acionista	0,00	4.904,82
	Subtotais	65.412,45	223.913,25
Juros com Papel Comercial	BPI	0,00	25.969,32
	Subtotais	0,00	25.969,32
Outros gastos e perdas de financiamento	Comissões	8.765,50	16.099,16
	Imposto do Selo	146,06	1.307,65
	Subtotais	8.911,56	17.406,81
Totais		74.324,01	267.289,38

Os encargos financeiros fixaram-se, no final do ano de 2025, em 74,3 milhares de euros, o que representa uma redução de 193,0 milhares de euros (-72%%), face a 2024, refletindo a redução da dívida financeira e a eliminação gradual de passivo financeiro mais oneroso, mantendo apenas o financiamento do BEI em condições bastante mais favoráveis que o mercado.

#### NOTA 26 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

- (i) A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de novembro.
- (ii) Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-lei nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.
- (iii) Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artº 397º do CSC (Negócios entre os Administradores e a sociedade), pelo que nada há a indicar para efeitos do nº 5, alínea e) do Artº 66º do CSC.
- (iv) Relativamente ao Artº 66º-A do CSC, devemos informar que:
  - Não existem quaisquer operações, comerciais ou financeiras, não incluídas no balanço;
  - Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas referem-se a Revisão Legal de Contas, conforme quadro seguinte:

Honorários faturados pelos revisores oficiais de contas	31/12/2025	31/12/2024
	Honorários faturados	Honorários faturados
Revisão legal das contas	11.400,00	9.675,00
Totais	11.400,00	9.675,00

## NOTA 27 – OUTRAS INFORMAÇÕES

### 27.1. Divulgações de natureza não contabilística

#### 27.1.1. Garantias prestada a terceiros

Em 31 de dezembro de 2025, a empresa tinha prestado garantias bancárias a terceiros, como segue:

Entidade Beneficiária	Tipo de Garantia	Objeto	Data de Emissão	Valores
Repsol, Lda	Bancaria - CGD	caucionar o bom pag.debitos de transações	13/10/2000	2.000,00
Banco Comercial Português	Livrança (a)	Crédito por Descoberto (Grupado)	23/05/2016	0,00
Banco Santander Totta	Livrança (a)	Crédito por Descoberto (Grupado)	31/05/2016	0,00
<b>Total</b>				<b>2.000,00</b>

(a) Livrança em branco a preencher pela entidade bancaria pelo montante em dívida, composto por capital, despesas, juros e demais encargos apurados na data de incumprimento.

#### 27.1.2. Garantia prestada ao Banco Europeu de Investimento (BEI)

No âmbito do contrato de financiamento realizado entre o Banco Europeu de Investimento (BEI) e a sociedade, celebrado em 8 de outubro de 2001, foi concedida garantia pessoal do Estado ao cumprimento das obrigações de capital e juros resultantes do referido contrato, formalizado por Contrato de Fiança realizado entre o BEI e a República Portuguesa em 8 de setembro de 2011, e por Aditamento ao Contrato de Financiamento realizado entre o BEI e a MARL, S.A., nessa mesma data.

Esta fiança foi prestada ao abrigo da Lei nº 112/97, de 16 de setembro, sendo concedida pelo prazo de quinze anos, contados a partir de 8 de outubro de 2011, tendo sido fixada uma comissão de garantia de 0,2% ao ano.

#### 27.1.3. Garantias sobre terceiros

Em 31 de dezembro de 2025, a empresa detinha as seguintes garantias bancárias e livrança sobre terceiros, referentes à caução do bom e integral cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de utilização de espaços no MARL:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
MARL Energia, Lda	Contrato utilização espaço para Central Fotovoltaica	Livrança	160.000,00
HYPESOLAR FANHÕES, LDA.	Garantia do integral e tempestivo cumprimentos obrig.direito superfície	Livrança	50.000,00
HYPESOLAR SACAVÉM, LDA.	Garantia do integral e tempestivo cumprimentos obrig.direito superfície	Livrança	50.000,00
<b>Total</b>			<b>260.000,00</b>

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
CEMG	Cauções contratuais	Bancaria - MG	24.353,81
Figueira, Lda	Cauções contratuais	Bancaria - BES	36.134,00
Repsol, Lda	Cauções contratuais	Bancaria - Millennium BCP	14.963,94
Torrestir, S.A.	Cauções contratuais	Bancaria - BPI	15.400,00
<b>Total</b>			<b>90.851,75</b>

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros, referentes ao cumprimento das obrigações decorridas dos respetivos contratos de prestações de serviços:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
Electrolimpa	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Interior	Seguro de Caução - COSEC	100.000,00
Ramos Catarino, Lda	Empreitada de reabilitação da cobertura do edifício CTT Expresso	Bancaria - Banco Popular	3.800,00
Electrolimpa Sul, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Interior	Seguro de Caução - AXA	29.919,60
Ramos Catarino, Lda	Empreitada de reabilitação da cobertura do edifício CTT Expresso	Bancaria - Banco Popular	3.655,69
JCDecaux, S.A	Contrato de Prestação de Serviços de Mobiliário Urbano	Bancaria - SANTANDER	59.324,52
Sotecnisol	Reabilitação das Coberturas dos Edifícios A03, A07 e A09 no MARL	EUROBIC	5.186,50
Redecor, S.A.	Empreitada de Reparação do Pavimento do Pavilhão do Pescado R07	Bancaria - Banco BIC	1.659,15
Sotecnisol	Reabilitação da Cobertura do Edifício B2	Bancaria - Banco BIC	376,30
Sotecnisol	Reabilitação da Cobertura do Topo Norte do Pavilhão R02	Bancaria - Banco BIC	625,44
UNNISA, SA	EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DO ESPAÇO COMERCIAL N00208 - GEC8	Bancaria - SANTANDER	2.698,75
UNNISA, SA	Empreitada de Reparação do Pavilhão do Pescados Pavilhão R07	Bancaria - SANTANDER	2.394,81
SOTECNISOL SA	Reabilitação de Coberturas no MARL	Bancaria - EUROBIC	4.885,95
UNNISA, SA	Empreitada de Reparação de Fachadas do Pavilhão R07	Bancaria - SANTANDER	8.944,79
SOTECNISOL SA	Reparação do Reservatório - Célula 2	Bancaria - EUROBIC	3.028,33
CPW ENGENHARIA, LDA	Empreitada de Reabilitação da Cobertura dos Pavilhões R02, R04, R07	Deposito Caução - CGD	438,52
M.C.SILVA. LDA	Empreitada de Reabilitação do Sistema de Drenagem e Vedações	Deposito Caução - BPI	735,16
PRESENTAROUND, LDA	Empreitada de Conceção e Execução de Armazém p/Prest.Serv.	Deposito Caução - BPI	1.111,50
CPW ENGENHARIA, LDA	Empreitada de Reabilitação da Cobertura do Pavilhão A06	Deposito Caução - CGD	.680,13
UNNISA, SA	Empreitada de Reparação Fachadas Pavilhão R07	Bancaria - BST (Reforço)	214,00
SOTECNISOL, SA	Empreitada de Reabilitação de Coberturas dos Edifícios	Bancaria - Eurobic	481,86
ALFERPAC, SA	Trabalhos Complementares Empreitada Reparação PT'S	APOLICE SEGURO - Cosec	5.170,31
ENVIMAN LDA	Prestação de Serviços Manutenção de Equipamentos e Instalações do MARL	Bancaria - NB	17.760,00
LUSÁGUA	Prestação de Serviços de Limpeza Exterior e Remoção de Resíduos Sólidos	Bancaria - CGD	64.500,00
UNNISA, SA	Empreitada de Pavimentação, Marcação e Numeração dos Espaços Pav. A03	Bancaria - SANTANDER	2.226,16
SOTECNISOL, SA	Empreitada de Reabilitação de Coberturas dos Edifícios	Bancaria - Eurobic	2.721,53
IBERLIM, SA	Prestação de Serviços de Limpeza Interior	Bancaria - NB	32.798,48
UNNISA, SA	Reabilitação das Fachadas do Edifício NAC	Bancaria - SANTANDER	6.989,73
UNNISA, SA	Reabilitação da Galeria Exterior do Piso 2 do Edifício NAC	Bancaria - SANTANDER	2.272,43
UNNISA, SA	Empreitada de Reabilitação Edifício C1	Bancaria - SANTANDER	16.434,59
UNNISA, SA	Empreitada de Reabilitação Edifício C1	Bancaria - SANTANDER (Adic.)	1.554,23
ARQUIRENOVA, LDA	Empreitada de reabilitação do NAC	Guia de Deposito - CGD	5.197,47
DST SOLAR, SA	Empreitada de Instalação de 5 UPAC'S	Bancaria - BPI	4.184,90
UNNISA, SA	Empreitada de Reabilitação de Conduitas e Trabalhos Acessórios	Bancaria - SANTANDER	2.796,34
IBERDROLA, LDA	Fornecimento de Energia Eletrica em MT, BTE, BTN	Bancaria - BBVA	22.285,93
UNNISA, SA	Empreitada de Reabilitação dos Pavilhões dos Alámos	Bancaria - BST	39.916,52
LUSÁGUA, LDA	Prestação de Serviços de Limpeza Exterior e Remoção de Resíduos Sólidos	Bancaria - CGD	96.888,00
COPS, LDA	Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância	Guia de Deposito - CGD	42.764,94
<b>Total</b>			<b>596.622,56</b>

#### 27.1.4. Proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação dos resultados:

O Conselho de Administração da MARL, SA propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2025, no montante de 5.806.891,65 euros (cinco milhões, oitocentos e seis mil, oitocentos e noventa e um euros e sessenta e cinco cêntimos) tenha a seguinte distribuição:

- 580.689,17 euros (quinhentos e oitenta mil, seiscentos e oitenta e nove euros e dezassete cêntimos) sejam transferidos para Reservas Legais, correspondente a 10%, nos termos da al. a) do artigo 18.º dos estatutos da sociedade;

- 5.226.202,49 euros (cinco milhões, duzentos e vinte e seis mil, duzentos e dois euros e quarenta e nove cêntimos) sejam mantidos em Resultados Transitados.

Não se propõe a distribuição de lucros, dada a necessidade de reforçar o autofinanciamento da empresa.

#### O Contabilista Certificado

Assinado por: **ALFREDO JOSÉ DINIS DO VALE BARBOSA**  
Num. de Identificação: 09885272  
Data: 2026.03.20 12:32:23+00'00'  
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados**  
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 37223**



Alfredo José Dinis do Vale Barbosa

#### O Conselho de Administração da MARL, S.A.

Assinado por: **JORGE PROENÇA DOS REIS**  
Num. de Identificação: 09738480  
Data: 2026.03.20 11:44:37+00'00'  
Certificado por: **SCAP**  
Atributos certificados: **Presidente do Órgão de Administração de MARL-MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA S.A. (VAT PT-503157562)**



Jorge Proença dos Reis

Assinado por: **RITA MARGARIDA RIBEIRO E RODA GODINHO SARAIVA**

Num. de Identificação: 09517849

Data: 2026.03.20 12:01:10+00'00'

Certificado por: **SCAP**

Atributos certificados: **Membro do Órgão de Administração de MARL-MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA S.A. (VAT PT-503157562)**



Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva

Assinado por: **CARLA ISABEL MARCELO DE MATOS BANDEIRINHA TAMAGNINI**

Num. de Identificação: 08438378

Data: 2026.03.20 18:25:40+00'00'



Carla Isabel Marcelo de Matos Bandeira Tamagnini

Assinado por: **Luís Alexandre Gorjão Henriques de Carvalho e Rego**

Num. de Identificação: 11915358

Data: 2026.03.26 18:53:51+00'00'

Certificado por: **Santa Casa da Misericórdia de Lisboa**

Atributos certificados: **Vogal da Mesa**



Luís Alexandre Gorjão Henriques de Carvalho e Rego

Assinado por: **LUÍS MANUEL DOS SANTOS MATIAS**

Num. de Identificação: 06558992

Data: 2026.03.23 10:06:18+00'00'



Luís Manuel dos Santos Matias

São Julião do Tojal, 16 de março de 2026

RELATÓRIO E  
PARECER DO FISCAL  
ÚNICO E  
CERTIFICAÇÃO  
LEGAL DE CONTAS



## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

### *Relatório*

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos a atividade do MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A. (adiante também designado por Empresa), referente ao ano findo em 31 de dezembro de 2025, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos do Conselho de Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa, as correspondentes notas anexas e o relatório de gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da posição financeira, dos resultados das operações, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

### *Parecer*

Assim, somos de parecer:

1.º Que sejam aprovados o relatório de gestão, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes notas anexas, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 31 de março de 2026

### *O FISCAL ÚNICO*



---

Rui Carlos Lourenço Helena,  
(ROC nº 923, inscrito na CMVM sob o nº 20160541)  
em representação de BDO & Associados - SROC

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A. (adiante também designado por Empresa), que compreendem ao balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 112 442 143 euros e um total de capital próprio de 97 382 807 euros, incluindo um resultado líquido de 5 806 892 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição do MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Outras Matérias**

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por outros revisores cuja certificação legal das contas, datada de 18 de março de 2025, não apresenta quaisquer reservas ou ênfases.

## **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Empresa, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 31 de março de 2026



---

Rui Carlos Lourenço Helena,  
(ROC n.º 923, inscrito na CMVM sob o n.º 20160541)  
em representação de BDO & Associados - SROC

MARL- Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A.

Edifício NAC - Piso 2

Lugar do Quintanilho

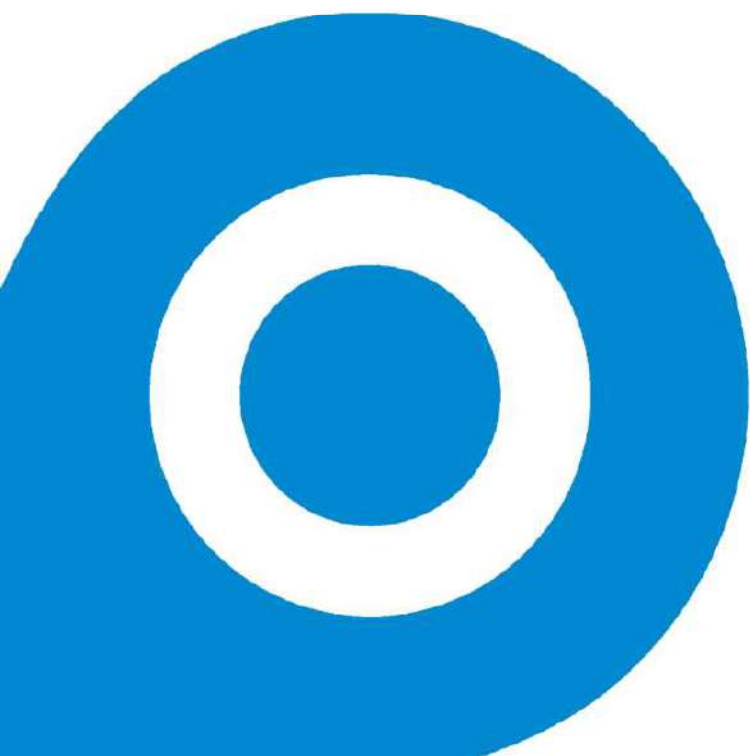
2660-421 São Julião do Tojal

Loures - Portugal

Telefone +351 219 927 400

[www.marl.pt](http://www.marl.pt)

[marl@marl.pt](mailto:marl@marl.pt)



**marl**

**Mercado Abastecedor  
da Região de Lisboa**